

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS
Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade do Partido Comunista Português * Red./Adm. - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 * Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L. * Distribuição - Distribuidora «O SECULO»

O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO E A BATALHA DA PRODUÇÃO

Desde as históricas resoluções do Conselho da Revolução ao nacionalizar a banca e os seguros, posteriormente acompanhadas por outras dentro da mesma linha, que entramos numa nova e decisiva fase da Revolução Portuguesa: a fase das transformações económicas e sociais de carácter democrático e a caminho do socialismo.

As nacionalizações e a Reforma Agrária criam condições objectivas para se conseguir a estabilidade económica e um novo tipo de desenvolvimento nacional, independente e progressista. Trazem de medidas de carácter revolucionário, perante as quais a única atitude revolu-

cionária não é o ceticismo nem o acenar dos perigos de um «capitalismo de Estado», mas sim o desencadear de uma renovada dinâmica popular dirigida para a defesa dessas medidas e o combate à reacção, o controlo operário sobre a produção, a organização dos trabalhadores e o seu empenhamento total, corajoso e esclarecido no aprofundamento do processo revolucionário.

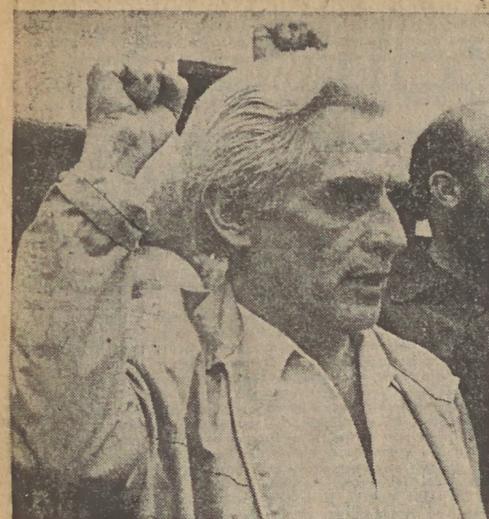
É neste contexto que deve ser compreendida e enquadrada a batalha económica actualmente em curso, a sua urgência e importância. Ela surge como a principal frente de luta da classe operária e de todos os trabalhadores,

que num ano de revolução deu os passos que nós já demos, venceu tantos obstáculos, e sempre com aquela determinação que foi a garantia das vitórias — este povo, sem dúvida, saberá, também, vencer esta crise.

Mas a situação económica é grave. Consumimos mais do que produzimos. O número de desempregados ascende a perto de duzentos mil, enquanto há uma quase paralisia em certos sectores da produção. Nas palavras rudes mas justas do Primeiro-Ministro: «A economia portuguesa não suporta mais encontros.» É urgente, pois, uma política de austeridade, cujo preço principal terá de ser pago pelos que têm enriquecido à custa da exploração.

Aos trabalhadores impõe-se a batalha da produção: trabalhar mais e melhor, com a consciência plena de que só assim será possível evitar o descalabro económico e, simultaneamente, contribuir para a melhoria das condições de vida das classes exploradas pelo fascismo.

O trabalho produtivo nas fábricas, nos campos, nos escritórios, seja onde for, não tem hoje o mesmo sentido de há um ano atrás. E preciso que todos tenhamos ideias claras a este respeito. O amplo sector da produção já nacionalizado, assim como as medidas de reforma agrária, integradas como estão num regime de transição para o socialismo, são a garantia de que agora os trabalhadores, se o quiserem e fizerem por isso, têm nas mãos os seus próprios destinos. Se é certo que ainda não vivemos em regime socialista, não é menos que o capitalismo tem sofrido grandes derrotas, e o capitalismo monopolista de Estado já não existe.



Mas encantar a batalha económica como frente de luta principal não pode significar que se menospreze a batalha política. As duas frentes de luta estão intimamente ligadas e é do empenhamento em ambas que dependerá, a curto prazo, o avanço do processo revolucionário. Entretanto, no momento actual, o êxito na batalha económica terá um efeito decisivo na batalha política, pois estabilizará a situação interna do País, reforçará o movimento de massas unitário e democrático, isolará as forças que fazem o jogo da divisão e procuram desviar o processo em seu próprio proveito, criará, enfim, as condições para que a Revolução caminha em frente e o socialismo seja conquistado.

A BATALHA DA PRODUÇÃO
Existem sintomas evidentes de que a nossa situação económica é extremamente delicada. Não se pode dizer que se trata de uma situação alarmante, nem muito menos inesperada. Seria praticamente impossível evitar sobressaltos numa economia de um país dependente do capitalismo internacional que, decididamente, tem a coragem de cortar com o passado e construir o seu próprio futuro. Por outro lado, um povo

que num ano de revolução deu os passos que nós já demos, venceu tantos obstáculos, e sempre com aquela determinação que foi a garantia das vitórias — este povo, sem dúvida, saberá, também, vencer esta crise.

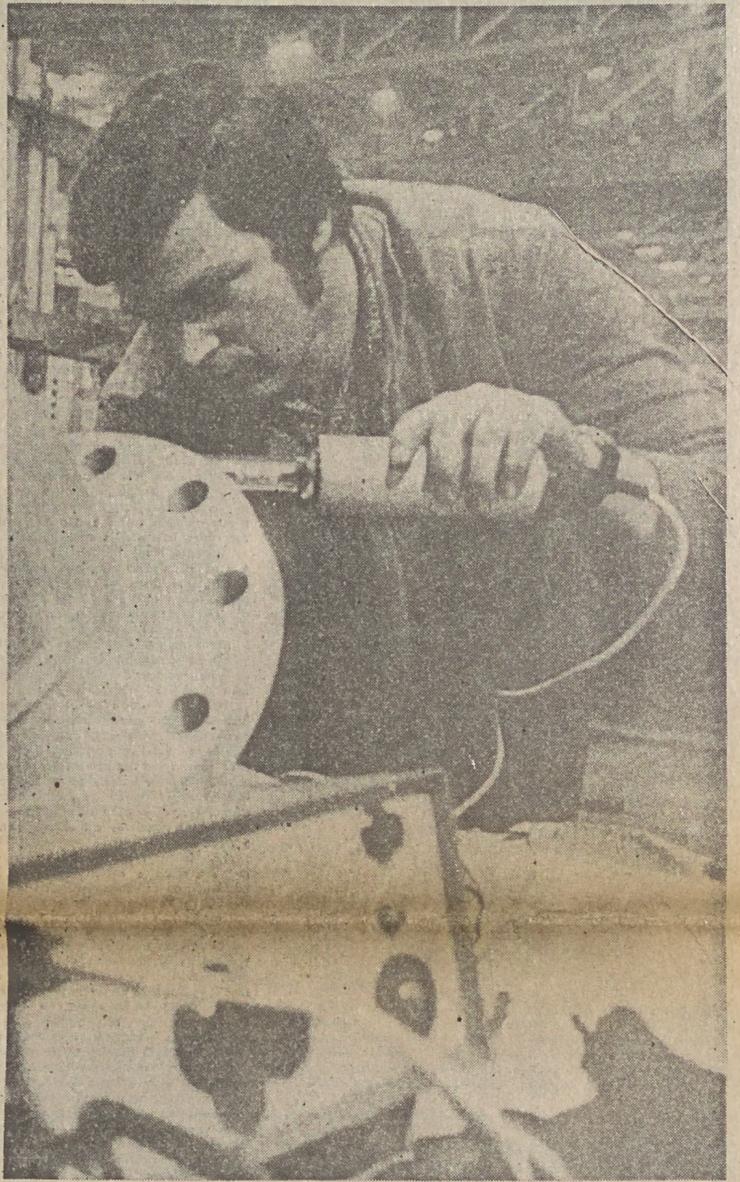
Mas a situação económica é grave. Consumimos mais do que produzimos. O número de desempregados ascende a perto de duzentos mil, enquanto há uma quase paralisia em certos sectores da produção. Nas palavras rudes mas justas do Primeiro-Ministro: «A economia portuguesa não suporta mais encontros.» É urgente, pois, uma política de austeridade, cujo preço principal terá de ser pago pelos que têm enriquecido à custa da exploração.

Aos trabalhadores impõe-se a batalha da produção: trabalhar mais e melhor, com a consciência plena de que só assim será possível evitar o descalabro económico e, simultaneamente, contribuir para a melhoria das condições de vida das classes exploradas pelo fascismo.

O trabalho produtivo nas fábricas, nos campos, nos escritórios, seja onde for, não tem hoje o mesmo sentido de há um ano atrás. E preciso que todos tenhamos ideias claras a este respeito. O amplo sector da produção já nacionalizado, assim como as medidas de reforma agrária, integradas como estão num regime de transição para o socialismo, são a garantia de que agora os trabalhadores, se o quiserem e fizerem por isso, têm nas mãos os seus próprios destinos. Se é certo que ainda não vivemos em regime socialista, não é menos que o capitalismo tem sofrido grandes derrotas, e o capitalismo monopolista de Estado já não existe.

Uma atitude diferente perante o trabalho por parte da classe operária, de todos os trabalhadores do campo e da cidade, torna-se indispensável. Esta atitude assume particular importância nas empresas já nacionalizadas. O «controlo» operário em todo o circuito da produção e administração nas empresas, a vigilância no sentido de que as mais-valias sejam postas ao serviço da colectividade, a recusa das reivindicações ir-

CONT. NA PÁG. 4



Baleizão, Vila Franca e Pêro Pinheiro

Álvaro Cunhal em Vila Franca

A REVOLUÇÃO, AS ELEIÇÕES OS PARTIDOS E A ECONOMIA

Camaradas:
Vila Franca presta justa homenagem a dois militantes do Partido Comunista Português mortos no tempo do fascismo. Um, Carlos Pato, na prisão, vítima de torturas e maus tratos. Outro, António Tavares, saído da prisão para ali não morrer.

Militantes jovens e talentosos deixaram os seus nomes ligados à actividade clandestina, a grandes lutas da classe operária, a greves e manifestações cruelmente reprimidas, a actividades culturais e desportivas. Comunistas filhos do povo, actuando nas condições mais difíceis, vivendo, lutando e morrendo pelo povo trabalhador.

Antes de aqui chegar, estive hoje também em outras duas localidades. Uma no Alentejo, Baleizão, onde, nestes dias em que se inicia a reforma agrária, se prestou homenagem a uma heróica comunista, a trabalhadora agrícola Catarina Eufémia, que deu a vida na luta pelos direitos e o futuro dos trabalhadores.

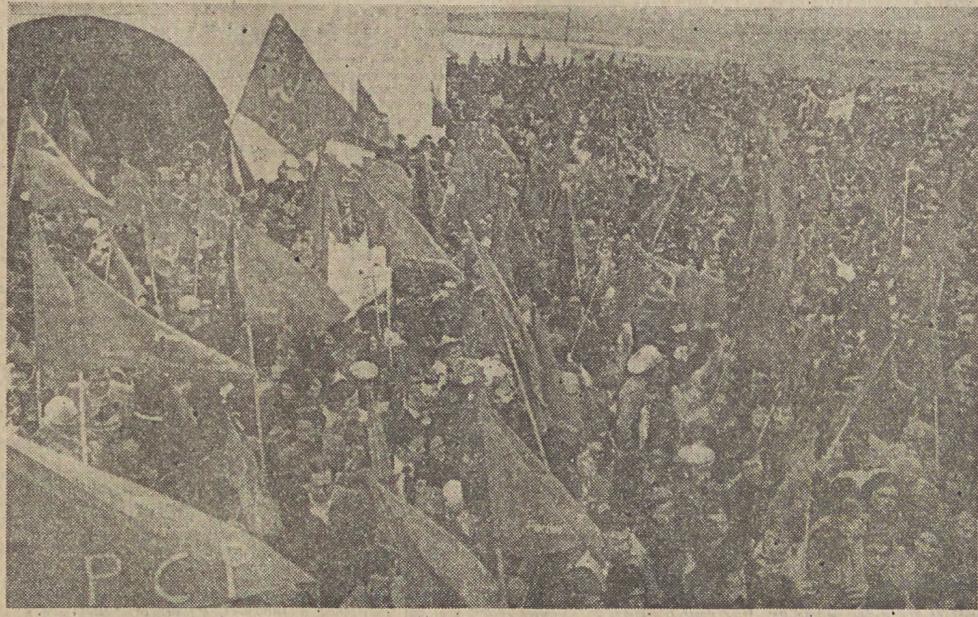
Na outra localidade, Pêro Pinheiro, comemorou-se uma greve que teve lugar há dez anos e também aí se prestou homenagem a um camarada vítima dos maus tratos da PIDE.

Por toda a parte, a luta da classe operária e do povo português ficou marcada por acontecimentos gloriosos. Por toda a parte também ficou marcada pela acção destacada, a abnegação, os sacrifícios de militantes comunistas.

O Partido Comunista Português forjou-se como um forte partido revolucionário nessa dura escola do tempo do fascismo. Lembrar este facto tem plena actualidade.

Mau seria pensar que as características revolucionárias do Partido poderiam ser dispensadas nas novas condições do Portugal de hoje, agora que o Partido é legal. A verdade é que não podem. E não podem porque em Portugal, está em curso uma revolução e uma revolução, para ser conduzida com êxito até à vitória final, precisa de forças revolucionárias, de partidos revolucionários, de quadros revolucionários.

Daram-se grandes passos, desde o 25 de Abril. Derrotaram-se tentativas contra-revolucionárias. Consolidou-se a democracia. Concluiu-se a paz. Adiantou-se a descolonização. Tomaram-se medidas de grande alcance social. Decidiram-se amplas nacionalizações, começou-se a reforma agrária, e aponta-se já o rumo ao socialismo.



Milhares de comunistas, vindos das mais variadas regiões do Alentejo, Algarve e Lisboa, concentraram-se em Baleizão, na manhã do domingo passado, onde participaram na sessão de homenagem a Catarina Eufémia, promovida pelo nosso Partido

CONT. NA PÁG. 2

A CLASSE OPERÁRIA RECORDA O EXEMPLO DOS SEUS HERÓIS E A EXPERIÊNCIA DAS SUAS LUTAS

Não esquecendo os camaradas assassinados pela repressão fascista nem as lutas difíceis travadas pela classe operária, o Partido Comunista Português promoveu, no último fim-de-semana, três sessões de homenagem e nas quais esteve presente o camarada Álvaro Cunhal.

Tanto em Baleizão, como em Vila Franca de Xira ou em Pêro Pinheiro foi evocada a firme decisão que sempre animou os militantes comunistas na defesa dos interesses das classes trabalhadoras.

Decisão inabalável durante os 48 anos de fascismo e que neste momento se mantém dentro dos mesmos princípios, não pactuando com compromissos demagógicos nem com atitudes irresponsáveis. Por ser esta a linha que sempre seguiu, daí resulta a força do Partido Comunista Português, vanguarda revolucionária da classe operária, e que nem a repressão fascista nem tão-pouco a campanha anti-comunista do presente conseguirão destruir.

Milhares e milhares de pessoas estiveram presentes nas manifestações que decorreram tanto em Baleizão como em Vila Franca e em Pêro Pinheiro, onde foram homenageados respectivamente Catarina Eufémia, António Tavares e Carlos Pato, e comemorado o décimo aniversário da greve dos trabalhadores das pedreiras de mármore da região de Sintra.

Os exemplos dos três militantes comunistas mortos pelo fascismo e a greve dos operários do mármore são bem o testemunho de que o nosso Partido nunca se afastou da luta e os seus membros não hesitaram em dar a vida pela causa por que lutavam.

Mas os exemplos do passado têm de servir de guia, essencialmente, para a actuação futura, e nesse sentido as comemorações efectuadas e das quais apresentamos a seguir a reportagem servirão também para uma análise da situação política e económica que o País atravessa, bem como o papel a desempenhar pelas classes trabalhadoras na construção de um Portugal novo que, seja efectivamente propriedade dos que nela trabalham.

(NAS PÁGINAS 4 E 5)

CONTINUADO DA PÁG. 1

Entretanto, o processo da nossa revolução é extremamente complexo e torna-se indispensável definir posições em relação a aspectos em que se manifestam indecisões e confusões.

Revolução, eleições e eleitoralismo

Na revolução portuguesa existem factores contraditórios que é necessário ter em conta. O processo revolucionário desenvolve-se na base da força revolucionária: na base da força militar do MFA e da força organizada das massas populares. A aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas é uma aliança que se traduz não apenas numa identidade de propósitos, mas em força e capacidade para derrotar e derrotar a contra-revolução, para tomar medidas revolucionárias, para fazer avançar o processo.

O que decide da sorte da revolução é a firmeza da vanguarda, a acção das massas e a força material, incluindo a militar.

Tudo quanto há de essencial nas realizações democráticas desde o 25 de Abril (a defesa das liberdades, a melhoria da situação das camadas mais mal remuneradas, a descolonização, as nacionalizações, os primeiros passos da reforma agrária) se deve às forças da revolução e não a certas forças que contrariam as grandes decisões progressistas e que chamam depois a si o mérito das decisões, quando elas se tornam realidades irreversíveis apoiadas pelo povo.

Estamos longe de ter em Portugal um regime democrático estável. A vida portuguesa não está totalmente democratizada. A reacção tem ainda muita força. A conspiração continua. Persistem ameaças às liberdades. Quem queira examinar a realidade portuguesa à luz dos critérios das democracias burguesas, será completamente incapaz de compreender o que se passou, o que se passa e o que se virá a passar em Portugal.

Nun regime democrático já instituído, onde não haja perigos de golpes reaccionários, as eleições podem constituir um eixo fundamental da vida política e uma fonte determinante de decisões. Esse não é, nem se vê a curto prazo que possa vir a ser o caso português.

No novo Portugal de hoje, as eleições inserem-se no processo revolucionário, não como um eixo fundamental, mas sim como um factor complementar, que pode contribuir para a intervenção das mais amplas massas na vida política, mas não pode determinar só por si o curso e as formas das transformações democráticas.

Não foi nem poderia ter sido o voto que derrotou a operação contra-revolucionária do 28 de Setembro ou a tentativa de golpe ao 11 de Março. Quem derrotou essa operação e esse golpe foi a acção decidida das massas populares em aliança com o braço armado da revolução — o MFA.

Não foi nem poderia ter sido o voto que decidiu num prazo curto medidas como a nacionalização da banca e dos sectores básicos da economia, ou as expropriações de terras para além de 500 ha de sequeiro ou 50 ha de regadio por exploração. O que conduziu a tal resultado foi a luta revolucionária das massas trabalhadoras coroada pelas decisões históricas do Conselho da Revolução.

Se falamos das últimas eleições, nada dizemos de novo ao lembrarmos que, numa grande parte do território, não existem ainda condições de real liberdade, e portanto a votação não se pode interpretar como uma manifestação livre da vontade popular à escala de todo o País.

Onde não foi assegurada a liberdade de pensar, de afirmar uma opinião, de fazer propaganda; onde não chegou a informação, onde chefes locais reaccionários conseguem ainda ter as populações enganadas e tomam as decisões do seu mando; onde grupos fascistas ou pagos por fascistas organizaram sistematicamente o boicote das iniciativas democráticas e a violência contra os comunistas; onde estruturas religiosas abusaram das suas funções para incitar e apelar a votar em partidos reaccionários; onde se semeou um clima de pânico para o caso de uma vitória da esquerda — as eleições não podem ser consideradas as eleições livres ansiadas pelo nosso povo.

A situação antidemocrática ainda existente tem de ser corrigida, as liberdades devem ser realmente instauradas em todo o País, as formas de coacção física ou moral reprimidas. Se isso não for feito, as eleições futuras perderão grande parte do seu valor e significado. A não ser criada de futuro uma situação democrática radicalmente diferente, o processo eleitoral nos moldes tradicionais das democracias burguesas, não só não coincidiria com o processo revolucionário, como tenderia a contrariá-lo, a interrompê-lo e a anulá-lo.

Nas condições presentes, seria particularmente perigosa para a revolução a submissão do processo revolucionário ao processo eleitoral.

A Assembleia Constituinte tem uma missão importante, mas limitada à executar a elaboração da nova Constituição, conforme com os princípios acordados entre o MFA e uma série de partidos. Qualquer eventual tentativa de utilizar a Assembleia Constituinte para além desta sua tarefa e de voltá-la contra a revolução deverá ser pronta e imediatamente combatida.

Seria igualmente perigosa a marcação de uma espécie de calendário eleitoral e de catadupas eleitorais. Somos por eleições para uma Assembleia Popular legislativa, a definir na Constituição. Mas somos contra a precipitação da realização de eleições antes de assegurar a alteração da situação antidemocrática em numerosas regiões.

O liberalismo, o eleitoralismo, o parlamentarismo no seu desenvolvimento conduziriam, não à construção de um regime democrático e do socialismo, mas à liquidação da revolução e das forças revolucionárias.

Eleições podem ser um elemento de primeiro plano no processo revolucionário. Mas eleições não significam eleitoralismo. Eleitoralismo é inconciliável com eleições livres. O eleitoralismo é a perversão da informação, o abandono da isenção, a falsificação das notícias e propósitos, a demagogia na caça ao voto, a querela interpartidária no que tem de mais mesquinho, as alianças oportunistas sem princípios. O eleitoralismo conduz, ao fim e ao cabo, não à realização de eleições livres, mas à deturpação e falsificação dos anseios, objectivos e vontade das massas populares. Eleitoralismo e revolução são antagónicos.

Admitir-se que a vida política da nova democracia portuguesa viesse a ser comandada por eleições e as eleições pelo eleitoralismo seria desarmar política e militarmente a revolução portuguesa, que em breve daria lugar a uma ditadura reaccionária.

Isso porém não sucederá. E não sucederá porque as forças revolucionárias o não consentirão.

As Forças da Revolução

Nunca é demais insistir que a força motora da revolução portuguesa é a aliança Povo-Forças Armadas, ou, mais precisamente, do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas.

Desde o 25 de Abril temos insistido em que nem o povo, poderia fazer frente com êxito à reacção e levar a cabo as transformações democráticas profundas sem o MFA, nem este poderia ser bem sucedido sem o movimento popular.

Permiti que diga mais algumas palavras sobre estas duas componentes da dinâmica da nossa revolução. Começamos pelo MFA.

O MFA é um grande movimento revolucionário, democrático e progressista, a quem o povo português deve não só o 25 de Abril libertador como a acção decisiva na defesa das liberdades, na descolonização e nas transformações políticas, económicas, sociais em curso.

Destruiu o MFA em si um dos objectivos centrais das forças reaccionárias e conservadoras desde o 25 de Abril. A reacção sabe bem que, se conseguisse destruir o MFA, teria mais de meio caminho andado para destruir a revolução portuguesa, para liquidar as liberdades, para instaurar uma nova ditadura.

Os processos, métodos e caminhos para conduzir a esse objectivo, têm sido muito diversos. A reacção procurou dissolver, pura e simplesmente, o MFA. Procurou submetê-lo a uma hierarquia reaccionária. Procurou submetê-lo à tutela de Spínola proclamado chefe do MFA e o defensor daquilo que chamou a «puraza» do seu programa, o que era no fim de contas uma forma de recusar os seus aspectos progressistas e de tentar destruir e abafar as forças revolucionárias.

Procurou introduzir a demagogia democristã no MFA, a fim de, através de concepções eleitoralistas, fazer pesar o número de elementos reaccionários, conservadores e vacilantes nas estruturas militares como forma de destruir a vanguarda revolucionária nas Forças Armadas. Procurou dificultar a institucionalização do MFA antes das eleições para a

Assembleia Constituinte, a fim de poder exigir o regresso dos militares aos quartéis depois das eleições. Procurou e procura ainda introduzir no seu seio factores de intriga, de divisão e de conflito.

Ao mesmo tempo, a reacção colocou, como um dos actos fundamentais das suas tentativas de golpe (em Julho, no 28 de Setembro, no 11 de Março e noutras ocasiões), a liquidação violenta do glorioso movimento dos capitães. No caso de haver triunfado, qualquer daquelas tentativas teria custado a vida e a liberdade a muitos deles.

O povo está com o MFA, apoia o MFA, defende o MFA contra os seus inimigos, porque o MFA tem estado com o povo e tem sido uma força da liberdade, da paz e do progresso.

Nas condições actuais, a intervenção do MFA na vida política não é um mal, mas um bem. Não é uma ameaça contra as liberdades, mas uma garantia da sua defesa.

O PCP defende a continuação dessa intervenção, confiado em que o MFA manterá e consolidará as suas características de movimento revolucionário, progressista, firmemente disposto a assegurar a instauração dum regime democrático e a encaminhar Portugal para o socialismo.

Igual importância tem a segunda componente da dinâmica revolucionária: o movimento popular e democrático.

Digo movimento popular e não apenas Povo, porque devemos distinguir entre o apoio do povo em geral ao MFA e a intervenção no processo revolucionário da força organizada da classe operária e das massas populares, força organizada em que o Partido Comunista, os sindicatos e outras organizações democráticas representam decisivo papel.

As forças populares organizadas representam para o Povo o que o MFA representa para as Forças Armadas. No ponto de vista social, trata-se da aliança do Povo com as Forças Armadas. No ponto de vista político trata-se da aliança com o MFA do movimento popular organizado.

O movimento popular tem a sua dinâmica própria, as suas forças próprias, a sua autonomia de decisões, a sua personalidade, a sua intervenção independente no processo revolucionário.

Desde o 25 de Abril, na luta contra a reacção, na defesa das liberdades, na firme intervenção contra as tentativas de golpes, nas iniciativas nos domínios económico, social e político, no impulso dado a medidas revolucionárias como a reforma agrária e a nacionalização da banca e de sectores básicos da economia — o movimento popular mostrou ser um componente essencial do processo revolucionário, uma força complementar e convergente da acção revolucionária do MFA.

A dinâmica do movimento popular e a dinâmica do movimento militar completam-se, influenciam-se e ajudam-se reciprocamente, imprimem à revolução portuguesa vigor, decisão e confiança. Mantendo-se e reforçando-se a unidade das forças populares, a unidade do MFA e a aliança entre as duas componentes, a revolução portuguesa é irreversível e invencível.

Os partidos políticos democráticos e progressistas poderiam e deveriam representar um papel determinante no desenvolvimento do movimento popular e democrático e no reforço da sua aliança com o MFA. Infelizmente, as posições de certos partidos, designadamente do Partido Socialista, impedem em larga medida que esse papel se concretize.

Nós gostaríamos que o Partido Socialista se decidisse a cooperar com o nosso Partido. Gostaríamos que saísse das mesas de encontros com o nosso Partido, não para logo ir à TV num ataque cerrado contra nós, mas para fazer um esforço junto connosco para atenuar as divergências, tal como à mesa se concluiu.

Gostaríamos que o PS unisse a sua voz e os seus esforços aos do PCP na luta contra a reacção e na realização da política definida pelo Governo, em vez de fazer coro com a reacção e com tudo quanto há de politicamente desclassificado na campanha anticomunista.

Se o Partido Socialista se decidisse à cooperação real com o Partido Comunista, no quadro da aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas, todo o processo da revolução portuguesa estaria extremamente simplificado. Essa cooperação, definida para hoje e para amanhã, criaria condições para as profundas transformações da economia e da sociedade que a realidade portuguesa exige.

É por compreender o que representaria essa cooperação que, apesar de a direcção do Partido Socialista parecer incorrigível no seu anticomunismo e nas suas posições e actividades contra o processo revolucionário, insistimos em continuar as conversações e em procurar uma base de entendimento.

Base de entendimento que não poderá naturalmente ser a destruição das forças revolucionárias, nem o projecto de uma democracia burguesa com o poder dos monopólios e uma hegemonia política social-democrata, contrariando o programa do MFA e os acordos subscreitos pelo MFA e partidos políticos.

Apesar de sabermos que a Direcção do PS atira os seus militantes contra o PCP, unilateralmente não dizemos aos nossos militantes para em toda a parte fazerem reais esforços para a acção comum com socialistas, assim como com democratas de outras tendências.

A questão que se coloca é a de saber se o PS, assim como outros partidos, pensa ou não cooperar, em aliança com o MFA, nas transformações democráticas profundas da nossa vida política, económica e social.

A política e a acção de partidos eleitoralistas põe em causa o papel dos próprios partidos. O engodo hegemónico eleitoralista pode conduzir esses partidos a verdadeiros desastres.

Nós pensamos que a condenação global dos partidos políticos pelos militares seria um erro grave que, a ser concretizada numa política, conduziria ao enfraquecimento dos laços entre as Forças Armadas e o povo. É necessário distinguir entre os partidos que participam activamente no processo revolucionário e aqueles que o contrariam. Entre as forças da revolução e as forças do conservantismo e da reacção.

Somos pois contrários a essa condenação global do papel dos partidos que aqui e acolá se começa a esboçar. Mas essas tendências ganham rapidamente terreno, se a acção dos partidos não se inserir no processo revolucionário.

Se o PS e o PPD continuam a orientar-se pelo eleitoralismo, pelo anticomunismo, pelas resistências activas ou passivas ao processo revolucionário, pela mesquinha política de querelas interpartidárias, o sistema de coligação de partidos e MFA poderá tornar-se inviável e outras soluções terão de ser encontradas para assegurar a vitória da revolução e a marcha para o socialismo.

No que respeita ao nosso Partido, continuamos a pensar que a democracia e o socialismo não poderão ser construídos sem o PCP e muito menos contra o PCP.

Se quiserem e souberem, os partidos terão a desempenhar um grande papel. Se não quiserem ou não souberem, a revolução portuguesa não parará por isso e o movimento popular e democrático acabará por valorizar outras formas de intervenção organizada das massas populares no processo revolucionário.

A unidade da classe operária e das massas populares na luta pela democracia e o socialismo adquire cada vez mais decisiva importância. Tanto no movimento popular como no Movimento das Forças Armadas, acções divisionistas e desagregadoras são um dos maiores crimes que podem ser cometidos.

Nós apelamos para que os trabalhadores isolem actividades divisionistas, procurem evitar no seu seio a criação de grupos irredutíveis, e discutam entre si os seus problemas, fazendo o máximo de esforços para chegar a conclusões comuns para a acção comum.

Aos membros do Partido, apelamos para que vençam manifestações de sectarismo e para que procurem, em todos os sectores sem quaisquer discriminações, a cooperação com outras tendências, mesmo que muito divergentes do Partido, desde que esses sectores se mostrem sinceramente dispostos a unirem os seus esforços aos esforços dos comunistas.

Todos os trabalhadores têm interesses idênticos, quaisquer que sejam as suas opiniões, ou crenças. À unidade de interesses é possível fazer coincidir a unidade na organização e na acção, na empresa, nos sindicatos, nas tarefas grandiosas e exaltantes da construção dum novo Portugal democrático, a caminho do socialismo.

Uma grande tarefa do momento

Não é tarefa fácil a construção deste novo Portugal democrático. Não é tarefa fácil abrir caminho para o socialismo.

É necessário que as massas populares tenham consciência de que vivemos um momento único na nossa história. É possível evitar a volta ao passado da opressão e de terror fascista. É possível construir um regime democrático estável, donde seja definitivamente arreada a ameaça da contra-revolução. É possível fazer economicamente a exploração capitalista e pôr os recursos nacionais e o produto do trabalho ao serviço do povo e do país. É possível desbravarmos desde já o caminho para uma sociedade socialista, uma sociedade libertada

de parasitas, uma sociedade de igualdade e justiça social, uma sociedade donde seja abolida a exploração do homem pelo homem.

Entretanto, essa possibilidade não se poderá concretizar, não poderá tornar-se uma realidade, se se pensar que tudo depende de decretos e decisões do Conselho da Revolução e do Governo Provisório. Decretos e decisões são importantes. Mas um regime democrático que corresponda aos anseios e objectivos do nosso povo, a uma sociedade libertada da exploração, jamais serão exercidos numa bandeja ao povo português.

O novo Portugal democrático e o socialismo só poderão ser construídos pela acção e o trabalho das massas populares, em ligação estreita com os órgãos do poder político, pelo esforço tenaz, corajoso, abnegado dos trabalhadores e das massas populares.

No momento presente, entre as diversas tarefas que se colocam ante o povo português, uma adquire particular significado: a batalha da produção.

A situação económica e financeira do País é má. Há um grande défice nas contas do Estado. Outro no nosso comércio externo. Portugal consome algumas dezenas de milhões de contos a mais do que produz. Há muitas empresas que reduziram a laboração. Muitas estão à beira da falência. É elevado o número de desempregados, particularmente na construção civil.

A reacção procura responsabilizar o MFA, o Governo, as forças progressistas por esta situação.

Os verdadeiros responsáveis são porém outros. São o regime fascista e os grupos monopolistas que não deixaram a economia sem bases sólidas, obtendo o equilíbrio à custa de recursos externos, e tendo como estímulo uma especulação desenfreada que criava uma falsa ideia de prosperidade.

Os responsáveis são os grupos monopolistas e os grandes agrários que, desde o 25 de Abril, têm sabotado a economia portuguesa, retirando ilegalmente os fundos das empresas, dando destino ilegal e fora das empresas a créditos alcançados para investir nas empresas, diminuindo encomendas, cessando pagamentos, provocando despedimentos sem justa causa, abandonando muitas vezes completamente as empresas à sua sorte.

Desapareceu o capitalismo monopolista de Estado, ou seja, a fusão do Estado com os grupos monopolistas. Os grupos monopolistas estão em plena decomposição. A antiga direcção económica está desorganizada e em grande parte paralisada.

A tarefa é substituir a velha máquina económica ao serviço do capital por uma nova máquina ao serviço do povo. É uma tarefa gigantesca que só pode ser realizada pela luta e o trabalho do povo português.

As nacionalizações já decididas e a reforma agrária retiraram à exploração capitalista amplos sectores da economia nacional.

O estímulo do lucro privado desapareceu desse vasto sector. É necessário um novo estímulo e esse não pode ser outro senão o estímulo revolucionário das massas trabalhadoras, a sua determinação em trabalharem na construção da nova sociedade democrática, a caminho do socialismo.

É nosso dever dizer duas grandes verdades aos trabalhadores. Uma relativa às reivindicações irrealistas. Outra relativa às greves.

Há verdades que é necessário que alguém as diga. Não queremos diz-las a quem quer, à caça de votos, em eleições gerais, nos sindicatos ou nas autarquias, animados pelo eleitoralismo e por estreitos cálculos de popularidade, mas sim a quem quer trabalhar, a quem quer lutar e procurar lançar os trabalhadores em greve contra a actual situação democrática.

O PCP, com todo o seu sentido de responsabilidade que lhe dão muitos anos de luta e a sua inteira disposição de fazer todos os esforços, todos os sacrifícios, incluindo a vida dos seus militantes, para assegurar a vitória da democracia e do socialismo em Portugal, o PCP, com todo o sentido de responsabilidade, entende que é seu dever dizer as verdades ao povo, mesmo que sejam verdades amargas e lhe custem uns tantos votos.

A primeira diz respeito às reivindicações irrealistas, que não têm em conta a situação da economia portuguesa e a situação em numerosas empresas. Se continuarmos a aumentar acentuadamente os salários e vencimentos, ainda que nós saibamos que esses aumentos são justamente esperados pelos trabalhadores, se continuarmos a diminuir o tempo de trabalho, ainda que nós saibamos que em muitos sectores o tempo de trabalho é demasiado, se continuarmos a produzir cada vez menos, e é esta a situação em numerosos sectores, poderemos caminhar para a catástrofe económica e da catástrofe económica, para a catástrofe política. Muitas empresas fechariam as portas se continuássemos num surto de reivindicações para a redução do tempo de trabalho. A melhoria momentânea de salários e outras regalias seria paga pela crise do desemprego. A degradação económica seguir-se-ia à degradação da situação política facilmente aproveitável pela reacção.

A segunda diz respeito à greve. Não defendemos o direito à greve. Mas, na actual situação política e económica, só em casos extremos os trabalhadores devem recorrer à greve, porque toda a baixa da produção acabará por ser paga pelos próprios trabalhadores.

Eu quero referir, camaradas, um exemplo concreto: a greve dos hotéis. Nós consideramos justas as reivindicações dos trabalhadores da hotelaria. Mas num momento em que a hotelaria está em crise, em que o turismo está em crise, em que o próprio funcionamento dos hotéis depende em grande parte dos turistas, a paralisação dos hotéis leva a afastar os turistas, leva a diminuir o número dos turistas que vêm ao nosso país e vai provocar o agravamento da crise dos hotéis, o aumento do desemprego e das dificuldades, quer dizer, a greve neste momento não foi uma boa arma utilizada. Havia que insistir nas reivindicações, mas não utilizar uma arma que em muitos casos é uma arma valiosa e indispensável aos trabalhadores, mas, noutros casos, pode voltar-se contra os próprios trabalhadores. Há que dizer esta verdade.

Queremos construir uma sociedade democrática? Queremos cortar o passo à reacção que procura estrangular economicamente a nossa Revolução? Queremos arrancar definitivamente ao poder do capital amplos sectores da economia nacional e criar as primeiras bases de uma economia socialista? Queremos realizar a reforma agrária, pôr fim aos latifúndios e às grandes explorações capitalistas, entregar a terra a quem a trabalha e pôr imediatamente grande parte da agricultura ao serviço do povo e do País?

Não vemos outro caminho que não seja o abandono de certas reivindicações fomentadas pelos inimigos da revolução, não vemos outro caminho que não seja um trabalho esforçado e árduo para arrancar a economia nacional à estagnação e à depressão e travar com êxito a batalha da produção.

Nós saudamos ardentemente os trabalhadores que corajosamente têm lutado para salvar as empresas sabotadas, abandonadas, condenadas pelo patronato reaccionário.

Saudamos ardentemente os trabalhadores que em algumas empresas em crise já libertadas do controlo monopolista se resolverem a aceitar reduções salariais e a trabalhar maior número de horas a fim de tornar viáveis as empresas e abrir caminho para a sua reconversão, expansão e rentabilidade, que interessam hoje os trabalhadores e o Portugal democrático a caminho do socialismo.

Saudamos ardentemente os trabalhadores de empresas nacionalizadas que, tomando consciência das grandes transformações que se estão a dar nas estruturas da nossa sociedade, já hoje discutem como assegurar a sua mais eficiente gestão, a diminuição dos seus défices, o melhoramento da produção e dos serviços.

Esses trabalhadores estão a trabalhar para o presente e para o futuro do nosso País. São esses trabalhadores, e não os exaltados pseudo-revolucionários, os primeiros pioneiros da economia socialista que acabará por triunfar em Portugal.

São os seus exemplos que frutificarão, que ganharão as massas, que conduzirão finalmente o povo trabalhador à luta entusiástica e exaltante para construir em Portugal uma sociedade libertada da exploração capitalista.

As revoluções jamais foram feitas pelas forças da inércia e do conservantismo ou pela busca do sucesso imediato. As revoluções são o resultado da luta, da coragem, da audácia, do trabalho criador, das massas populares, sob a direcção da sua vanguarda revolucionária. Se os trabalhadores se mantiverem unidos nas empresas e nos sindicatos, se ligarem a sua luta à luta de todas as classes e camadas interessadas na luta antimonopolista, se reforçarem dia a dia a sua aliança com o Movimento das Forças Armadas — a reacção interna não será capaz de fazer retroceder o processo revolucionário.

É ao povo português que cabe decidir do próprio destino. Existem as condições fundamentais para que o decida.

Viva Portugal democrático, a caminho do socialismo!

Viva a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas!

Viva o Partido Comunista Português!

Álvaro Cunhal em Vila Franca

A revolução as eleições os partidos e a economia

NOTAS DO PCP

SOBRE A SITUAÇÃO EM ANGOLA

1—O Partido Comunista Português considera que o agravamento da situação em Angola encerra a perspectiva da via pacífica para a libertação e independência do povo angolano e é motivo de grande preocupação para todos aqueles que vivem o processo de descolonização iniciado em 25 de Abril de 1974 intimamente relacionado com a marcha do processo revolucionário em Portugal.

A reacção e os monopólios, baseados sucessivamente no 28 de Setembro e no 11 de Março, fortemente feridos com as vitórias dos povos da Guiné-Bissau e Moçambique, com as nacionalizações da Banca, Seguros e sectores fundamentais da economia nacional e também com as medidas da Reforma Agrária, acantonam-se desesperadamente no reduto do neocolonialismo em Angola.

Explorando a fundo, a complexa situação existente neste rico país do continente africano, onde estão implantados fortes interes-

ses imperialistas que não estão dispostos a desistir da continuação da exploração colonial, os agentes da reacção nacional e internacional, apoiados em elementos corruptos, provocam, por meio de acções terroristas, uma situação de instabilidade, confusão e alarmismo entre o povo angolano e entre os 600 mil portugueses ainda ali existentes.

2—O Partido Comunista Português considera que os actos de terrorismo registados em Angola, nos últimos tempos, os massacres e violências perpetradas contra as populações de vastas zonas do território angolano, por mercenários agentes do neocolonialismo visam, não só a sujeição do povo de Angola a novas formas de opressão e exploração neocolonialista que visam também atingir e entrar o desenvolvimento do processo revolucionário em Portugal.

O PCP considera que o eventual envolvimento de soldados portugueses em vastas acções mi-

litares em Angola, objectivo também visado pelas acções de terrorismo já apontadas, não serviria nem a luta libertadora do povo angolano, nem o desenvolvimento do processo revolucionário em Portugal.

O êxodo precipitado para Portugal de milhares de famílias portuguesas radicadas em Angola, em virtude das acções terroristas, acrescentando novas dificuldades e novos problemas económicos, sociais e políticos ao nosso povo, deve, a nosso ver, ser encarado com a maior seriedade pela classe operária e por todas as forças progressistas do nosso País. Deve, contudo, manter-se a maior vigilância, a fim de impedir a eventual exploração, por parte da reacção, das dificuldades e consequências negativas desse precipitado fenómeno migratório com vista a forjar dificuldades suplementares ao trabalho e luta do povo português na construção do novo Portugal Democrático a caminho do socialismo.

3—O PCP, fiel à sua conse-

quente política internacionalista de apoio à luta libertadora dos povos coloniais, reitera a sua solidariedade ao povo irmão de Angola, e, em particular, ao MPLA, certo de que as actuais dificuldades serão vencidas e de que o povo angolano, com a fraternal ajuda e solidariedade do povo português, conquistará finalmente, a completa liberdade e independência a que tem indiscutível direito.

O PCP apela também à classe operária internacional, às organizações e povos de todo o Mundo, a manifestarem, através das mais diversas acções, a sua solidariedade e apoio à justa luta do povo de Angola.

14 de Maio de 1975

A COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

SOBRE AS DECISÕES DE 13 DE MAIO DO CONSELHO DE MINISTROS RESTRITO

1. O Partido Comunista Português apoia e saúda as disposições aprovadas pelo Conselho de Ministros restrito, na sua reunião de 13 de Maio, sobre novas nacionalizações que abarcam três importantes ramos da economia nacional, sobre a elevação do salário mínimo e as outras actualizações salariais, tanto na função pública como no sector privado, sobre algumas medidas de austeridade.

O fargal alcance deste conjunto de disposições tem de ser compreendido, tendo em conta as necessidades, quer do desenvolvimento do processo revolucionário, quer da melhoria urgente da situação dos trabalhadores em condições mais difíceis, quer da estabilização da situação económica e financeira.

2. As novas nacionalizações, concretizando projectos delineados logo a seguir ao 11 de Março, confirmam o propósito de prosseguir firmemente no caminho da libertação de todos os sectores

básicos da economia nacional da dominação dos monopólios, na linha, definida pelo Conselho da Revolução, de reconstruir a economia por uma via socialista.

O PCP associa-se às manifestações de regozijo dos trabalhadores das novas empresas nacionalizadas e reafirma a sua posição, segundo a qual, o sucesso das nacionalizações só poderá ser garantido pela intervenção activa e criadora dos trabalhadores na direcção e actividade das empresas nacionalizadas.

3. A elevação do salário mínimo nacional para 4000\$00 e as outras actualizações salariais representam, só no que respeita ao funcionalismo, uma sobrecarga da ordem de vários milhões de contos para o orçamento de Estado. Ainda assim, não foram completamente satisfeitas as justas aspirações de milhares e milhares de trabalhadores. É inegável, no entanto, que no conjunto das disposições de carácter social adoptadas, a 13 de Maio, houve a in-

tenção de ocorrer às situações mais difíceis e iniciou-se na prática a adopção de medidas tendentes a uma mais equitativa distribuição da riqueza nacional, com a contenção dos grandes consumos, a limitação do vencimento máximo, o congelamento dos salários mais elevados.

4. Impossibilidade de satisfazer completamente as reivindicações e aspirações de largos sectores de trabalhadores e as medidas de austeridade agora decretadas têm que ser compreendidas no contexto da grave situação económica e financeira que o País atravessa, resultado da herança legada por quase meio século de fascismo e pela sabotagem económica dos grandes senhores do capital e da terra, opôs o 25 de Abril.

5. Os reacçãoários de todos os matizes procuram explorar as dificuldades económicas do País e do povo para agravar as tensões sociais, paralisar ramos importantes da economia e dos serviços,

fomentar o caos económico e social. Esta é, no momento, uma das principais ameaças ao processo revolucionário. Este é, no momento, o campo preferido da actividade da reacção.

O Partido Comunista Português exorta a classe operária, os trabalhadores, as massas populares a manterem activa vigilância sobre todas as manobras contra-revolucionárias, especialmente sobre as que se fazem sentir no domínio da economia, chamando a participarem activamente em todas as frentes no processo revolucionário, especialmente na batalha pela reconstrução da economia e pelo aumento da produção, campo onde se irá decidir a instauração de um Portugal democrático a caminho do socialismo.

15 de Maio de 1975

A COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

XVI CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA FINLÂNDIA

O Partido Comunista da Finlândia acaba de realizar o seu XVI Congresso. O nosso Partido esteve representado em Helsinque pelo camarada Aurélio Santos, do Comité Central.

«O Comité Central do Partido Comunista Português» — diz-se na mensagem enviada — «saúda calorosamente o XVI Congresso do Partido Comunista da Finlândia e os

seus delegados, representantes das classes trabalhadoras e do povo finlandês. Fazemos votos para que este Congresso contribua para reforçar as fileiras do vosso Partido, para alargar a sua influência, para consolidar o importante papel que ele desempenha na vida política finlandesa e na acção do movimento comunista mundial pela causa da paz e do progresso social.

Fazemos também votos para que, nas novas condições do Portugal libertado, se desenvolvam e concretizem em novas formas as relações entre o PCF e o PCP, e a fraternal solidariedade com que os comunistas finlandeses apoiam a luta do Povo Português contra o fascismo e o colonialismo, pela democracia e o fim das guerras coloniais.

Mais adiante, depois de aludir às conquistas realizadas nos últimos meses em Portugal pelas forças progressistas e revolucionárias e ao papel que nelas desempenharam os comunistas, a saudação acrescenta:

SEMANA DE CINEMA SOVIÉTICO

Organizado pela Associação Portuguesa-URSS em colaboração com a INATEL, a semana de clássicos do cinema soviético, a realizar no cinema Trindade às 15 e 30 h e 21 e 30, será preenchida com o seguinte programa:

Depois de amanhã — COURAÇADO POTENKINE — Importante documento histórico que denuncia a feroz crueldade da repressão czarista.

Domingo — TCHAPAEV — Guerreiro cossaco que aderiu à revolução e veio a ser um chefe do heróico Exército Vermelho.

Diá 26 — O REGRESSO DE MÁXIMO — A progressiva formação do carácter de um homem que se consagra inteiramente à causa da revolução.

Diá 27 — LENINE EM OUTUBRO — Lenine, o corpo e a alma da grande Revolução Socialista.

Diá 28 — GANHANDO O MEU PÃO — Gorki sofreu a prisão, o desterro e o exílio, por lutar contra o czarismo, durante o qual a sua obra exercia uma acção revolucionária intensa.

Diá 29 — O QUARTELÃO DE VIBORG — Narrativa que sintetiza a vitalidade sempre crescente das forças revolucionárias da Rússia, soldada na vinculação existente entre o Povo e o Partido.

Diá 30 — AS MINHAS UNIVERSIDADES — A obra de Gorki alimentou-se constantemente de uma fraterna partilha com o destino de todos os homens e de uma profunda confiança do seu carácter incorruptível que é da sua verdadeira e profunda natureza.

UMA IDEIA DE SEMPRE

Vamos proceder à transladação dos restos mortais dos antifascistas que morreram no Campo de Concentração do Tarrafal. Desde que saímos desse campo da «morte lenta» não mais o nosso Partido deixou de pensar que um dia seriam transladados para o Alto de S. João aqueles que o fascismo assassinou no Campo de Concentração do Tarrafal, longe dos seus familiares e do mundo. Libertos no nosso país da ditadura fascista, chegou o momento de colocar aqueles antifascistas mortos no lugar onde devem ficar: entre o povo a que pertenciam e por cuja liberdade sempre lutaram.

E, como é natural, não quer o Partido proceder à transladação das ossadas sem que as famílias disso tenham conhecimento e dêem o seu acordo. Especialmente as famílias dos que não eram membros do Partido Comunista tem o Partido todo o interesse em contactar com elas, e, nesse sentido, pedimos que se nos dirijam para a sede do Par-

tido, Avenida António Serpa, 26, 2.º, esq.

Os falecidos no Campo do Tarrafal e com cujas famílias desejamos contactar, são:

Augusto da Costa, Abílio Augusto Belchior, Cândido José Barja, Francisco José Pereira, Pedro de Matos Filipe, Francisco Domingues Quintas, Rafael Tobias, Armando Simões Januário, Francisco Esteves, Alfredo Caldeira, Fernando Alcobia, Jaime de Sousa, Albino Coelho, Jacinto de Melo Faria Vilca, Casimiro Ferreira, Ernesto José Ribeiro, João Dinis, Mário dos Santos Castelhan, António Guedes de Oliveira e Silva, Albino António de Carvalho, Bento António Gonçalves, Dámaso Martins Pereira, António de Jesus Branco, Henrique Vale Domingues, Paulo José Dias, Joaquim Montes, Manuel Alves dos Reis, Francisco do Nascimento Gomes, Edmundo Gonçalves, Manuel da Costa, Joaquim Marreiros e António Guerra.

CONVÍVIO DE TRABALHADORES

No próximo dia 1 de Junho, operários e camponeses vão confraternizar na barragem Trigo de Morais, no Alentejo. A iniciativa pertence à célula do nosso Partido da Papaléia Fernandes e do Centro de Trabalho do PCP de Torrão.

Durante o dia inteiro, os comunistas, os trabalhadores converberão alegremente, em várias actividades que se multiplicarão pelo decorrer do dia.

Várias organizações do nosso Partido estão já a aderir a esta iniciativa.

SÉRGIO RIBEIRO
*
SOBRE O COMUNISMO
*
Preço: 40\$00
MORAES editores

SEARA NOVA
N.º DE MAIO
O Conselho de Revolução e a via socialista
As eleições e o processo revolucionário
O inquérito ao golpe filofascista de 11 de Março
Jorge Dimitrov: sobre a Frente Popular Democrática e Patriótica
Guiné-Bissau: a luta continua
A nacionalização da Imprensa no Peru
Lenine vivo
Colaboração de Augusto da Costa Dias, Maria Velho da Costa, A. Rego Chaves, Maria Lúcia Costa Dias e outros



Numa breve passagem pelo nosso País o professor Carlos Rafael Rodriguez, vice-primeiro-ministro e membro do secretariado do Comité Central do Partido Comunista Cubano, deslocou-se à sede do nosso Partido. Acompanhado pelo embaixador de Cuba em Lisboa aquele membro do governo manteve conversações com o camarada Álvaro Cunhal, que se encontrava acompanhado pelo camarada Sérgio Vilarigues. Este encontro veio reforçar os estreitos e cordiais laços de amizade existentes entre os dois partidos irmãos e os povos cubano e português

O CASO DO JORNAL «REPÚBLICA»

No passado dia 20, os trabalhadores do jornal «República», representados pela sua Comissão de Trabalhadores, tomaram posição contra a direcção daquele jornal e a orientação política por esta imprimida naquele vespertino. Com vista a garantir um tradicional independente do jornal, os trabalhadores da «República» exigiram a demissão do director e de outros elementos responsáveis.

Contra esta atitude dos trabalhadores, o Partido Socialista desencadeou uma violenta campanha, na base de uma pretensa defesa de «liberdade de informação» que estaria a ser posta em causa pelo Partido Comunista Português. No seguimento desta campanha, os responsáveis do Partido Socialista desenvolveram uma série de acções que se caracterizaram por um desenfreado anticomunismo que rapidamente se propagou a ataques ao MFA, ao Governo Provisório, ao COPCON, etc.

Nas presentes circunstâncias, em que os dirigentes do PS afirmam que a liberdade de informação está posta em causa em Portugal e atacam os trabalhadores do jornal «República», é necessário lembrar, antes de mais nada, que a acção dos trabalhadores da Imprensa e de todos os sectores da Informação, contribuiu bastante para que uma grande parte dos jornais, a Rádio e a TV fossem retiradas da influência dos monopólios e colocadas decididamente ao serviço do processo revolucionário português e da aliança Povo-MFA. A acção dos trabalhadores da Informação constitui um elemento de relevante importância na Revolução portuguesa e tem permitido a intransigente defesa da liberdade de informação que era reprimida pelo fascismo e pelos monopólios. Os trabalhadores da Informação têm sido e continuam a ser um pilar das liberdades em Portugal.

É do conhecimento geral que o jornal «República», sendo o único órgão de Imprensa que não estava directamente ligado ao grande capital monopolista, é gerido por membros destacados do Partido Socialista, que nos cargos de responsabilidade da empresa e do jornal se encontravam dirigentes daquele partido e que outros colaboravam diariamente nas suas colunas, onde os pontos de vista do PS eram expostos. É evidente que tal facto nenhuma relevância negativa conferia em princípio, mas ao afirmarem que a «República» é o único jornal que defende a liberdade de Imprensa, os dirigentes do PS expõem uma curiosa teoria acerca dessa liberdade: ela não é defendida e posta em prática por jornais que não estão ligados a partido, por profissionais que defenderam os órgãos de infor-

mação em que trabalham contra o domínio monopolista e deles têm feito bastiões da Revolução portuguesa, mas sim por um jornal que está intimamente ligado a um partido — por tal sinal, o PS... Não pode aliás deixar de se assinalar que esta ligação nunca foi declarada pelo PS, que utilizou o jornal «República» a coberto de uma «independência» que o comportamento dos dirigentes socialistas agora revela no seu verdadeiro significado.

Os dirigentes socialistas e os responsáveis do jornal «República» possuem elementos mais do que suficientes para saberem que é uma calúnia tão torpe como absurda o atribuírem a responsabilidade da posição dos trabalhadores daquele jornal ao PCP. É na política do PS e na consequente orientação imposta à «República» pelos militantes socialistas que ali trabalham que tem de se encontrar as razões da posição dos trabalhadores do jornal.

Os editoriais da «República» no período que antecedeu o 11 de Março, os ataques constantes à Intersindical, a campanha anticomunista de que aquele jornal se fez porta-voz, as insinuações e manobras divisionistas que passaram a conter as colunas de um diário que desempenhou importante papel na luta antifascista não passaram despercebidos nem ao Povo Português nem aos trabalhadores da «República».

A acção da «República», no seguimento da orientação política do PS, não corresponde de forma alguma aos interesses do reforço da unidade do movimento popular de massas, da unidade do MFA, da unidade das forças democráticas, da unidade Povo-MFA.

Tal acção, objectivamente, não favorece o processo revolucionário que é a única garantia das liberdades — incluindo a liberdade de informação. Ao recusarem tal orientação, os trabalhadores da «República» afirmam defender essas liberdades — por muito que isso custe aos defensores de uma «liberdade de informação» enfeudada à política do Partido Socialista e ao serviço de uma campanha anticomunista e divisionista.

Os «slogans» gritados pelos manifestantes socialistas liderados pelos dirigentes do PS contra o jornal «República» deram bem a ideia do que está em causa. Fazendo coro com os grupos provocatórios e com os reacçãoários, alinhando na histeria anticomunista, insultando o MFA e o Governo Provisório, quem defendem e quem atacam finalmente os dirigentes do PS?

A SITUAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO E A POSIÇÃO DO PCP

A persistência de graves problemas dos trabalhadores camarários, problemas que constituem parte da pesada herança do fascismo, e o facto de a Comissão Administrativa da CMP, dadas as posições do seu presidente, ter sido incapaz de caminhar decisivamente no sentido da solução urgente desses graves problemas, vieram reflectir-se na recente greve dos trabalhadores da Câmara Municipal do Porto.

Esta greve reflecte ainda o aproveitamento por parte da reacção de uma complexa situação, de qual fazem parte inúmeros incitamentos, anónimos, à greve (dirigidos designadamente ao funcionalismo público), visando a criação de um clima de perturbação social.

Num recente comunicado, a Direcção da Organização Regional do Norte do nosso Partido, ao mesmo tempo que apoia as justas reivindicações dos trabalhadores camarários e que considera, nomeadamente, que as desigualdades existentes deverão ser corrigidas, afirma que são fundamentalmente os trabalhadores mais mal pagos quem deve ver as suas reivindicações prioritárias atendidas, o que implica o desacordo com aumentos proporcionais que beneficiem, sobretudo, quem mais ganha.

A maneira como terminou a greve e a posterior e ilegal expulsão de trabalhadores progressistas exigem um rigoroso e imediato inquérito às actividades conspiratórias, contra-revolucionárias, que estão por detrás deste processo. No entanto, não deve ser posto em causa o direito à greve nem molestados os trabalhadores que, honestamente, a votaram e cumpriram ao acataram.

O acordo dos três partidos (PS, MDP/CDE e PCP) quanto à solução do problema da Comissão Administrativa da CMP e sua composição abriu a possibilidade de ser levado a cabo na CMP um profundo e rigoroso saneamento dos fascistas

e corruptos. É esta perspectiva o real motor dos acontecimentos ocorridos na Câmara Municipal do Porto.

Daí que surjam à frente do processo grevista elementos como o eng.º Silva Fernandes, que tem às costas inquéritos por graves suspeitas de irregularidades na atribuição de empreitadas referentes à construção de bairros camarários (por exemplo os bairros do Aleixo, do Bom Pastor, de Contomil, entre outros). Qual é o objectivo de tais pessoas? Passar de prováveis saneados a saneadores (afastando aqueles que mais coerentemente têm lutado por um saneamento sério); lançar a divisão entre os trabalhadores, procurando fazer do saneamento dos fascistas uma arma dos próprios fascistas; criar a confusão; protelar ou impedir a solução dos problemas da Comissão Administrativa da Câmara; sabotar o processo de criação de uma nova mentalidade no funcionalismo público.

Estes pretensos saneamentos, foram já claramente repudiados pela população e pelos trabalhadores. E fizeram-no com toda a firmeza numa grande manifestação convocada pelas Comissões de Moradores da Zona Norte com o apoio das Comissões Administrativas das Juntas de Freguesia do Porto, das Comissões de Trabalhadores dos Serviços Municipalizados do Porto e de outras forças progressistas.

No comunicado a que já nos referimos, a DORN do nosso Partido, ao mesmo tempo que reafirma a sua inteira confiança nos camaradas Manuel Andrade, Vítor Ranita e Abel Costa, seus representantes na Comissão Administrativa da CMP, os quais têm sabido defender coerentemente, em condições difíceis, os verdadeiros interesses da população, considera urgente:

a) A garantia do direito ao trabalho para todos os trabalhadores progressistas da CMP afastados arbitrariamente pela

decisão de um plenário, onde estavam trezentos trabalhadores, num total de três mil e quinhentos que tom a CMP, em 14 de Maio o que, a não ser feito, implicará a acção enérgica da população e das forças democráticas;

b) A substituição do presidente da Comissão Administrativa da CMP e a remodelação desta, de forma a pô-la, de facto, ao serviço dos interesses dos trabalhadores e da população do Porto.

Os atrasos, portelamentos e ambiguidades que se têm verificado nos últimos dias por parte de forças políticas interessadas, dificultando uma proposta concreta, servem objectivamente a reacção e a direita.

O PCP tem desenvolvido todos os esforços para que as forças políticas se definam sem ambiguidades nem maneios;

c) O saneamento profundo dos elementos da CMP comprometidos com o anterior regime;

d) Um inquérito a todo o funcionamento da CMP, durante o fascismo e após, designadamente à Direcção de Habitação, que ponha a descoberto todas as falcatruas praticadas;

e) Um inquérito à greve e ao seu processamento com inteiro respeito pelos trabalhadores e os seus direitos, no sentido de se apurar quem participou na greve com intuíto contra-revolucionário.

A DORN do PCP confia na capacidade dos trabalhadores camarários para definirem os seus objectivos de luta, tendo em conta os objectivos mais gerais de luta do povo português por um regime democrático a caminho do socialismo.

Avante por uma nova Comissão Administrativa Democrática na Câmara Municipal do Porto!
Avante por um saneamento profundo e completo da Câmara Municipal do Porto!
Avante por um funcionalismo público de novo tipo, ao serviço da população e do processo revolucionário!

CONFERÊNCIA DE PARTIDOS COMUNISTAS NA EUROPA

No prosseguimento dos trabalhos preparatórios da organização da Conferência Pan-Europeia dos Partidos Comunistas da Europa, a ser realizada em Berlim, em data ainda não fixada, iniciou-se em Paris, no dia 20, e termina hoje um encontro de representantes dos partidos comunistas europeus para debater problemas da agricultura.

Uma delegação do nosso Partido, constituída pelos camaradas Dinis Miranda, membro do Comité Central, e António Bica, especialista em problemas da agricultura, participou nos trabalhos, verificando-se o grande interesse que suscita entre os partidos irmãos a Reforma Agrária em marcha no nosso país.

INTERLIVRO
R. PEDRO NUNES, 9-A LISBOA!
DICCIONÁRIO POLITECNICO PORTUGUES-RUSSO por Matveev-Asryantz cerca de 36 000 termos e LIVROS PARA ESTUDO DA LINGUA RUSSA VISITE A URSS A FALAR RUSSO
Única livraria especializada em livros soviéticos



O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO E A BATALHA DA PRODUÇÃO

(Continuado da 1. página)

realistas e incompontáveis assim como de processos de luta criadores de instabilidade económica, social e política são tarefas que os trabalhadores têm que impor a si próprios como inadiáveis.

Não se devem pôr em causa as legítimas aspirações dos trabalhadores. O problema reside, por um lado, nas formas de luta. Por outro lado, é preciso distinguir com clareza o que no momento presente é essencial e acessório. Há que ter em conta que muitas vezes a luta por certas reivindicações imediatas poderá comprometer a conquista definitiva do objectivo principal: o fim da exploração do homem pelo homem — o socialismo.

Hoje, mais do que nunca, as lutas económicas são também lutas políticas. E por isso que a batalha da produção, a luta na frente económica, se for conduzida com êxito criará as condições decisivas para a instauração de um verdadeiro regime democrático, feito de amplas liberdades e de profundas transformações económicas e sociais. Um regime democrático a caminho do socialismo.

O MOVIMENTO POPULAR DE MASSAS

O empenhamento dos trabalhadores na batalha da produção é condição indispensável para o avanço do processo revolucionário. Mas há que enquadrar este empenhamento na dinâmica própria do movimento popular de massas, o qual terá que ser compreendido não apenas enquanto factor decisivo em momentos de tensão política e em que a nossa jovem democracia é atacada — como em 28 de Setembro e 11 de Março — mas também como elemento imprescindível na dinâmica permanente e criadora de todas as frentes do processo revolucionário.

O avanço da revolução tem sido fruto da estreita aliança entre o MFA e o movimento popular de massas, isto é: nem os militares nem o povo, só por si, conseguiriam proporcionar ao País os passos já dados em frente ao longo dos últimos doze meses. Tal só tem sido possível devido à identidade de propósitos, à conjugação de esforços, à ajuda mútua, à própria divisão de tarefas — sempre dirigidas para um fim comum — das duas componentes do processo revolucionário. Entretanto, no seio da componente popular, certas hesitações e dificuldades — a que não são estranhas as manobras divisionistas de forças políticas objectivamente de direita — têm obstado a uma acção mais eficaz e consistente.

Neste contexto, a batalha da produção poderá constituir um factor altamente positivo. Porque não se tratará então apenas de contribuir para a estabilização e a melhoria da situação económica do País, mas também de ajudar ao reforço, dinamização e estruturação de uma das duas componentes fundamentais do processo em curso. A estabilização e a melhoria

da situação económica permitirão beneficiar as condições de vida das classes trabalhadoras, defender a independência nacional e assegurar a base económica para a construção do socialismo. O reforço, dinamização e estruturação do movimento popular de massas permitirão o avanço mais decidido, seguro e rápido do próprio processo revolucionário.

Para que tais objectivos sejam alcançados, a batalha da produção terá de estar intimamente ligada à mobilização e mobilização popular, àquele conjunto de iniciativas criadoras originadas nas estruturas que constituem a essência e a característica principal do movimento de massas: sindicatos, associações, cooperativas e ligas de camponeses, comissões de moradores e outras, organizações da juventude e das mulheres.

A batalha da produção, traduzida no esforço conjunto e unitário dos trabalhadores, é, aliás, uma concretização, uma aplicação concreta do movimento popular de massas em quanto factor essencial à nossa revolução.

O aumento da produtividade e uma nova atitude perante o trabalho — nomeadamente nas empresas nacionalizadas, mas não só — têm que ser enquadrados e compreendidos enquanto factores indispensáveis ao projecto global de edificação da sociedade socialista.

Integrada assim numa perspectiva ampla e revolucionária, a própria batalha da produção permitirá alcançar objectivos mais vastos do que se poderia supor à primeira vista. Ao mesmo tempo que se ajudará a si própria, ela contribuirá para o êxito noutras batalhas igualmente decisivas, que só uma atitude nova no trabalho e dos trabalhadores poderá assegurar: o aprofundamento da democratização das estruturas, através dos amplos debates dos quais resulta uma orientação seguida necessariamente por todos; saneamento, lutando serena mas firmemente contra as infiltrações e as sobrevivências reaccionárias, tanto ao nível de pessoas como de métodos e hábitos; solidariedade e consciencialização dos trabalhadores, unindo esforços, clarificando ideias, procurando ganhar para o processo revolucionário todos os quantos por falta de informação e consciência dos seus próprios interesses e necessidade ainda nele não estão integrados.

Tal como a própria batalha da produção, estas são tarefas que requerem paciência, perseverança, espírito de sacrifício e coragem. Neste ou naquele aspecto os êxitos poderão demorar, haverá, eventualmente, recuos e dificuldades — mas não há outro caminho. Um caminho que tem de ser percorrido na ampla unidade de todas as camadas populares realmente interessadas ou que podem ser ganhas para a revolução: a classe operária, o camponês, os intelectuais, os técnicos, os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, os jovens e as mulheres.

Unidos venceremos! A vitória é difícil mas é nossa!

Em homenagem a Catarina Eufémia MILHARES DE TRABALHADORES DESLOCARAM-SE A BALEIZÃO

Baleizão vermelho homenageou pela segunda vez, em liberdade, a memória de Catarina Eufémia. Milhares e milhares de pessoas, vindas das mais variadas regiões, concentraram-se naquela povoação alentejana, recordando o exemplo da lutadora antifascista que continua vivo no espírito de todos os trabalhadores.

A exemplo do que tinha sucedido no ano passado — quando pouco tempo depois da data da libertação pelo Movimento das Forças Armadas milhares de pessoas acorreram à planície alentejana a fim de participarem na grande manifestação promovida pelo Partido Comunista Português de homenagem a uma militante caída na luta contra o fascismo — também agora não foi menor a presença das classes trabalhadoras.

Na manhã cedo de domingo, Baleizão encheu-se de gente. As estradas que convergiam para ali tinham um movimento redobrado devido às inúmeras caravanas, onde tremulavam as bandeiras vermelhas do nosso Partido. Autocarros, tractores com atrelados, camionetas de carga, tudo foi utilizado como meio de transporte. Vindos de Sacavém ou de Loulé, do Barreiro ou de Ervidel, de Serpa ou de Grândola, milhares de trabalhadores marcaram com a sua presença a homenagem a Catarina Eufémia. E na estrada que vai de Beja para Serpa e passa junto à povoação centenária de veículos parados atestavam os milhares de pessoas presentes que assistiram ao comício e desfilaram na romagem ao túmulo da heroica camponesa, orgulho do glorioso proletariado rural alentejano, orgulho de todos os trabalhadores portugueses, orgulho do Partido como sublinhou o camarada Alvaro Cunhal durante as comemorações do ano passado.

O sacrifício de Catarina não foi em vão

O exemplo da militante comunista Catarina Eufémia é por de mais conhecido. Encabeçando a luta da sua classe e defendendo os interesses mais prementes dos trabalhadores foi assassinada pela repressão fascista. Carriola se chamava o fascista que a matou. O seu exemplo continuou a servir a classe trabalhadora, inspirando sucessivas gerações no espírito de combatividade e abnegação. E se hoje podemos dizer que Catarina morreu como deve saber morrer um membro do Partido, à frente das massas trabalhadoras não podemos também esquecer que aquela militante soube viver como um membro do Partido Comunista não se furtando às lutas sempre no desejo de com a sua actividade servir os interesses dos trabalhadores.

Para termos presente o significado da homenagem que o nosso Partido prestou este ano à memória de Catarina Eufémia não deixa de ter interesse recordar algumas passagens do discurso que no ano passado o camarada Alvaro Cunhal proferiu em Baleizão e no qual salientou a dada altura: *O sacrifício de Catarina não foi em vão. Da terra portuguesa começam a brotar flores das plantas que Catarina regou com o seu sangue. Começam a alcançar-se objectivos pelos quais lutou a vida Catarina.*

Catarina lutou pela liberdade e a liberdade foi alcançada. Os outros ideais por que Catarina, a militante comunista, lutou serão também alcançados. Chegará o dia em que a Reforma Agrária entregará a terra dos grandes latifundiários aqueles que a trabalham. Chegará também o dia em que no Alentejo não mais haverá senhores e escravos (...). Nada e ninguém nos desviará deste caminho e caberá ao Povo Português dizer a última palavra.

Um ano depois muitos passos foram já dados para resolver a situação dos traba-

lhadores. A Reforma Agrária está a avançar, as nacionalizações efectuadas vêm colocar nas mãos dos trabalhadores os principais meios de produção acabando com situações de exploração e de colonialismo económico. Muitos passos precisam ainda de ser dados para que as classes trabalhadoras possam decidir do seu destino efectivamente. Mas um ano depois de 19 de Maio de 1974, quando Alvaro Cunhal afirmou que *o sacrifício de Catarina não foi em vão*, como não foram em vão os sacrifícios de centenas de militantes comunistas que esta expressão, a transformar-se numa realidade dos nossos dias

A Reforma Agrária está em marcha

Baleizão cobriu-se de vermelho com as centenas e centenas de bandeiras do nosso Partido que no domingo encheram aquela povoação. Um comício em que esteve presente o camarada Alvaro Cunhal e cujo discurso transcrevemos noutra local deu início à homenagem. Milhares de pessoas enchiam o largo e espalhavam-se pelas ruas vizinhas. As Forças Armadas fizeram-se representar nas comemorações através de elementos do Regimento de Artilharia Ligeira de Beja, da Base Aérea n.º 11, da PSP e da GNR. Estiveram também presentes representantes do Governo Civil do Distrito, da Câmara Municipal de Beja e da Junta de Freguesia e da Casa do Povo de Baleizão e ainda representantes da União dos Sindicatos do Sul e dos Sindicatos dos Trabalhadores, Agrícolas, Metalúrgicos, Mineiros, Construção Civil, Químicos, Bancários, Empregados de Escritório, Caixeiros, Motoristas, Indústria Hoteleira e a Liga dos Pequenos Agricultores. As diferentes organizações do nosso Partido também estiveram presentes bem como numerosas células e delegações de outras localidades.

Usou da palavra, em primeiro lugar, o presidente da Junta de Freguesia de Baleizão, Dionísio Gonçalves Galheto que saudou a presença de todos os que ali se deslocaram para homenagear a memória de Catarina Eufémia. Falou a seguir José António Lérias Carrilho da União da Juventude Comunista, que recordando o exemplo de Catarina Eufémia frisou o propósito de a UJC congregar todos os jovens na luta pelos interesses que dizem respeito às massas trabalhadoras e que nesse rumo continuará a caminhar.

Falaria a seguir o camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central do nosso Partido e deputado pelo distrito de Beja. Depois de um minuto de silêncio em homenagem aos camaradas Pedro Soares e Maria Luisa Costa Dias, recentemente falecidos, Francisco Miguel recordou que pela segunda vez se comemorava, em liberdade, o aniversário da morte de Catarina Eufémia, enumerando depois o processo revolucionário que se tem desenrolado neste ano e durante o qual muitas medidas foram já tomadas. Abordando a seguir um tema querido aos trabalhadores e que é a Reforma Agrária, que sempre tinham aspirado e pela qual nunca deixaram de lutar afirmou que estava nas suas mãos a concretização da medida recentemente anunciada no respeitante à Reforma Agrária, e apelou para a organização dos trabalhadores, para que sejam estes a construir o país que todos desejam e onde a exploração não mais seja possível, frisando a seguir: *A Reforma Agrária está em marcha e tem de ser realizada por nós. E prossigui: Nós, comunistas, pensamos que a melhor homenagem que podemos prestar aos nossos mortos, aqueles que deram a vida e o seu sangue*

Hoje os sindicatos agrícolas do Alentejo são recebidos ao mais alto nível do Estado. São recebidos, ouvidos e atendidos. E medidas históricas têm sido tomadas. Um ano atrás, quando aqui estivemos, falar em Reforma Agrária era como uma aspiração de um objectivo ainda distante que provocava a cólera e as ameaças das forças reaccionárias e conservadoras que ainda existiam em altas esferas do Governo.

Hoje, camaradas, a questão está decidida: a Reforma Agrária começou e está em marcha e não parará mais enquanto não for inteiramente realizada.

Um ano atrás, camaradas, neste mesmo sítio nós também gritámos: «A terra a quem a trabalha», mas há um ano atrás não sabíamos que a terra iria ser entregue a quem a trabalha. Agora sabemos que ela vai ser entregue a quem a trabalha e vai ser entregue em breve.

E por isso, camaradas, quando o Partido me encarrega de aqui vir representá-lo, encarregue-me não apenas de transmitir palavras de confiança no futuro, mas transmitir na vossa pessoa, a todos os trabalhadores rurais alentejanos, pelos grandes passos dados para a realização da Reforma Agrária, as ardentes saudações de combate do CC do PCP.

1975, podemos estar certos, será o ano da liquidação dos latifúndios. O limite está já estabelecido. As terras das explorações que excedam 500 hectares de terra de sequeiro e 50 hectares de regadio serão expropriados e entregues a quem as trabalha.

Dizem aí que há grandes proprietários que não estão satisfeitos, que acham que 500 hectares de sequeiro e 50 de regadio é pouco, mas nós já temos dito muitas vezes: se acham que é pouco, que as larguem, que há muito que se as queira cultivar. (Gritos: Assim se vê a força do PC.)

Naturalmente, camaradas, que eu não posso deixar de estar de acordo convosco que assim se vê a força do PC, mas não só, não só a do PC, assim se vê a força de todo o nosso povo trabalhador, sejam comunistas ou não. E não só isso, camaradas, assim se vê a contribuição que esta medida histórica que abre o caminho à transformação radical da agricultura e da vida dos trabalhadores nos campos do Sul do nosso país. Arrancadas às mãos exploradoras dos grandes agrários, entregues aos cuidados dos trabalhadores, organizadas em herdades do Estado ou em cooperativas, as terras alentejanas produzirão incomparavelmente mais, garantirão uma vida desfogada aos trabalhadores e darão ao País os produtos que hoje tem de importar e que custam muitos milhões de contos.

plena vitória que hoje temos e trabalhar, continuando a luta que elas seguiram. Confiantes nas nossas forças marcharemos em frente certos de que triunfaremos.

Referindo por último que os trabalhadores devem ter maior consciência de que hoje têm todas as condições para tomarem nas suas mãos os seus próprios destinos, o camarada Francisco Miguel apelou para a unidade de todos os trabalhadores, único processo de se atingir a vitória final que acabará com a exploração do homem pelo homem.

Findo o comício com a mul-

tidão a cantar o hino nacional realizou-se como estava previsto uma romagem ao túmulo de Catarina Eufémia, no cemitério da povoação, para onde os restos mortais tinham sido trasladados no ano passado. Milhares de pessoas concentraram-se então junto ao portão do pequeno cemitério aguardando a sua vez para desfilar em frente ao túmulo onde um lápida simples recorda a vida e a luta da militante comunista que não hesitou em estar na primeira linha contra a repressão e a exploração.

O sacrifício de Catarina não foi em vão e as realidades

que Portugal vive hoje são disso a prova. Mas para que os sacrifícios de todos os militantes comunistas que deram a vida pela liberdade e pelos trabalhadores se constabanciem no ideal que os animou novos sacrifícios são precisos, extensivos a todos os trabalhadores para que o processo revolucionário não retroceda, para que todos possam ter uma vida digna sem dificuldades. Por isso se torna importante a união organizada dos trabalhadores na grande batalha da produção que se nos depara e que temos de enfrentar na firme disposição de vencer.

No final das comemorações surgiu, natural, o convívio entre os que se tinham deslocado até Baleizão e os habitantes. Faziam-se piqueniques, improvisavam-se coros, pessoas das mais variadas regiões e profissões confraternizaram dentro do espírito que é comum aos militantes comunistas. E em todos estava presente o desejo que no próximo mês de Maio por ocasião da homenagem a Catarina Eufémia as condições económicas e sociais fossem já diferentes, num avanço cada vez mais firme para o socialismo.

Álvaro Cunhal: A REFORMA AGRÁRIA NÃO PARARÁ MAIS

Camaradas:

Faz amanhã precisamente um ano que, na homenagem a Catarina Eufémia, aqui vim transmitir aos trabalhadores rurais alentejanos, as homenagens e as saudações do CC do PCP.

Nesse dia memorável, no momento em que a nossa jovem democracia dava os seus primeiros e difíceis passos, o heróico proletariado rural alentejano, na grandiosa manifestação aqui realizada, mostrou a sua determinação de continuar, nas novas condições do Portugal libertado do fascismo, a luta pelos objectivos que os haviam inspirado nos difíceis anos da ditadura; os objectivos que haviam animado a vida e a luta de Catarina Eufémia.

Um ano passou. Neste ano, grandes passos foram dados no caminho da democracia, da paz e do socialismo.

Faz agora um ano, no palácio de Belém estava como Presidente o ex-general Spínola, que, três semanas passadas sobre o derrube da ditadura fascista, conspirava já para instaurar uma nova ditadura. Então os grandes agrários mantinham estreito contacto com Belém e o que em Belém se dizia do Alentejo é que os comunistas e com eles os trabalhadores alentejanos queimavam as searas e provocavam desordens.

Os progressos da Revolução

Os tempos mudaram, camaradas, e a aliança Povo-MFA derrotou sucessivas tentativas contra-revolucionárias. Hoje, em Belém, não está mais o chefe da contra-revolução, mas o Conselho da Revolução, que, com o Presidente da República, tem tomado medidas fundamentais para assegurar o curso democrático e transformações profundas na vida económica e social portuguesa.

Naturalmente, camaradas, que cito aqui alguns exemplos, mas saudando os trabalhadores dessas herdades quero saudar em nome do Partido todos os trabalhadores, todo o Alentejo que tem lutado pela Reforma Agrária e continua a dar grandes exemplos de coragem, persistência, de heroísmo para transformar esta abandonada terra alentejana numa nova agricultura florescente, para bem do povo trabalhador. Quero também saudar os sindicatos agrícolas e as ligas de pequenos e médios agricultores, que têm tido um papel de destaque em toda esta luta, hoje vitoriosa, pela Reforma Agrária, em grande parte do Sul do nosso país.

Há já hoje no Alentejo algumas searas, muita semente lançada à terra, muitas árvores tratadas graças ao trabalho esforçado de heróicos trabalhadores rurais em terras antes abandonadas. Hoje é já assim em algumas herdades, amanhã será assim em todo o Alentejo.

Aqui saúdo, em nome do Partido, os trabalhadores alentejanos que mostram, na prática, estar dispostos a fazer sacrifícios para que floresça uma nova agricultura, para que as terras abandonadas ou desprezadas pelos grandes senhores produzam aquilo que faz falta ao nosso Povo.

Aqui saúdo os trabalhadores que na Corte da Condessa, estão há três semanas sem receber um tostão, mas continuam confiantes a batalha da produção. Estamos certos de que acabaram por ver recompensados os seus esforços. Saúdo os trabalhadores que na Herdade dos Machados começaram agora a cultivar a terra que antes estava abandonada. Abrem o caminho para tornar esta herdade de 6000 hectares, numa herdade que produza para benefício do povo trabalhador. Também quero saudar o povo de Santa Vitória de Ervidel, que cultiva completamente a terra da Herdade do Ourito e manifesta a disposição de dar um dia de trabalho gratuito para a munda do cartão e do grão; (Rectificam-me aqui do lado que já deram.) Muitos parabéns, camaradas, os trabalhadores são assim. Prometeram e deram. Infelizmente, no nosso país há muitos que prometem e não dão, que prometem e não fazem, mas a palavra dos trabalhadores é sagrada: quando prometem, dão; quando prometem, fazem.

Naturalmente, camaradas, que cito aqui alguns exemplos, mas saudando os trabalhadores dessas herdades quero saudar em nome do Partido todos os trabalhadores, todo o Alentejo que tem lutado pela Reforma Agrária e continua a dar grandes exemplos de coragem, persistência, de heroísmo para transformar esta abandonada terra alentejana numa nova agricultura florescente, para bem do povo trabalhador. Quero também saudar os sindicatos agrícolas e as ligas de pequenos e médios agricultores, que têm tido um papel de destaque em toda esta luta, hoje vitoriosa, pela Reforma Agrária, em grande parte do Sul do nosso país.

A Aliança Povo - MFA

Camaradas: Nós damos o devido valor à luta de todos os trabalhadores, quaisquer que sejam as opiniões políticas. Valorizamos o apoio e as decisões do MFA, movimento revolucionário que tem mostrado estar com o povo trabalhador. A aliança entre o Movimento Popular e o MFA é a força motora da Revolução Portuguesa. O MFA tem mostrado estar à altura da

confiança que o povo trabalhador nele deposita, as suas posições relativas à questão agrária têm sido decisivas importância neste processo. O MFA está com o Povo, e o Povo está com o MFA. Permite, camaradas, que saúdo calorosamente aqueles que nesta tribuna representam o Movimento dos Trabalhadores Alentejanos, neste comício de trabalhadores que estão a lutar para a transformação do nosso país no sentido do socialismo. Saudando os representantes das Forças Armadas nesta tribuna, eu não quero deixar de sublinhar o particular significado que tem estarem aqui representantes da GNR. Nós estamos aqui em homenagem a uma trabalhadora comunista alentejana que morreu nesta terra. Todos conhecemos as condições trágicas do assassinio dessa nossa camarada e amiga. O facto de nesta tribuna estarem com o MFA representantes da GNR, mostra a transformação profunda que se está a operar neste país, e que não podemos deixar de sublinhar neste momento. É sabido, camaradas, que o MFA está procedendo a uma reorganização das forças militarizadas. Mas mesmo antes dessa reorganização ser levada a cabo, eu creio que todos podemos dizer que, se a GNR está com o Povo, o Povo também está com a GNR.

Nós valorizamos a acção de todas as forças democráticas que participam no processo revolucionário. Mas creio, camaradas, porque é uma verdade e sem a qual não se pode compreender a transformação que se está a dar no nosso país, é uma verdade que as lutas dos alentejanos e os passos já dados para a Reforma Agrária são inseparáveis da actividade da vanguarda revolucionária da classe trabalhadora: o Partido Comunista Português.

A terra onde se realizará a Reforma Agrária, está embebida pelo sangue de comunistas, como Catarina Eufémia que deram as suas vidas para que a hora que hoje vivemos finalmente chegasse. E ela chegou.

Depois do 25 de Abril, houve partidos que defenderam que não se devia tão cedo realizar reformas profundas económicas e sociais. Defendiam o estabelecimento do que chamavam um «pacto de progresso» com o grande capital e os grandes agrários, segundo o qual estes respeitariam as liberdades e as forças democráticas, assumiriam o compromisso de não tocar nos capitais, nas empresas, nas terras dos exploradores do nosso povo.

Nós já temos dito e aqui queremos repetir: o PCP, pela sua parte, assinou também um pacto; assumiu também um compromisso. O nosso pacto, o nosso compromisso é com o povo trabalhador, é com os explorados e oprimidos, é com as mães que sofrem por não terem pão para dar aos filhos, é com os velhos trabalhadores abandonados quando deixam de trabalhar, é com os filhos dos pobres, é um pacto pelo qual nos comprometemos a lutar intransigentemente, a dar todas as nossas energias e esforços, a dar a vida se necessário for, para pôr fim à exploração capitalista e para construir uma sociedade em que os homens sejam livres e iguais — a sociedade socialista.

Os trabalhadores alentejanos, assim como todo o povo do nosso país, podem estar absolutamente certos de que nós, os comunistas, tudo faremos para cumprirmos com honra este nosso compromisso.

VIVA PORTUGAL DEMOCRÁTICO A CAMINHO DO SOCIALISMO!

VIVA A REFORMA AGRÁRIA!
VIVA A UNIDADE DO POVO TRABALHADOR!
VIVA A ALIANÇA DO MOVIMENTO POPULAR COM O MFA!
VIVA O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

LÊ • ASSINA • DIVULGA

UMA VOZ DEMOCRÁTICA

a opinião

REDACÇÃO: AV. DA BOAVISTA, 601 — PORTO — TEL. 64418

GLORIOSA JORNADA DE LUTA EVOCADA EM PÊRO PINHEIRO

Milhares de trabalhadores de Pêro Pinheiro — Montelavar comemoraram no passado domingo o 10.º aniversário da jornada de luta desencadeada em Maio de 1965 pelos operários de mármore e cantarias — canteiros, polidores, serradores e cabouqueiros (trabalhadores das pedreiras) — reivindicando 10\$000 de aumento nos salários.

As comemorações iniciaram-se com uma romagem de homenagem à campã do operário Vítor Leitão, preso pela PIDE durante as lutas de Maio de 1965 e que veio a falecer dias depois de ser posto em liberdade, em con-

tar o regresso do fascismo, com todas as consequências trágicas que daí adviriam para a classe operária. Daqui apelamos para a consciência revolucionária do operariado no sentido de nos unirmos todos em volta das forças verdadeiramente progressistas, esquecendo querelas que não conduzem a lado algum e só favorecem as forças reaccionárias existentes no nosso país. É necessário que tomemos consciência de que só produzindo mais e melhor poderemos conseguir que todos tenham possibilidades de alcançar uma vida digna de seres humanos que somos.

ras regiões e países, que, desde o momento em que sejam vencidos os mentirosos preconceitos sobre a pretensa e mentirosa inferioridade política e social da mulher, esta é capaz de vencer rapidamente o seu atraso e de pôr-se a par do homem na realização das grandes tarefas revolucionárias.

Com a ajuda dos homens comunistas, às mulheres compete a iniciativa de romper de vez os velhos preconceitos e de provar a capacidade revolucionária das mulheres.

Mulheres trabalhadoras de Pêro Pinheiro — Montelavar! Sois vós as primeiras inte-

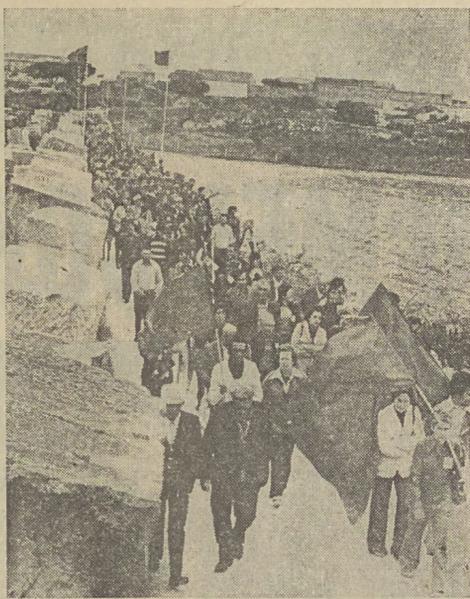
radas Alvaro Cunhal, que, de improviso, começou por se referir à gloriosa jornada de luta dos trabalhadores locais em 1965, acrescentando:

A luta do nosso povo é inseparável da luta do Partido Comunista, e nós, os comunistas, que não queremos nenhuma situação especial, nós não vivemos nem queremos lutar senão para servir o nosso povo, não temos outro objectivo na nossa luta. O Partido Comunista existe para servir o povo trabalhador, não existe para dar quaisquer vantagens aos seus membros ou aos seus dirigentes. Essa é a tradição de luta que está bem presente também na homenagem que hoje prestamos aos heróicos grevistas de 1965.

sermos muitos, apesar de termos força, força que nos vem da experiência, força que nos vem da unidade do nosso Partido, força que nos vem da sua base operária organizada, apesar disso, seria um profundo erro se nós comunistas pensássemos que podíamos ganhar sozinhos a batalha pela democracia e pelo socialismo. E, por isso, neste momento em que vejo que há aqui muitos comunistas, faço um apelo que cada comunista olhe para seu lado e veja se há outro trabalhador, outro português ou portuguesa que não seja comunista e dê o braço a esse trabalhador que não é comunista, a essa trabalhadora ou a esse outro português ou portuguesa que

não é comunista e venha com ele para a luta, e o chame à luta, e não se isole dentro do Partido.

O nosso Partido sozinho estaria condenado à derrota, por muito grande que fosse. É ligado às amplas massas trabalhadoras, é ligado aos homens e mulheres que têm outro pensar que não é o nosso de comunistas, mas ligados, unidos, com os mesmos objectivos fundamentais, é dentro dessa política de unidade, de fraternidade da classe operária, de unidade de todos os trabalhadores, de unidade do nosso povo, que nós podemos alcançar a vitória e podemos dizer, com certeza, que a alcançaremos e a breve prazo, camaradas.



Milhares de trabalhadores de Pêro Pinheiro e de Montelavar comemoraram o décimo aniversário da greve dos operários dos mármore e canteiros



Aspecto da romagem à campã do operário Vítor Leitão, preso pela PIDE em 1965 durante a greve

sequência dos maus tratos sofridos. Como salientou o camarada Hipólito Santos, numa breve alocução junto da campã, a melhor homenagem que podemos prestar aos companheiros que caíram é continuar incansavelmente na luta até à liquidação completa da exploração do homem pelo homem. O piquenique que se seguiu, pleno de alegria e animação, foi bem o reforçar da amizade e solidariedade existente entre as populações de Pêro Pinheiro e Montelavar, a despeito de uma saudável rivalidade que já vem de longa data. Solidariedade, aliás, que esteve bem presente durante a greve desencadeada há 10 anos e que se prolongou durante 15 dias, como recordou o camarada Francisco Sargento, velho militante e operário dos mármore.

— Eles (os patrões) tinham tudo e nós não tínhamos nada. O sindicato andava a prometer-nos os 10\$000 de aumento há bastante tempo, mas nunca mais se resolvia. Depois de várias lutas, resolvemos entrar em greve. Todas as empresas da região aderiram à luta, que teve o apoio total das populações. Claro que houve repressão mas não desistimos. Estávamos conscientes que era uma luta justa, e tínhamos o apoio do povo.

Falou em seguida o representante da UJC, debruçando-se sobre o papel dos jovens comunistas, vanguarda dos jovens operários e trabalhadores, que devem esclarecer e trazer para o processo revolucionário todos os trabalhadores e estudantes indecisos, que andam embalados nas canções dos verbalistas de extrema-esquerda e dos oportunistas de direita e que cedem ao acenar de facilidades, não vendo que é impossível construir o socialismo se não houver trabalho e dedicação à causa revolucionária.

ressadas na Revolução Democrática rumo ao socialismo! Rompe de vez as peias do passado mentiroso e as mentirosas teias de aranha da vossa pretensa inferioridade!

Mostrai aos vossos companheiros, aos vossos irmãos e filhos, que sois tão capazes como eles, pois que sois tanto ou mais interessadas do que eles, na vitória da Revolução Democrática e na edificação de uma sociedade socialista na nossa terra!

O camarada Alvaro Cunhal referiu-se depois à força da classe operária e ao importante papel que ela tem a desempenhar no processo em curso, salientando que é através, fundamentalmente, da sua organização, que ela deve intervir na vida política e nas transformações democráticas no nosso país.

A este propósito, e em referência à organização sindical, acentuou a importância da Intersindical, o seu passado de luta nas duras condições do fascismo, acrescentando:

Nós pensamos que a organização sindical deve ser amplamente unitária, não deve ser sectária, não deve estar fechada a tal ou tal partido, todos os sindicatos dos trabalhadores devem lutar unidos, não devem estabelecer discriminações, e pensamos que há que lutar em todos os sindicatos para que os trabalhadores se unam na defesa dos seus interesses fundamentais, sem exclusões, comunistas, socialistas, católicos, liberais, tenham as opiniões que tiverem. São organizações de classe em que os trabalhadores devem estar unidos, independentemente dos seus conceitos políticos, das suas crenças religiosas, em defesa dos seus interesses fundamentais de classe.

E essa a nossa política nos sindicatos, é essa a nossa orientação nos sindicatos. E, por isso, quando hoje vemos partidos políticos que procuram destruir a organização sindical, dividir o movimento sindical, enfraquecer, portanto, os trabalhadores, nós fazemos frente a essa campanha e procuramos defender a unidade e a acção dos sindicatos neste poderoso movimento sindical, que é uma arma importante dos trabalhadores na luta pela democratização do País e pela realização das outras tarefas que se colocam perante o nosso povo.

Já no final do seu improviso, o secretário-geral do PCP afirmou:

Nós, os comunistas, somos já muitos. O Partido ainda não divulgou os seus efectivos mas, por exemplo, os socialistas falavam dos efectivos do seu partido. Nós temos mais, muito mais a grande distância, já filiados no PC. A tempo se saberá o número, mas somos muitos.

Mas apesar, camaradas, de

DOIS COMBATENTES DA CLASSE OPERÁRIA EVOCADOS PELO POVO DE VILA FRANCA

Se se continuarem a aumentar de forma irrealista os salários e vencimentos, a diminuir o tempo de trabalho, a produzir cada vez menos, caminharemos para a catástrofe económica e, através da catástrofe económica, para a catástrofe política — afirmou

Simão Nogueira falando de António Tavares seu companheiro de trabalho e de prisão, morto em 1951 com 29 anos de idade. Depois de recordar António Tavares como elemento consciencializador de massas camponesas, uma inteligência ao serviço do po-

Apelou também para o reforço da aliança Povo-MFA, saudando o Conselho da Revolução pelas medidas revolucionárias já tomadas e condenando a recente libertação de homens reconhecidamente fascistas, verdadeiros inimigos do processo democrático em curso, o que significa falta de uma legislação revolucionária que ponha termo a estas situações e que tanto tarda em sair.

Dias Lourenço, de improviso, proferiu breves palavras sobre o papel dos militantes comunistas na luta do nosso povo, durante e depois do fascismo, e sobre os sacrifícios que o momento actual exige.

Chegou, entretanto, o camarada Alvaro Cunhal, recebido com vibrantes gritos de «PCP, PCP», pelos muitos milhares de pessoas presentes, e cujo importante discurso transcrevemos noutro local.



A sessão de homenagem a António Tavares e Carlos Pato reuniu, em Vila Franca de Xira, milhares de comunistas

o camarada Alvaro Cunhal em Vila Franca de Xira, no passado domingo, durante uma sessão de homenagem à memória de dois militantes do PCP, mortos pelo fascismo: António Tavares, operário da Fábrica de Cimentos Tejo, falecido em 1 de Fevereiro de 1951, pouco tempo depois de ter sido libertado das prisões fascistas; e Carlos Pato, irmão de Octávio Pato, membro da comissão política do CC do PCP, morto na prisão do Forte de Caxias, em 26 de Junho de 1950, vítima de torturas e maus tratos.

renço e Octávio Pato, do CC do PCP.

Usaram da palavra, Inocência Redol; Simão Nogueira, operário metalúrgico; Joaquim Neves, operário da fábrica de Cimentos Tejo; Rosalina Pinho, da comissão concelhia do PCP e Dias Lourenço.

Incência Redol recordou a memória de Carlos Pato, homem e militante, tendo afirmado a dada altura: *Ele continua vivo nos nossos corações, porque homens da sua tempera nunca morrem.*

Foram ainda lidas saudações da União da Juventude Comunista e da União dos Estudantes Comunistas, após o que o nosso secretário-geral proferiu um importante discurso, que transcrevemos em separado.

Ao som de canções revolucionárias e repetindo incessantemente «Assim se vê a força do PC», terminou esta importante jornada do povo de Vila Franca de Xira com a afirmação inequívoca da plena disposição de continuar na luta, rumo ao socialismo, seguindo com orgulho o exemplo heróico dos companheiros caídos em combate pelo ideal comum — o socialismo.

A mulher na revolução

Aida Magro, depois de se referir também à urgência e necessidade da batalha da produção, dirigiu-se, em especial, às mulheres trabalhadoras:

A percentagem de mulheres membros do Partido no nosso distrito de Lisboa é apenas de uma mulher para cada seis homens comunistas.

Esta percentagem é muito pequena.

As mulheres constituem no nosso país mais de metade de toda a população adulta.

E, como dizia Lenine, não será possível fazer e levar até ao fim a Revolução sem a ajuda activa das mulheres, que são aliás as mais exploradas como são, seja nas fábricas como trabalhadoras seja no lar como esposas e mães.

(...)

Esta hoje plenamente provado, pelo exemplo de inúmeras

O PCP na vanguarda da luta

Depois da intervenção do representante da UEC, que fez uma análise da situação nas escolas e apontou as principais tarefas que se colocam aos estudantes a fim de levar a cabo uma efectiva reforma geral e democrática do ensino, usou da palavra o camarada Ilídio Esteves, que recordou a greve desencadeada em Maio de 1965, sob a organização do PCP, afirmando a dada altura:

Conhecedor dos baixos salários pagos aos operários dos mármore e cantarias, que há muitos anos não tinham um aumento geral, ganhando menos do que a generalidade dos operários da região de Lisboa, especialmente dos operários da construção civil; conhecedor de que a frente do sindicato estava um grupo de referidos do patronato, traído dos interesses da classe — manejados pelo corrupto fascista Manuel Pereira —, o PCP começou por discutir com os trabalhadores, esforçando-se por lhes dar consciência da situação discriminatória e injusta a que estavam submetidos. Ouvindo e dizendo, aprendendo com os trabalhadores e transmitindo-lhes a sua experiência, acordou-se na reivindicação de uma aumento diário e geral de 10\$000. Oscilando os salários pagos entre 4\$500/5\$500, o aumento reivindicado representava uma média de 20%.

A sessão de homenagem aos dois militantes comunistas, ambos naturais de Vila Franca foi promovida por uma comissão de antifascis-

Evocou depois o perfil político de Carlos Pato, que fez parte do grupo de jovens antifascistas vilafranqueses formado na geração dos anos quarenta e entre os quais se contavam Alves Redol, Dias Lourenço e outros.

A oradora referiu também as sucessivas prisões daquele militante comunista, que sofreu numa delas a terrível tortura de 130 horas de estafat!

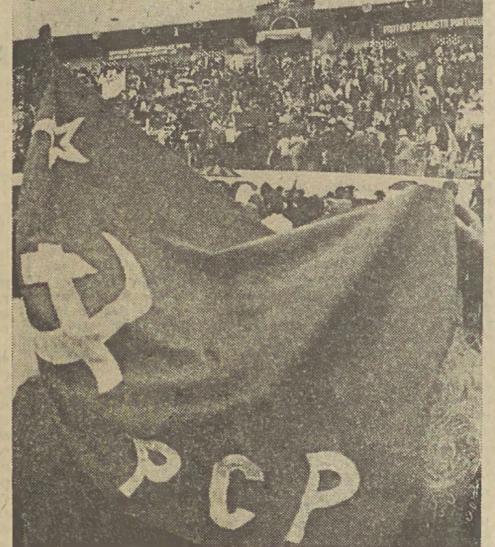
Rosalina Pinho voltou a referir-se ao exemplo revolucionário que foi Carlos Pato, falando depois das conquistas já alcançadas pelo povo português, citando as nacionalizações da banca, dos seguros, etc.

O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DAS MULHERES PORTUGUESAS VAI FESTEJAR O DIA INTERNACIONAL DA CRIANÇA

O Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas vai festejar o dia 1 de Junho, Dia Internacional da Criança. Pela segunda vez em liberdade, as crianças portuguesas vão participar numa grandiosa festa popular em sua intenção. Este ano é maior a certeza de que se avizinha o novo mundo onde as crianças não sofrerão mais a miséria e a opressão, onde banidos os exploradores, as crianças poderão, finalmente, usufruir a sua própria humanidade. E neste projecto político que se insere esta iniciativa cuja realização se encerra num gigantesco trabalho em que o povo português está

empenhado: a construção de uma sociedade socialista.

Este projecto, em cuja concretização labutam os povos dos países ainda submetidos ao capitalismo, é já uma autora despondando através do trabalho revolucionário. Neste ano de 1975, consolida-se o processo revolucionário português e, no resto do mundo, as batalhas populares pela libertação registaram uma importante vitória com a expulsão do imperialismo americano do flagelado território vietnamita. As vitórias dos povos em luta pela sua libertação é, sem dúvida, a melhor forma de presentear as crianças de todo o mundo. Deste modo, será possível prometer-lhes uma sociedade onde todos os dias serão dias do homem, liberto das algemas da exploração e da ditadura.



Um aspecto do comício na Praça de Touros de Vila Franca

As empresas da região aderiram à luta, que teve o apoio total das populações. Claro que houve repressão mas não desistimos. Estávamos conscientes que era uma luta justa, e tínhamos o apoio do povo.

Depois de se referir à urgência e necessidade da batalha da produção, dirigiu-se, em especial, às mulheres trabalhadoras:

A percentagem de mulheres membros do Partido no nosso distrito de Lisboa é apenas de uma mulher para cada seis homens comunistas.

Esta percentagem é muito pequena.

As mulheres constituem no nosso país mais de metade de toda a população adulta.

E, como dizia Lenine, não será possível fazer e levar até ao fim a Revolução sem a ajuda activa das mulheres, que são aliás as mais exploradas como são, seja nas fábricas como trabalhadoras seja no lar como esposas e mães.

(...)

Esta hoje plenamente provado, pelo exemplo de inúmeras



INTERLIVRO
R. PEDRO NUNES, 9-A LISBOA I

OBRAS DE LENINE

SOBRE EL INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO 40\$00

ACERCA DE LOS SINDICATOS 68\$00

ACERCA DEL REVOLUCIONARISMO PEQUENO-BURGUES 15\$00

OBRAS ESCOLHIDAS (3 volumes) 300\$00

OBRAS COMPLETAS (47 volumes) 40\$00 c/volume

LE E ESTUDA LENINE

Única livraria especializada em livros soviéticos

Discurso de Alvaro Cunhal

Vibrantemente aplaudido, encetou o comício o cama-

ASSINA O "AVANTE!"

Todas as 2.ª-feiras às 22 horas no Rádio Clube Português O PCP FALA PARA TI



Novos livros Estampa

CINEMA E IDEOLOGIA
Jean Patrick Label
Coleção Teoria, n.º 15
Preço — 80\$00

SOCIEDADES E GRUPOS EM PORTUGAL
Maria Belmira Martins
Coleção Polémica, n.º 8
Preço — 50\$00

AS MULHERES ASSALARIADAS
Coleção Práxis, n.º 23
Preço — 50\$00

A ALIANÇA ENTRE OS MONOPÓLIOS E A CLIQUA MILITAR
Alexandre Deikine
Coleção Cadernos Políticos, n.º 18
Preço — 40\$00

PROBLEMAS DE LUTA PELA UNIDADE DO MOVIMENTO COMUNISTA
Alexandre Sóbolev
Cadernos Políticos, n.º 22
Preço 30\$00

EDITORIAL ESTAMPA
Rua da Escola do Exército, 9, r/c., Dto.
Telef. 55 56 63 Lisboa-I

PROCESSO REVOLUCIONÁRIO E BATALHA DA PRODUÇÃO

O MFA COM AS CLASSES TRABALHADORAS



VASCO GONÇALVES:

«NÃO HÁ MEIO CAMINHO NEM MEIAS-TINTAS!»

Na Sorefame, o Primeiro-Ministro não fez um discurso. Estava numa fábrica, entre trabalhadores. A eles se dirigiu na sua linguagem franca, de soldado da Revolução. Uma linguagem adequada ao local e ao momento histórico que estamos vivendo. Falou aos operários e aos quadros da Sorefame da batalha da produção. Retomou o tema que tem abordado nas últimas semanas com insistência, precisamente porque a frente do trabalho, a frente da produção, assume uma importância capital na batalha pela construção de uma sociedade a caminho do socialismo.

«O triunfo da Revolução Portuguesa — lembrou — depende decisivamente do triunfo no campo económico, do relançamento em moldes socialistas de uma economia empobrecida pelas distorções do fascismo, pela dependência do capitalismo internacional em crise aguda, pelos obstáculos semeados constantemente no caminho que até agora percorremos.»

O combate contra a reacção é global e a vitória final difícil e está ainda distante. Por isso o brigadeiro Vasco Gonçalves afirmou: «O triunfo da Revolução exige uma batalha travada a todos os níveis sem descanso nem hesitações. São as massas trabalhadoras em união estreita com o MFA que determinará o futuro da nossa pátria, porque é da adesão dessas massas aos grandes objectivos nacionais que dependem os resultados da nossa batalha. Os grandes objectivos nacionais são a independência de Portugal, a construção de uma sociedade em transição para o socialismo, que aponta para o socialismo. Mas nós temos que ter bem a consciência desta: não construiremos o socialismo de um dia para o outro, nem por milagre. Será com o trabalho de todos os portugueses que ele será construído, e isso leva tempo. Passa pela revolução das consciências, pela revolução do trabalho.»

O combate contra a reacção, a vitória na batalha contra os monopólios e o latifúndio exige a unidade dos trabalhadores. O Primeiro-Ministro foi categórico: «Eu penso que deveis defender a vossa unidade como aquilo que de mais precioso neste momento tem a nossa Revolução. Tendes o direito e tendes o dever de ter ideias políticas diferentes uns dos outros. Mas acima das nossas divergências políticas temos os grandes objectivos nacionais a atingir (...). E os trabalhadores devem sobretudo ver o que é essencial na sua luta, o que é o principal e não se deixar enredar por questões e por lutas de pormenor e de carácter secundário (...). A vossa unidade resolve-se na crítica aberta, construtiva e desassombrada, no falar frente a frente com lealdade, com coragem, com franqueza, no desmascaramento do oportunismo e do divisionismo e tendo sempre bem presente os grandes objectivos nacionais a atingir, porque hoje os governantes, o MFA podem afirmar que os grandes objectivos nacionais a atingir são os objectivos das classes trabalhadoras e de todos os que estão interessados na Revolução que aponta para o socialismo.»

O combate na frente do trabalho exige realismo económico. Os trabalhadores da Sorefame, empenhados na batalha da produção, compreendem, graças à sua consciência política, que é preciso trabalhar mais e melhor nas novas condições criadas. O brigadeiro Vasco Gonçalves salientou o facto. «É preciso que o seu exemplo — disse — tal como outros exemplos existentes, alastrem a todo o País. Que este exemplo vosso frutifique, que seja um exemplo criador. É essa vontade que permitirá fortalecer uma verdadeira consciência de classe imperecível, através das próprias organizações que vão criando, conselhos de profissão ou outras formas conjugadas com os órgãos sindicais. Deverão os trabalhadores participar no estabelecimento dos planos anuais das empresas, no estabelecimento dos preços dos produtos, na solução dos problemas salariais, na organização técnica da produção, na aplicação dos capitais, no estudo da distribuição e da colocação dos produtos.»

O combate pela construção da nova sociedade é inseparável com os consumos suaves. O brigadeiro Vasco Gonçalves pediu austeridade e responsabilidade olhando já para o homem novo do futuro. Devemos afastar também das nossas mentalidades — salientou — os vícios da sociedade de consumo, criando ideias correctas sobre o que são as verdadeiras necessidades humanas, deformadas ao longo do tempo por uma máquina de propaganda posta ao serviço dos interesses do capital. É um dever de honra. As classes trabalhadoras e os homens progressistas, os nossos aliados pequenos e médios das médias empresas, não temos de construir uma nova ideia do que é o papel do homem na sociedade, não temos que dar atenção a todos esses falsos valores da sociedade de consumo com que nos bombardearam constantemente ao serviço precisamente daqueles que dominavam o trabalho e que exploravam o trabalho. Nós temos de forjar, temos de ter uma nova moral revolucionária, uma dignidade própria dos trabalhadores, uma dignidade que deve traduzir a consciência do papel que desempenhamos hoje na construção da nova sociedade — essa consciência humilde por todos aqueles que valem e têm consciência daquilo que estão fazendo.»

O combate na frente da produção exige sacrifícios. O Primeiro-Ministro não hesitou em pedi-los. «Não há nenhuma revolução digna desse nome — recordou — que não exija o sacrifício de gerações. Devemos estar preparados para esse sacrifício, e isso também é uma matéria de discussão quotidiana, quer a nível dos locais de trabalho, quer ao nível familiar — em casa com as

nossas mulheres e os nossos filhos. É preciso ter paciência para fazer compreender aos outros que alguém tem de se sacrificar pelo futuro de Portugal. E esse alguém somos nós todos. Isto não anda só com o sacrifício de meia dúzia, isto tem que andar com o sacrifício de todos.»

O combate na frente do trabalho não pode ser vitorioso sem a cooperação dos quadros. O brigadeiro Vasco Gonçalves abordou também esse delicado problema com franqueza. «Mas eles — disse — quer pela sua origem social, quer pelos seus hábitos de vida, quer pelos vencimentos que auferem, quer porque até ficam com uma parte ou ficariam com uma parte da mais-valia criada pelos trabalhadores, têm tendência natural para não estarem directamente ligados aos trabalhadores. Mas, por outro lado, esta situação revolucionária, vivida depois do 25 de Abril, o processo histórico e revolucionário, devem levar os quadros à compreensão que o seu lugar é ao pé do trabalhador e levar os trabalhadores à compreensão de que necessitam desses quadros. Deve haver uma identidade muito firme entre os quadros e os trabalhadores propriamente ditos. E eu verifiquei isso aqui na Sorefame: o carinho, a amizade e as palmas que destes ao vosso presidente do Conselho de Administração. Isso é típico do trabalho revolucionário, e nós estamos todos metidos no mesmo barco. Uns trabalham de uma maneira, outros trabalham de outra, mas não podemos separar os quadros dos trabalhadores. Nestes momentos de profunda unidade entre quadros e trabalhadores, e precisamos também que compreendam isso e precisamos que haja até uma certa compreensão, porque eles, no fundo, também eram vítimas do fascismo.»

O combate contra os monopólios amedronta por vezes, sem razão, os pequenos comerciantes e empresários. O Primeiro-Ministro considerou oportuno dissipar boatos e calúnias que a reacção trata de espalhar. «Nós também precisamos de aliados nesta Revolução — declarou — precisamos de pequenos empresários, médios empresários que compreendam esta Revolução, que caminhem ao nosso lado.» E colocou a opção inevitável entre Revolução ou Reacção. «Nós precisamos também de alianças — disse — porque isto é uma tarefa muito grande. Mas a Revolução, evidentemente, só comporta duas situações, ou se está por nós ou se está contra nós. Não há tipos que possam dizer que sou neutro, não me interessa nada de política». Não, hoje não se pode dizer isso, só há duas posições. Os quadros, portanto, também têm que fazer a sua opção, se a não fizeram já. Os quadros que estão com a Revolução ou estão com a Reacção. Não há meio caminho nesta tarefa em que nos metemos e que põe a nossa própria vida, o nosso futuro em jogo. Não há meio caminho, nem meias-tintas, há só um caminho ou a rejeição desse caminho. E nós estamos apostados todos apostados em seguir por esse caminho, em seguir para a frente, para os destinos raiados de uma Pátria que seja de todos os Portugueses. Viva Portugal!»

Revolução ou reacção é a alternativa que se coloca ao nosso povo na actual fase do processo revolucionário. A revolução triunfará se a massas populares organizadas, em estreita aliança com o Movimento das Forças Armadas, souberem tomar em suas mãos a defesa integral das conquistas já alcançadas, nomeadamente as que dizem respeito à defesa económica da nossa transição para o socialismo. É neste sentido que a batalha da produção é uma das mais importantes frentes de batalha dos trabalhadores portugueses, agora que os monopólios começaram a ser liquidados, que os latifúndios estão a um passo da inexistência, no fundo, numa altura em que os trabalhadores começam a produzir em seu próprio benefício.

No passado domingo, o Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, e alguns destacados membros do Conselho Superior da Revolução, efectuaram visitas a empresas onde os trabalhadores, numa prova insofismável do seu inteiro alinhamento na revolução, decidiram tomar em suas mãos a batalha da produção, correspondendo assim ao que deles exigia a actual fase do processo revolucionário.

O brigadeiro Vasco Gonçalves deslocou-se à Sorefame, onde chegou pouco depois das 15 horas de domingo. Os trabalhadores desta empresa, com provas dadas de luta, tanto no fascismo como após o 25 de Abril, dispensaram um entusiástico acolhimento ao Primeiro-Ministro, demonstrando que estão inteiramente ao lado do MFA, do Governo Provisório, da Revolução, do Socialismo.

O brigadeiro Vasco Gonçalves, sempre acarinado pelos trabalhadores da Sorefame, percorreu demoradamente as instalações desta unidade fabril da Amadora, após o que se deslocou para o local onde decorria uma sessão e no qual já se encontravam milhares de trabalhadores, que cantavam «Grândola, Vila Morena». Mais uma vez, os trabalhadores da Sorefame dispensaram entusiástico acolhimento ao brigadeiro Vasco Gonçalves.

Na mesa que presidiu à sessão tomaram lugar, além do Primeiro-Ministro, o ministro da Indústria, eng.º João Cravinho, o capitão Castro, do Conselho da Revolução, o capitão Cabral e Silva e o aspirante Ramos, o dr. Carlos Carvalhas, secretário de Estado do Trabalho, os subsecretários de Estado da Administração Industrial e da Programação, um oficial da 5.ª Di-

visão do EMGFA e um membro do INATEL (ex-FNAT). Também presentes na mesa o presidente do conselho de administração da Sorefame e um delegado sindical da empresa. Num outro local, a Comissão para o «Controlo da Produção e Gestão da Sorefame, constituída pelos operários Branca Soares, Jorge Mendes, Jorge Carvalho da Silva e José Manuel Pinheiro. Os primeiros oradores da sessão foram dois operários, o delegado, sindicais Manuel Reis Rafael e Adão Manuel Ramos Alonjo que, a determinado passo da sua intervenção, afirmaram: «Esta caminhada firme e decidida para a construção de uma sociedade socialista, livre e democrática, justa e fraterna, se passa forçosamente pelo empenhamento consciente e responsável de cada um e de todos os portugueses, se só é realizável com a vontade indomável de todo um povo que a deseja e, por isso, apoia, como já expressou

dizê-lo?» que somos dos primeiros entre os mais progressistas, no pluralismo das nossas opções ideológicas individuais.»

Mais adiante, usou da palavra outro operário da Sorefame, membro da Comissão de «Controlo da Produção e Gestão, que afirmou: «O poder político está nas mãos de homens que, pelo que já fizeram, merecem a nossa confiança. O poder económico foi parcialmente retirado aos grandes monopólios capitalistas, e se-lo-á totalmente, se os trabalhadores forem capazes de conduzir a batalha da produção com a mesma garra que o MFA conduziu a batalha política. O Governo Provisório, pela voz do Primeiro-Ministro, lançou o desafio aos trabalhadores. Ele sabe bem que o MFA conquistou o poder político, criando condições de vida dignas para o povo português, mas sabe também que só os trabalhadores poderão conquistar o poder económico ganhando a

rin, o representante do INATEL e, finalmente, o Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, cujas declarações referimos noutro local.

Entusiasticamente aplaudido, o brigadeiro Vasco Gonçalves encorrou a sessão e os presentes cantaram a Internacional e o Hino Nacional, por entre uma impressionante «chuva de cravos vermelhos».

Também incentivando a batalha da produção, um outro membro do Conselho Superior da Revolução, o major Pinto Soares, deslocou-se a outra empresa, na qual a acção esclarecida dos trabalhadores tem sido decisiva para o avanço do processo revolucionário: a firma Joaquim Francisco dos Santos, em Sacavém. Acompanhavam o major Pinto Soares o ministro do Equipamento, coronel José Augusto Fernandes. Aqui, tal como na Sorefame, os trabalhadores, aplaudindo os representantes do MFA e do Governo Provisório, de-

do Conselho da Revolução, referindo-se ao trabalho concreto desenvolvido pelos trabalhadores da Joaquim Francisco dos Santos, afirmou:

«Um dia destes precisamos de falar com os trabalhadores desta firma para que eles nos ensinam como obtiveram aqui tão bons resultados. Precisamos que nos ensinam isso, para nós podermos apontar os seus métodos a outros trabalhadores, de outras empresas, que estão interessados no processo revolucionário do nosso país.»

Na sessão que teve lugar em Sacavém usou ainda da palavra o ministro do Equipamento que, a determinada altura, disse: «É preciso dizer que o Estado fez um empréstimo de quarenta mil contos a esta empresa, e que até agora os trabalhadores só se serviram de uma parte ínfima dessa verba, mostrando uma clara consciência do seu dever revolucionário.»

Finalmente, o primeiro-tenente Miguel Judas, também

NA BATALHA DA PRODUÇÃO PUMO AO SOCIALISMO



Um momento da visita que elementos do Conselho da Revolução e do Governo Provisório fizeram à Seicla

ta claramente, esta caminhada, dizíamos, tem como garantia de efectivação os homens do MFA, os partidos políticos democráticos (quando, em espírito de unidade, defendem primeiro os superiores interesses do povo e não a obtenção de privilégios partidários) e os trabalhadores especialmente os mais consciencializados, mas todos sem excepção — e nós, trabalhadores da Sorefame, temos a convicção (a certeza, porque não

batalha da produção e criando a riqueza necessária ao desenvolvimento do País. Portanto, camaradas, chegou o momento de passarmos para a frente da batalha. Saibamos ser dignos desta Revolução e mostremos que não sabemos recuar.»

Usaram ainda da palavra o ministro da Indústria, eng.º João Cravinho, o presidente do conselho de administração, um representante da comissão de trabalhadores da Gué-

monstraram que estão ao lado da Revolução, pelo socialismo.

O major Pinto Soares, no decorrer da sua intervenção, perante os trabalhadores da empresa exortou à unidade da classe trabalhadora, superando as divergências partidárias e sublinhou que a vitória no campo da produção é essencial para o próprio êxito da revolução portuguesa. A determinado passo da sua intervenção, o membró

do Conselho da Revolução, esteve na Seicla, em Mem Martins, que se encontra a ser gerida pelos trabalhadores e que, tal como a Sorefame e a Joaquim Francisco dos Santos, se tem distinguido na batalha da produção. Acompanhavam o representante do MFA o ministro do Planeamento, Mário Murteira, o major José Emilio, ministro da Educação, e um representante da Intersindical.

No seu discurso perante os trabalhadores, o primeiro-tenente Miguel Judas salientou, a determinado passo: «O socialismo não é só liberdade, também é pão, mas nós queremos liberdade, pão e independência nacional. Não queremos entrar na mascarada das democracias burguesas, que não são socialismo nenhum, por muito socialismo que se lhes chame. Queremos ir mesmo para o socialismo, o qual só se conquista pela via revolucionária, pela participação dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, nas zonas onde vivem, nas suas organizações unitárias.»

E, noutro passo: «Nós só poderemos vencer a batalha da produção se conseguirmos vencer a da unidade. Aqueles que querem a segunda via, querem a que nos irá colocar em enter na dependência do imperialismo, muitas vezes vestido com roupagens bonitas e muito progressistas; esses indivíduos tentam comprometer a batalha da produção e para isso, procuram dividir e todo o custo os trabalhadores.»

Mais adiante, condenando aqueles que invocam o capitalismo de Estado, e membro do Conselho da Revolução acentuou: «Este Estado das classes trabalhadoras não faz capitalismo de Estado, não faz a exploração dos outros trabalhadores. As nacionalizações significam a passagem das propriedades dos grandes grupos monopolistas para a propriedade colectiva de todos os trabalhadores, de todos os portugueses.»

Como afirmou um operário da Sorefame, chegou a altura de passarmos, nós operários e trabalhadores portugueses, para a frente da batalha. A batalha da produção exige o nosso total empenhamento para que o processo revolucionário português avance no caminho desejado pelas massas populares: o socialismo.

«A BATALHA DA PRODUÇÃO: TAREFA NOSSA E PARA NÓS»

Numerosas e conscientemente assumidas têm sido, em todo o País, as adesões da classe operária e dos restantes trabalhadores ao esforço a que terão de corresponder no combate ao descalabro fascista da economia e na construção da trave mestra do processo revolucionário que é o aumento da riqueza nacional, afastando ao mesmo tempo os exploradores que dela se aproveitavam empobrecendo o País e as classes trabalhadoras.

É a batalha da produção que se inicia. E, entre os apoios que merece, contase, por exemplo, o da comissão de trabalhadores da Fábrica Socol, que distribuiu recentemente um comunicado tratando de alguns assuntos de pertinente actualidade e interesse fundamental para todos os trabalhadores empenhados na batalha da produção.

O desenvolvimento progressivo das massas trabalhadoras e a sua consciencialização política crescente fazem nascer no seu ambiente uma tendência para criar organizações capazes de se abalançarem à luta pelo renascimento económico do País, por meio do «controlo» operário exercido sobre a indústria pelos «conselhos de produção» — afirma aquela comissão de trabalhadores, tratando de algumas matérias a discutir num próximo plenário.

O nosso momento político é grave — acrescenta o comunicado — pois grave é a situação económica que herdámos do fascismo e que os sabotadores agravaram mais e mais. Não sabotemos o que resta com reivindicações inoportunas... Encetemos, sim, a BATALHA DA PRODUÇÃO para a edificação do Estado socialista, unindo-nos nessa luta que nos conduzirá à vitória final! Formemos os conselhos de produção, tomemos em nossas mãos os nossos próprios destinos. Em cada sector, em cada actividade, controlemos totalmente a produ-

ção.

Nesse sentido, a comissão de trabalhadores da Socol avança desde já com algumas propostas, que serão certamente enriquecidas em amplos debates, sobre o ritmo de produção, actividades de apoio, serviços administrativos e outros aspectos gerais das «actividades que irão incumbir aos conselhos de produção».

Num apelo à presença maciça dos camaradas para a discussão deste importantíssimo assunto, o comunicado prossegue citando o Conselho Superior da Revolução, as palavras do Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, os partidos verdadeiramente democráticos e as organizações sindicais, para lhes dar o seu apoio na BA-

TALHA DA PRODUÇÃO, com os trabalhadores firmemente decididos a levá-la de vencida e a esmagar assim os últimos focos reacçãoários do capitalismo.

Independentemente das suas filiações partidárias — sublinha o comunicado — cabe aos trabalhadores unirem-se na luta contra a exploração capitalista, contra a miséria e contra a reacção. Só assim unidos numa linha de acção comum, os trabalhadores poderão tomar nas suas mãos os destinos da economia nacional.

Lembrando que a BATALHA DA PRODUÇÃO é tarefa nossa e para nós, a comissão de trabalhadores da Socol afirma que os dados estão lançados: outros camaradas de outras fábricas irão fazer o mesmo e dentro em pouco serão os trabalhadores todos deste País que estarão empenhados duramente nessa obrigatória e patriótica tarefa, que é tarefa de todos nós.

Está em jogo aqui a honra profissional do trabalhador e o seu dever de cidadão; isto obriga cada um a não descer abaixo de um certo limite de eficácia correspondente às forças médias de cada qual, frisa ainda o comunicado, acrescentando que executar as suas tarefas convenientemente, sem negligências nem

falhas de brio e honestidade, é também um ponto de honra. Todos os que não se submeterem às normas fixadas neste sentido, sabotam com a sua acção (consciente ou não) o socialismo, e tal atitude terá de ser punida com severidade pelos seus camaradas que se constituirão em julgadores.

Está bem patente em todo o documento o elevado espírito revolucionário que presidiu à sua elaboração. O total empenhamento dos trabalhadores não oferece dúvidas e dificilmente se conceberá que as suas propostas não venham a merecer a adesão maciça dos seus camaradas, designadamente a que respeita aos conselhos de produção de que farão parte os trabalhadores progressistas e politicamente integrados na linha do Governo, sem distinção de hierarquias, bem como os delegados sindicais e os membros da comissão de trabalhadores eleitos pelos respectivos sectores.

Forte sentido da unidade e empenhamento revolucionário apontado ao socialismo, em estreita aliança com o MFA, são forças objectivas que ressaltam do comunicado que amplamente citamos, na convicção de que o mesmo fala e actua por si mesmo, como elemento mobilizador para as tarefas que teremos de cumprir.

PROCESSO REVOLUCIONÁRIO E BATALHA DA PRODUÇÃO

AS NACIONALIZAÇÕES JÁ EFECTUADAS ASSEGURAM O DOMÍNIO DE SECTORES DECISIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Qual a importância das nacionalizações na marcha do processo revolucionário português? Eis uma questão sobre a qual não é de mais reflectir, nomeadamente, num momento em que a batalha da produção se apresenta como a tarefa essencial na construção do socialismo em Portugal.

Prender construir um processo revolucionário sem controlar os sectores básicos da economia, seria tentar iludir

constituiu a esfera de decisão e actuação da qual dependem todos os outros sectores da produção nacional. Como Lenine dizia os bancos constituem os centros nervosos mais importantes de todo o sistema capitalista da economia nacional. Sem a nacionalização da banca, a vida económica fica nas mãos dos capitalistas que prosseguem a vontade com a sua política de exploração, lançando na ruína as pequenas e médias

de Magalhães, Banco da Agricultura Sacor, Sociedade Central de Cervejas, Conde de Caria, SONAP, Entrepósito e ITT) era a instituição bancária. Na posse destes grupos encontravam-se os bancos mais poderosos, aos quais correspondiam em 1972, 83 por cento dos depósitos e 83 por cento da carteira comercial dos dezasseis bancos comerciais do Continente. Sete bancos monopolizavam, concentravam quase toda a activi-

população trabalhadora com os seus pequenos capitais, «fianciana» a banca. Quanto aos grandes seguros realizados pelas empresas, o esquema era ainda mais simples. Cada empresa fazia os seguros nas companhias seguradoras, própria de cada grupo económico. Os capitais movimentados no interior do grupo financeiro limitavam-se muitas vezes a papel!

Convém, pois, ao capitalismo uma aliança estreita entre a banca e a indústria seguradora. Como se manifestava entre nós esta conveniência?

—O grupo CUF, proprietário do Banco Totta & Acores possuía, na indústria seguradora, a Companhia Império (a maior companhia de seguros do País) que em 1972 recebeu um quinto dos prémios de todas as companhias de seguros; possuía a Sagres e A Universal.

—O grupo Espírito Santo, proprietário do banco do mesmo nome, possuía as Companhias de Seguros Tranquilidade.

—O grupo Champalimaud, proprietário do Banco Pinto & Sotto Mayor, detinha a Companhia de Seguros Confiança, a Companhia de Seguros A Mundial, a Continental de Resseguros e a Companhia Douro.

—O grupo Português do Atlântico, proprietário de três bancos, um com o mesmo nome, tinha a Companhia de Seguros Ourique.

—O grupo Borges & Irmão, com vários bancos, entre os quais o Banco do mesmo nome e o Banco do Alentejo, era proprietário da Companhia de Seguros Fidelidade, da Companhia Atlas e da Portugal Previdente.

—O grupo Fonseca & Burnay, proprietário do banco do mesmo nome, possuía a Nacional, a Seguradora Industrial, a Previsão e a Comércio e Indústria.

—O grupo Pinto de Magalhães, proprietário do banco do mesmo nome, possuía três companhias de seguros: Soberana, Mutualidade e Aliança Madeirense.

No sector dos seguros, cinco grandes companhias, propriedade dos maiores grupos financeiros, dominavam o mercado que era constituído por 72 empresas, das quais 41 nacionais. Só o grupo CUF e o grupo Champalimaud apresentaram de 1968 a 1973, respectivamente, em seguro directo, 29,2 e 33,2 por cento do mercado das companhias nacionais. O conjunto das companhias seguradoras alcançou em 1973, 495 000 contos de lucros confessados; deste o grupo monopolista teve 337 mil contos, sendo 209 mil só das três seguradoras do grupo CUF (Império, Sagres e Universal).

A indústria seguradora e o domínio bancário forneciam os meios financeiros para a expansão dos grupos capitalistas. Não era por acaso que os cinco maiores grupos financeiros em Portugal (CUF, Champalimaud, Espírito Santo, Jorge de Brito e Pinto de Magalhães), controlavam mais de 50 por cento do mercado segurador, 55 por cento do mercado exercido pelas empresas nacionais e absorviam em 1973, cerca de 70 por cento dos resultados de todas as companhias nacionais da indústria seguradora.

Por que razão a nacionalização dos seguros foi quase automática?

Nacionalizada a banca privada, quase automaticamente seguiu-se a nacionalização da indústria seguradora. Isto porque em todo o sistema capitalista é muito estreita a ligação entre a banca e a indústria seguradora. O montante dos pequenos seguros efectuados pela população era capitalizado nos bancos do grupo económico ao qual pertencia a companhia seguradora. O capital proveniente deste modo pela banca, que o utilizava em investimentos no seu interesse. Vejamos um exemplo: um trabalhador fazia um seguro de vida na Império. Esta companhia pertencia ao grupo CUF que detinha o Banco Totta & Acores. O pequeno capital representado por esse seguro era investido, pois, no Banco Totta & Acores que o aplicava nas empresas do grupo. Pensando agora na multiplicidade de pequenos seguros existentes, fica claro como a

construção e reparação naval, metalúrgica e metalomecânica, refinação de petróleo e petroquímica, banca, seguros, transportes marítimos, empreendimentos imobiliários, comércio, exploração de hotéis, bares, restaurantes e casinos. No conjunto controlava ou participava em cerca de 200 empresas.

—O grupo Espírito Santo dominava na banca, seguros, petróleo, indústrias de papel, do cimento, da cerveja e dos pneus, imobiliária e comunicações (antes do processo de descolonização detinha grandes interesses coloniais).

—O grupo Champalimaud detinha domínio primordial nas indústrias de cimento, papel e na banca e nos seguros; ligações com empresas com grande peso no ramo automóvel, com a Casa de Palmela, domínio latifundiário, empresas cervejeiras, vidreiras e a Companhia de Navegação Carregadores Açorianos e a Sofamar.

—O grupo Português do Atlântico detinha, além de outros interesses, três bancos aos quais cabiam 15 por cento dos capitais próprios, 15 por cento da carteira comercial e 16 por cento dos depósitos de toda a banca comercial portuguesa; uma companhia de seguros e várias sociedades de investimento, refinação de petróleo, produção de cimento e de celulose, fabrico de cerveja; fabrico de vidro sintético, indústria de resinas sintéticas, num total de oito empresas de quase dois milhões e meio de contos de capital; nos serviços, seis importantes sociedades de promoção imobiliária turística, de exploração de cinemas, de publicidade, de construção e exploração de parques de estacionamento.

—O grupo Borges & Irmão detinha, além de bancos e posições nos seguros e outros sectores, várias sociedades de investimentos: fábricas de produtos químicos e de materiais de construção, têxteis e metalúrgicas, laboratórios farmacêuticos e frota de pesca; empresas de construção civil e imobiliária, agências de publicidade e de viagens, hotéis e jornais; enfim, além de outras quase 40 sociedades em Portugal com um capital nominal de perto de dois milhões de contos.

A amostra é significativa do imenso poderio de um círculo reduzido de capitalistas sobre os centros nevrálgicos da vida económica nacional. Enquanto este poder se mantivesse seria vão falar de sociedade de transição e de democracia portuguesa corria o risco de se deteriorar segundo o modelo das «democracias» ocidentais. Daí o Conselho de Ministros, em reunião histórica, ter enveredado pela aplicação das decisões do Conselho da Revolução na via de nacionalizações através das quais será totalmente desmantelado o capitalismo monopolista no nosso país. As primeiras nacionalizações nos sectores básicos da indústria atingiram 14 empresas de produção, transporte e distribuição de electricidade nas quais, em diversos graus, possuíam avaluados interesses o grupo CUF, o grupo Sacor, o grupo Espírito Santo, o grupo Banco Português do

Atlântico, a família Delfim Ferreira, a família Pinto Bastos, a família Queirós Pereira, Nacionalizadas simultaneamente a Sacor (Espírito Santo) e Português do Atlântico; a Petrosul (pertencia a CUF), a Sonap, a Cidra (Espírito Santo), a parte portuguesa da Sopotana (CUF); a Siderurgia Nacional (do grupo Champalimaud), a CP (do Banco Fonseca & Burnay), a TAP (posição predominante do grupo CUF), a CNN (CUF) e a CTM (principalmente do BNU e do Banco de Angola).

Com este vigoroso arranque para a reconstrução da economia nacional por uma via de transição para o socialismo, consolidou-se ainda mais a aliança do Povo com o Movimento das Forças Armadas. Os trabalhadores redobraram os seus esforços porque sentiam que a economia já não lhes era estranha, porque compreenderam que a tarefa de uma economia socialista estava nas suas mãos. Os muitos exemplos — mas ainda não bastantes nem suficientes — de empenhamento dos trabalhadores na batalha da produção demonstram que a parte mais consciente da classe operária e de outros trabalhadores está disposta a combater com êxito esta tarefa de uma nova economia para uma nova sociedade, a sociedade socialista.

Mas o socialismo é obra do conjunto da população trabalhadora. Enquanto esta não se encontrar, no seu conjunto, consciencializada do alcance revolucionário do processo das nacionalizações e do modo como o há-de desenvolver para o tornar um instrumento de luta pelo socialismo, os resultados das nacionalizações não poderão ser visíveis. É preciso que os trabalhadores mais conscientes actuem junto dos menos esclarecidos no sentido de os consciencializar e movimentar para formas de participação nas etapas de desenvolvimento da economia socialista que só eles poderão construir.

Muito recentemente, novas nacionalizações vieram trazer novos estímulos aos trabalhadores e consolidar o processo democrático. Referimo-nos à nacionalização da indústria de cimentos (quase integralmente controlada pelo grupo Champalimaud), celulose (na qual detinham interesses o grupo CUF, o grupo Espírito

da dominação dos monopólios, na linha definida pelo Conselho da Revolução de reconstruir a economia por uma via socialista.

Nem todas as forças ditas progressistas assumem uma posição de apoio ao processo de nacionalizações. Pelo contrário procuram minimizar o alcance desta firme e coerente estratégia antimonopolista. Esta actuação não é original. Em todos os processos revolucionários surgem grupos que utilizam uma linguagem revolucionária para combater a própria revolução. Ainda que estas posições não tenham atingido grande eco entre as massas trabalhadoras, vale a pena desmantelar alguns dos argumentos utilizados para restringir a importância das leis que são inquestionavelmente as mais revolucionárias publicadas em Portugal e que constituem um garante do nosso avanço para uma via socialista.

Assim, alguns compararam as nacionalizações agora ocorridas com as verificadas em Inglaterra no pós-guerra. A situação política e o carácter de ambos os processos é de tal modo diverso que compará-los evidencia ou uma crassa e deplorável ignorância ou uma nitida má-fé. Na Inglaterra, as nacionalizações verificaram-se na sequência de eleições parlamentares em 1945, ganhas pelos trabalhistas com o «socialismo democrático», expressão igualmente utilizada por alguns dos que tomam relativamente às nacionalizações registadas entre nós uma atitude de menosprezo. Esclarecer o que foram as nacionalizações em Inglaterra de 1945 é, ao mesmo tempo, mostrar o que há a esperar das práticas do «socialismo democrático»...

Em Inglaterra, esse «socialismo democrático» estava apostado em consolidar política e economicamente o imperialismo britânico que saíra abalado da Segunda Grande Guerra. Nacionalizou-se o Banco de Inglaterra, que já era Banco do Estado, e cerca de 20% da indústria. Curiosamente, nacionalizaram-se os ramos que exigiam maiores capitais, os menos vantajosos e em regra envelhecidos de que os monopólios se desbaraçavam de bom grado para deixar ao Estado e aos

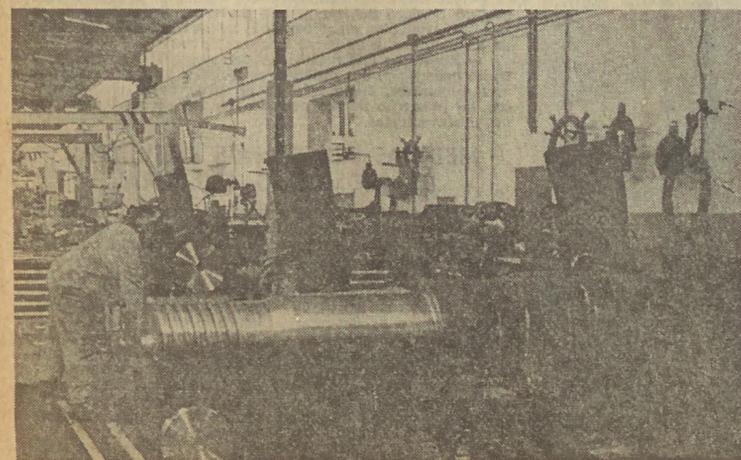
estamos a construir, numa economia de transição para o socialismo; noutro, o mais que podemos regozijarmo-nos é com o facto dos trabalhadores cedo terem compreendido que as vitórias nacionalizações foram vantajosas apenas para os monopólios e que a nacionalização burguesa não é mais do que uma forma de capitalismo monopolista.

Qual tem de ser a atitude dos trabalhadores perante as nacionalizações

As nacionalizações são um factor essencial no desenvolvimento do processo revolucionário. Com as nacionalizações ficam criadas as condições para que as empresas e cada vez mais largos sectores da economia sirvam os interesses da colectividade. Mas a nacionalização constituiu apenas um passo, um instrumento de luta contra os monopólios, um aspecto intermédio da batalha pelo socialismo. Para que a batalha seja completamente ganha, o caminho é o aumento da produtividade, o elemento da produção. Estreitamente ligada ao cumprimento desta tarefa e como condição do seu sucesso, tem de verificar-se a participação efectiva dos trabalhadores na gestão das empresas nacionalizadas, um crescente controlo dos trabalhadores na orientação da produção. Só as forças trabalhadoras poderão trilhar este caminho em cuja desembocadura se encontra a sua libertação. Por isso mesmo, os inimigos da revolução tudo fazem para afastar os trabalhadores da batalha da produção, para incentivar reivindicações irrealistas e lesivas dos interesses nacionais num momento em que a tarefa primordial consiste em reestruturar a economia. O progresso económico e social só é possível com a intervenção dos trabalhadores e a sua participação criadora na valorização das forças produtivas. O exemplo deve partir fundamentalmente (mas não só) do sector nacionalizado.

Perante as manobras divisionistas do capital e dos seus agentes interessados em aproveitar o terreno que lhes resta na sabotagem do trabalho e da consciência revolucionária, contra as tristes manifestações de confusãoismo de certas forças ditas democráticas, a resposta dos trabalhadores só pode ser uma: vigilância e trabalho revolucionário.

Lenine dizia «sob o ponto de vista de uma sociedade capitalista que transite, pacificamente e em tempo de paz, para o socialismo, a tarefa mais urgente será a de acumentar a produtividade». Esta tarefa repousa nas mãos dos trabalhadores. E tal como durante o fascismo sóberam encontrar os gestos de resistência contra a ditadura, urge que os trabalhadores saibam agora encontrar os gestos que lhes permitam enterrar para sempre a exploração capitalista. Só assim resultará a política de nacionalizações e outras medidas de controlo decididas pelo Estado. A atitude dos trabalhadores definirá o seu empenhamento na revolução portuguesa. Novas e profundas responsabilidades se erguem perante os trabalhadores e, particularmente, perante os que trabalham nos sectores nacionalizados. Estes têm de estar conscientes de que, tal como se diz no editorial do último «Avante!», nenhuma política resultará de da parte dos trabalhadores das fábricas e dos campos se não cimentar uma atitude nova na frente da produção e do trabalho. A batalha da economia e da produção vai ser nos tempos imediatos o factor decisivo do processo revolucionário. Ou os trabalhadores encaram de uma forma nova a sua conduta no trabalho ou todos os esforços para levantar o nível de vida das classes trabalhadoras sobcoberarão. A política de nacionalização dos sectores básicos e a expropriação dos grandes latifúndios como forma de democracia económica, apontando para o socialismo, deverá corresponder uma nova moral no trabalho. Uma moral verdadeiramente revolucionária.



o povo e bem caro pagariam essa ilusão. Durante os meses que antecederam as nacionalizações, as forças contra-revolucionárias provaram a eficácia do domínio económico que mantinham na prossecução dos seus criminosos objectivos. Por toda a parte sabotaram, minaram em várias frentes, boicotaram, paralisaram em alguns espaços de actividade, lançando trabalhadores no desemprego e não hesitando no recurso a meios e a alianças para deteriorar as relações socioeconómicas na jovem situação democrática portuguesa.

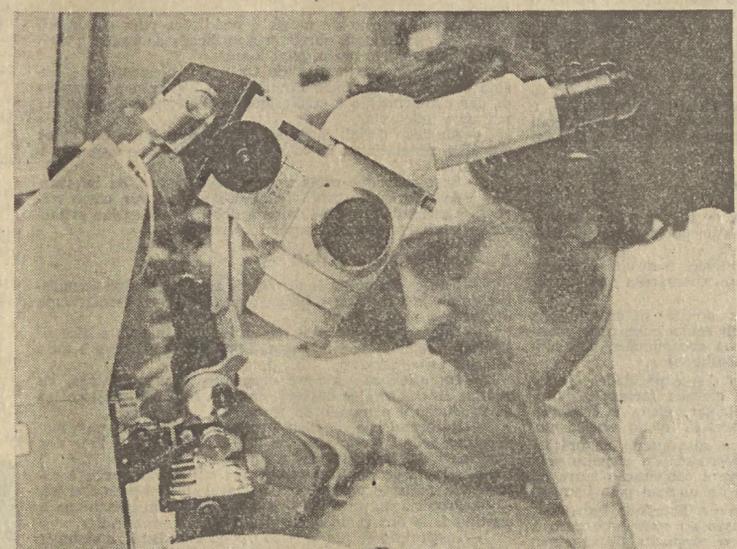
Podemos hoje dizer que as sabotagens, os boicotes de ordem económica representavam a resistência desesperada do capitalismo, jogando em terrenos propícios à reconquista do poder político perdido no próprio acto da queda do fascismo. O comprometimento da alta finança nas tentativas de golpes reaccionários de 28 de Setembro e 11 de Março manifesta esta fúria homicida dos detentores do capital.

Quando o camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, falava «em partir os dentes à reacção» tinha em vista, não só mas também, e de modo fundamental, o desmantelamento do poder económico, principal fonte das possibilidades contra-revolucionárias da reacção. Sem o poder económico, a reacção não desarma em definitivo mas a sua capacidade de acção fica extraordinariamente estrangulada. E este estrangulamento verifica-se no momento em que o Estado passa a controlar o que anteriormente era propriedade de meia dúzia de senhores capitalistas, no momento em que a propriedade privada começa a transformar-se em propriedade social, isto é, na nacionalização.

Porque representam uma machadada no poder do capital monopolista, as nacionalizações são objectivamente uma derrota da reacção, que com a perda de uma parte fundamental do seu poder de intervenção de ordem económica, vê assim extraordinariamente restringido o seu campo de actuação. A sabotagem económica deixa de ser-lhe tão acessível nos campos nacionalizados. Pode então falar-se já de democracia — não apenas no terreno político mas também no económico. As nacionalizações, no actual contexto político, significam que a economia portuguesa se pode, de facto, afirmar de transição para o socialismo.

Por que razão se iniciaram as nacionalizações com o «controlo» da banca?

Sem nacionalização da banca, não é possível nacionalizar, de facto, qualquer ramo de actividade económica. Isto porque no sistema capitalista grande parte do controlo da actividade económica do País repousa na banca. A banca



Santo, o grupo Português do Atlântico, o grupo do Banco Nacional Ultramarino, o grupo Fonseca & Burnay, o grupo Champalimaud) e tabacos (na qual possuíam interesses a CUF, proprietária da Tabaqueira, e os grupos Espírito Santo e Fonseca & Burnay, na INTAR).

O nosso processo de nacionalizações é comparável com a nacionalização burguesa?

A Comissão Política do Comité Central do nosso Partido apoiou e saudou as medidas tomadas pelo Conselho de Ministros e referindo-se às novas nacionalizações, afirmou que estas confirmam o propósito de prosseguir firmemente no caminho da libertação de todos os sectores básicos da economia nacional

contribuintes o cuidado do seu desenvolvimento. A banca privada, centro motor do poder dos monopólios britânicos, ficou incólume. Só este facto demonstra a abissal diferença entre as nacionalizações efectuadas pelos trabalhistas em nome do «socialismo democrático» e as nacionalizações no nosso país. Isto para não falarmos da fronteira que separa um país nitidamente imperialista, como a Inglaterra em 1945, das condições políticas do Portugal de hoje. Num, o capitalismo controlava toda a vida económica, noutro, o capitalismo é sistematicamente desmantelado e, ainda que não se encontre totalmente destruído e se prepare para continuar a resistir, no real não sofreu golpes dos quais se não restabelecerá. Entre nós podemos falar interpretando a realidade social que

PARA UMA REFORMA GERAL E DEMOCRÁTICA DO ENSINO

A educação é uma grande questão nacional e popular. Numa altura em que a reacção, vestida com roupagens de esquerda ou de direita, aposta na paralisação da escola como o melhor meio de impedir a democratização das estruturas do ensino e, assim, criar um clima de descontentamento e anarquia entre professores, estudantes, pais e população em geral, no intuito de virá-los contra o Governo Provisório, o Movimento das Forças Armadas e as forças verdadeiramente democráticas, há que encarar de frente os múltiplos problemas que afectam este importante sector da vida nacional.

A herança do fascismo é, no sector da educação, como em todos os outros, extremamente pesada. Em traços gerais, a situação pode caracterizar-se do seguinte modo:

— uma educação pré-escolar abrangendo apenas 3 por cento das crianças escolarizáveis, em que os poucos estabelecimentos de ensino existentes são, na sua maior parte, privados, com mensalidades totalmente incompatíveis para as bolsas das classes trabalhadoras;

— uma percentagem de analfabetos da ordem dos 37 por cento, se não entrarmos em linha de conta com os que frequentaram a escola, mas tudo ou quase tudo esqueceram;

— uma escolaridade obrigatória das mais baixas, senão a mais baixa, da Europa e, mesmo assim, não cumprida integralmente;

— cerca de 100 000 crianças inadaptadas, ou deficientes, sem qualquer apoio médico-pedagógico;

— um ensino secundário restrito e discriminatório, onde o ensino técnico profissional se desdobra ineficientemente numa multiplicidade de 53 cursos diferentes, dos quais só 8 possuem mais de 1000 alunos;

— quase inexistência de escolas de formação profissional para quadros intermédios;

— um ensino superior, exclusivamente universitário, ou pouco menos, de elevada despesa por aluno e de baixíssimo grau de aproveitamento, com enormes carências em infra-estruturas materiais (instalações e equipamento) e humanas (professores e investigadores), vedado, na prática, aos filhos dos trabalhadores;

— uma investigação científica e educacional quase nula, sem orientação e planificação definidas;

— um professorado que enferma, no ensino primário, do mais baixo nível de preparação da Europa, e de um estatuto profissional incrivelmente degradado; no ensino secundário e preparatório, da falta, na sua maioria, das habilitações científicas e pedagógicas necessárias ao exercício da profissão; no ensino superior, de uma desactualização notória, dada a ausência de condições de trabalho e de informação;

— uma estrutura escolar elitista e segregatória, na qual o ensino, de conteúdo reaccionário, se faz por programas e métodos que desconhecem as modernas conquistas da ciência e da técnica;

— uma actividade cultural, artística e desportiva limitada e adulterada, para o que concorrem a falta de liberdade, a constante perseguição policial, o cerrado «controle» a todas as associações e colectividades, as severas restrições ao intercâmbio internacional.

São estes os resultados da política antinacional da ditadura fascista.

«Manter as massas mergulhadas no obscurantismo — diz-se no Programa do VII Congresso do Partido Comunista Português — é uma forma de dificultar o esclarecimento da sua consciência política e de assegurar força de trabalho a baixo preço numa indústria e numa agricultura de que os monopólios e os latifúndios fizeram as mais atrasadas da Europa.»

A necessidade, porém, de preparar quadros técnicos para o desenvolvimento industrial, após a concentração de capitais até finais da segunda guerra mundial, levou o fascismo a inflectir um pouco a sua política educativa, sobretudo nos últimos anos, dada a intensa pressão dos grandes grupos monopolistas internacionais, que exigiam uma adaptação do sistema escolar português aos seus interesses privados. Constituem exemplos frisantes deste fenómeno o Plano Regional do Mediterrâneo, elaborado no âmbito da OCDE, e a criação apressada do ciclo preparatório do ensino secundário. Contudo, nada foi alterado na natureza e objectivos de classe do ensino.

Ao derrubar a ditadura fascista, a sublevação militar do 25 de Abril, logo sucedida pelas massas populares, modificou radicalmente a situação política portuguesa, abrindo amplas perspectivas para a construção de um Portugal livre, próspero e independente. Tal viragem histórica insere-se objectivamente no processo que o Partido Comunista Português definiu, no seu VI Congresso, como revolução democrática e nacional.

Mas a democratização da vida nacional tem de ser acompanhada por profundas alterações no panorama do ensino e da cultura, até porque o Programa do Movimento das Forças Armadas, no seu ponto 8, «Política educativa, cultural e de investigação», abre caminho à democratização das estruturas do sistema educativo.

Nove meses passados sobre o 25 de Abril, verifica-se, no seio do próprio Ministério da Educação e Cultura, a existência de ambiguidades e incompreensões, relativamente ao Programa do Movimento das Forças Armadas, e, portanto, atraso do saneamento em vários sectores, assim como transigência com as atitudes da reacção de direita e de esquerda, que visa a paralisação da escola.

Para consolidar a nova situação política, para garantir o funcionamento e a democratização da escola, para elevar o nível cultural das massas populares, é indispensável que se dêem, desde já, os primeiros passos no sentido de uma reforma geral e democrática do ensino.

O Partido Comunista Português põe à consideração de todos, forças democráticas e Movimento das Forças Armadas, pais e estudantes, professores e outros especialistas, o presente documento, a fim de examiná-lo em conjunto com os seus aliados e encontrar o caminho da política comum e da acção comum.

OBJECTIVOS

— Vinculação da escola à vida, de forma a eliminar separações entre o ensino e a produção, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

— Promoção de meios que efectivem o direito à educação para todos os cidadãos, sem discriminações socioeconómicas.

Igualdade de oportunidade, a concretizar na gratuidade do ensino e do material escolar em estabelecimentos públicos, nas bolsas concedidas a alunos necessitados, nas subvenções aos filhos das classes trabalhadoras.

— Desenvolvimento harmonioso das capacidades físicas e intelectuais, que, graças a uma elevada formação cultural e profissional, permitirá participar, plena e conscientemente, na edificação da democracia e do socialismo.

— Robustecimento do carácter e da vontade, na prática de princípios morais e cívicos decorrentes do respeito pelo trabalho colectivo, da luta pela paz e cooperação entre os povos e do repúdio da exploração do homem pelo homem.

— Compreensão profunda de que a liberdade individual e social ganha a sua inteira expressão no contributo para o processo de democratização, com o propósito de eliminar definitivamente as sequelas da ditadura fascista.

REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO

1 — DEMOCRATIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS ESCOLARES

— Saneamento nos cargos de acção pedagógica e administrativa, a fim de que as responsabilidades sejam assumidas por funcionários que ofereçam garantias de actuação democrática e de competência técnica.

Adopção de medidas de vigilância democrática, visando a supressão de hábitos de parasitismo burocrático e o enquadramento político dos técnicos, cujo saber e experiência devem ser postos ao serviço da revolução democrática.

— Recusa total de métodos de trabalho que possam ser aproveitados pela reacção para sabotagem ou paralisação dos serviços, a nível central ou de escola.

— Defesa e reforço dos processos de gestão democrática nos estabelecimentos, mediante a institucionalização de modalidades de participação dos docentes, discentes e demais trabalhadores, sem prejuízo da responsabilidade política inerente à gestão administrativa e pedagógica.

— Regionalização das estruturas administrativas e pedagógicas e aproveitamento do que de mais válido há em cada região, salvaguardando a responsabilidade dos órgãos centrais de decisão.

— Direito à participação, por parte das associações democráticas estudantis e do sindicato dos professores, na definição da política educativa nacional.

2 — REDE ESCOLAR

— Reestruturação de rede escolar e sua ampliação, de forma a satisfazer as necessidades da população local, cabendo o traçado da nova carta escolar à administração central com a participação das autarquias locais e dos representantes dos professores.

— Utilização intensiva dos edifícios escolares, de dia e de noite, em resposta às exigências das comunidades onde se encontram implantados.

— Realização de estudos demográficos que permitam a previsão das necessidades, sem esquecer os reflexos da descolonização e do possível regresso dos trabalhadores emigrantes.

— Publicação dos instrumentos jurídicos que autorizem a expropriação dos terrenos para edifícios escolares, e a criação de estruturas e de processos técnicos de construção acelerada.

— Levantamento de um plano de construções escolares e seu financiamento, bem como de um programa de adaptação e reparação de edifícios, públicos ou privados, a utilizar para o ensino.

— Constituição de empresas públicas ou semipúblicas de construção de edifícios escolares e luta contra o parasitismo burocrático que pesa no conjunto de procedimentos respeitantes ao planeamento, edificação e manutenção das construções.

— Recurso eventual a empresas privadas para obras de empreitada, quando oferecidas as condições de maior rapidez e economia.

3 — EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

— Institucionalização da educação pré-escolar obrigatória, com empenhamento do Estado, das autarquias; empresas, cooperativas agrícolas, organizações de trabalhadores, movimentos democráticos de mulheres e de jovens, associações de pais e comissões de moradores no estabelecimento de uma rede nacional de creches e de jardins de infância.



— Inserção da educação pré-escolar no conjunto da política de protecção e ajuda à criança, muito particularmente no plano da prevenção da doença e do acidente.

— Formação, em escolas oficiais, de quadros especializados, e auxiliares, devendo-se exigir para as educadoras de infância um nível de qualificação idêntico ao dos outros docentes do ensino básico.

— Assistência às pessoas ou entidades particulares que, dada a falta de creches e jardins de infância, se consagram à guarda e educação das crianças.

— Criação de casas de infância, destinadas a acolher crianças que, por razões de orfandade ou outras, não possam fruir de um ambiente familiar propício ao seu desenvolvimento.

— Obrigatoriedade de todos os projectos de urbanismo comportarem a criação de creches e de jardins-de-infância, que satisfaçam a exigência da população prevista.

4 — ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA

— Obrigação por parte do Estado, e só ele, de assegurar a escolaridade obrigatória a todas as crianças do território nacional.

— Aprontamento de meios e condições para o cumprimento da escolaridade obrigatória unificada de 6 anos, a alargar, a muito curto prazo, para 8 anos.

— Extinção progressiva do Ciclo Complementar do Ensino Primário e do Ciclo Preparatório TV, com o objectivo de dar cumprimento à escolaridade obrigatória pós-primária por uma única via.

— Abolição definitiva da separação dos alunos por sexos e prática generalizada da co-educação iniciada no ensino pré-primário.

— Resolução dos problemas de alojamento, de informação e de valorização profissional dos professores, como resposta e estímulo aos candidatos a docentes do ensino primário elementar, particularmente na província.

5 — ENSINO SECUNDÁRIO

— Unificação nos dois primeiros anos do ensino secundário, de modo a facilitar o futuro alargamento da escolaridade obrigatória para 8 anos.

— Educação politécnica nos dois anos iniciais e diversificação curricular nos três anos seguintes, com vista a uma ulterior especialização.

— Intensificação sempre crescente, nos programas, da prática laboratorial e ofical, em contacto com as técnicas de produção e do mundo do trabalho.

— Reformulação do ensino técnico profissional, com modernização dos programas, de molde a prover o País dos quadros médios necessários e capazes.

— Adaptação dos programas dos cursos nocturnos à experiência social e profissional dos trabalhadores-estudantes.

— Propiciação de condições que incentivem e facilitem a continuidade dos estudos dos trabalhadores-estudantes.

— Instituição de um Serviço Cívico Estudantil, a cumprir antes do ingresso no ensino superior, que faça conhecer as realidades do País, os interesses reais do nosso povo e seja nova forma de aprender.

6 — ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA FUNDAMENTAL E APLICADA

— Prospeccão das necessidades nacionais em quadros especializados, com vista a planificar o acesso às escolas superiores.

— Reorganização e reestruturação dos actuais cursos, currículos, programas e métodos de ensino.

— Ligação entre a teoria e a prática, imprimindo ao ensino um forte cunho experimental e vinculando a escola ao mundo do trabalho e da cultura.

— Institucionalização de um sistema de bolsas e empréstimos para os estudantes com maiores dificuldades económicas.

— Organização de cursos nocturnos para trabalhadores-estudantes e professores-estudantes nas faculdades e escolas de ensino superior.

— Gestão democrática com a participação representativa de professores, estudantes e demais trabalhadores.

— Fomento da pesquisa nas escolas superiores e nas empresas públicas e estabelecimento de um programa de assistência financeira e técnica, que favoreça o desenvolvimento económico e oriente vocações para a actividade de investigação.

— Promoção de um sistema de actualização permanente de conhecimento, através de centros de informação e de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento para professores e profissionais já formados.

— Colaboração e intercâmbio científico e tecnológico com todos os povos do Mundo, na base do respeito mútuo e da defesa da paz, do bem-estar e do progresso cultural dos povos.

7 — EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS DEFICIENTES E INADAPTADAS

— Rastreio sistemático das crianças deficientes e estudo científico da inadaptação escolar.

— Criação de estabelecimentos para crianças atingidas por deficiências profundas.

— Integração das crianças com deficiências ligeiras e apoio terapêutico gratuito.

— Instituição de escolas especiais que proporcionem uma preparação profissional prática aos jovens deficientes.

— Estruturação de cursos para a formação de quadros especializados no ensino e na assistência a crianças deficientes.

8 — ENSINO AOS FILHOS DOS TRABALHADORES EMIGRANTES

— Alargamento da rede de estabelecimentos de ensino básico português, no estrangeiro, com o objectivo de assegurar aos filhos dos nossos emigrantes uma escolaridade idêntica à dos jovens que estudam em Portugal.

— Estabelecimento de programas harmonizados com os dos países de imigração, numa perspectiva de ensino integrado, por forma a garantir a inserção dos jovens na cultura e na língua de origem e a manter uma viva ligação com os problemas do nosso povo.

— Defesa dos interesses dos filhos dos nossos emigrantes perante os sistemas de ensino dos países onde trabalham, de modo a que beneficiem o mais possível das possibilidades de formação intelectual e técnica e, ao mesmo tempo, não venham a ser vítimas de uma marginalização na sociedade em que vivem.

— Definição de critérios de equivalência legal de habilitações, que simplifiquem o processo de integração, na sociedade portuguesa, dos jovens educados no estrangeiro.

— Formação permanente dos professores portugueses em exercício no estrangeiro, a fim de elevar a sua qualificação profissional e a sua capacidade de participação no processo revolucionário português.

— Melhoramento das condições de trabalho e de segurança social dos docentes em serviço no estrangeiro.

— Definição de critérios de equivalência legal de habilitações, que simplifiquem o processo de integração, na sociedade portuguesa, dos jovens educados no estrangeiro.

— Formação permanente dos professores portugueses em exercício no estrangeiro, a fim de elevar a sua qualificação profissional e a sua capacidade de participação no processo revolucionário português.

— Melhoramento das condições de trabalho e de segurança social dos docentes em serviço no estrangeiro.

— Definição de critérios de equivalência legal de habilitações, que simplifiquem o processo de integração, na sociedade portuguesa, dos jovens educados no estrangeiro.

— Formação permanente dos professores portugueses em exercício no estrangeiro, a fim de elevar a sua qualificação profissional e a sua capacidade de participação no processo revolucionário português.

— Melhoramento das condições de trabalho e de segurança social dos docentes em serviço no estrangeiro.

— Definição de critérios de equivalência legal de habilitações, que simplifiquem o processo de integração, na sociedade portuguesa, dos jovens educados no estrangeiro.

— Formação permanente dos professores portugueses em exercício no estrangeiro, a fim de elevar a sua qualificação profissional e a sua capacidade de participação no processo revolucionário português.

— Melhoramento das condições de trabalho e de segurança social dos docentes em serviço no estrangeiro.

9 — ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR

— Extensão da rede de transportes escolares às zonas menos favorecidas do País, para que se torne possível a frequência assídua das crianças aos estudos, e criação de internatos, anexos às escolas, de modo a efectivar, de facto, a escolarização e a formação profissional dos alunos que provêm de regiões particularmente desfavorecidas.

— Melhoramento das condições de conforto e higiene das escolas, com vista a maior rendimento escolar e à prevenção da fadiga e da doença.

— Ampliação da rede de cantinas escolares e fornecimento de refeições a todas as crianças, a fim de suprir carências alimentares e proporcionar hábitos dietéticos.

— Reversão do sistema de saúde escolar a nível nacional, visando a cura e, muito principalmente, a prevenção da doença.

— Abertura de uma editora do Estado, destinada a publicar os livros escolares e a fornecê-los por baixo preço, e mesmo gratuitamente, às crianças mais necessitadas.

— Atribuição de verbas que possibilitem a aquisição de equipamento e outro material indispensável ao estudo, assim como a concretização de actividades educativas, dentro e fora da escola.

— Obrigatoriedade de um seguro escolar que, sem encargo para o aluno ou família, o ponha ao abrigo de qualquer risco inerente ao seu labor diário.

— Redução progressiva das propinas, até à total gratuidade do ensino, e concessão, em larga escala, de bolsas e subsídios de estudo, que não só assegurem o cumprimento da escolaridade obrigatória, mas permitam a ascensão educacional e profissional dos filhos das classes trabalhadoras.



ras, proporcionando o aparecimento de quadros devotados à defesa da revolução e capazes de impulsionar o rápido progresso do País.

— Aumento, em número e qualidade, de residências de estudantes e colónias de férias para a juventude.

— Apoio a serviços de informação, procuradoria e emprego, como ajuda aos estudantes na consecução das suas opções profissionais e na sua inserção na vida nacional.

10 — PROFESSORES: FORMAÇÃO E REVALORIZAÇÃO DA SUA SITUAÇÃO PROFISSIONAL

— Preparação, em novos moldes, de professores, que, seja qual for o grau de ensino, deverão possuir uma formação científica, pedagógica e cívica a nível de ensino superior.

— Criação de cursos periódicos de actualização e de esquemas de informação permanente, que mantenham o professor a par das melhores técnicas de ensino e das descobertas científicas e pedagógicas mais recentes.

— Estímulo à experimentação e investigação pedagógica, na base do trabalho colectivo e da responsabilidade científica.

— Definição do estatuto do professor, que dignifique a função docente e explicitie os direitos e os deveres inerentes à profissão, nomeadamente o direito à revisão salarial periódica, dentro do princípio genérico de que a habilitação igual corresponde vencimento igual, independentemente do grau de ensino em que se trabalhe, e em função do aumento do custo de vida, do tempo de serviço e do esforço posto na valorização profissional.

— Estabelecimento de uma carreira docente, aumento dos quadros, revisão do regime dos concursos e sua generalização, como processo de recrutamento.

— Desaparecimento progressivo de todas as formas de serviço eventual ou provisório, graças a planos de formação e efectivação dos professores agregados, provisórios, eventuais, auxiliares e contratados, e paragem no recrutamento destas categorias de docentes.

— Remodulação dos serviços de inspecção pedagógica, tendo em vista que o inspector, mais que um juiz, deve ser um conselheiro permanente, um animador, um guia.

— Melhoria das condições de trabalho, mediante redução do número de alunos por professor e aumento contínuo de instalações e equipamento adequado, sendo de evitar as acumulações e as horas extraordinárias.

— Resolução dos problemas de habitação, transportes e apoio pedagógico aos professores isolados geograficamente e estabelecimento, como critério de preferência nos concursos, da prestação de um período mínimo de serviço em zonas desfavorecidas.

MEDIDAS ADICIONAIS IMEDIATAS DE PROMOÇÃO CULTURAL

— Lançamento de uma campanha de alfabetização, com empenhamento do Governo, que deve fomentar e coordenar as iniciativas cívicas e culturais de âmbito nacional ou regional, até completa irradiação do analfabetismo.

— Abertura das escolas às necessidades culturais, artísticas e desportivas da comunidade e aproveitamento das potencialidades regionais, com vista à transformação das escolas em centros de dinamização educacional.

— Apoio e incentivo das organizações de trabalhadores, colectividades, grupos e outras instituições que promovam acções culturais, artísticas e desportivas de massas.

— Estruturação de um serviço de bibliotecas populares, concertos e exposições, que dê a conhecer as obras fundamentais da cultura e do pensamento humano, designadamente as criações mais válidas dos nossos escritores e artistas.

— Formação e subsídio de grupos de espectáculo educativo, que levem ao povo as formas mais enriquecedoras da arte e recolham nas fontes populares as manifestações autênticas da criação artística.

— Criação de Universidades Populares, que divulguem entre as massas as grandes conquistas e descobertas da Humanidade, com o fim de estimular o espírito crítico e as capacidades criadoras individuais.

— Utilização sistemática dos órgãos de Informação — rádio, TV, Imprensa — de modo a conseguir a mais ampla divulgação dos ideais da revolução democrática e nacional e um nível elevado de instrução e cultura gerais.

— Alargamento do intercâmbio com todos os povos, nomeadamente os povos irmãos das antigas colónias portuguesas e dos países socialistas, para reforço da segurança, da paz e da cooperação internacionais.

UMA NOVA POLÍTICA EDUCATIVA

Aplicar e adoptar as medidas expostas é, no entender do Partido Comunista Português, o caminho certo para a instauração de uma escola democrática, num regime democrático, escolhido livremente pelo povo.

Exigência da situação democrática em que vivemos, a Reforma Geral e Democrática do Ensino visa a modificação radical dos princípios orientadores das nossas escolas e a sua libertação efectiva da sujeição aos interesses do capital monopolista.

A Reforma Geral e Democrática do Ensino, colocando as escolas ao serviço dos interesses reais do povo português, é, por isso mesmo, uma exigência dos professores progressistas, de vastos sectores estudantis, dos jovens-trabalhadores, das massas populares.

Por fim à ignorância secular das massas trabalhadoras, possibilitar-lhes uma intervenção directiva em todos os sectores da vida política, social e económica, criar milhares de quadros intelectuais e técnicos de origem operária e camponesa, devotados à defesa da revolução e capazes de impulsionar o rápido progresso do País, são estes os objectivos da democratização da educação e da cultura.

Mas uma justa política educativa terá de vencer, não só a resistência das forças abertamente reaccionárias, mas também as estratégias de sapa dos oportunistas de direita e de esquerda, afirmando uns que o actual Poder democrático, por estar assente num Governo Provisório, não pode fazer reformas de fundo, berrando outros uma fraseologia pseudo-revolucionária, que se histeriza pela paralisação das escolas e na luta contra o Governo Provisório, contra o Movimento das Forças Armadas, contra o processo democrático em curso.

E tarefa das forças democráticas e patrióticas prosseguir firmemente na democratização do ensino.

Avançando um projecto de Reforma Geral e Democrática do Ensino, o Partido Comunista Português abre à classe operária e às mais amplas massas populares as perspectivas luminosas do socialismo e do comunismo, em que a instrução e a cultura deixam de ser privilégio de alguns para se tornarem um direito de todos.

SINDICATOS E SINDICALISMO NOS PAÍSES SOCIALISTAS



Centro de repouso para operários na União Soviética

AS TAREFAS E O LUGAR DOS SINDICATOS NA SOCIEDADE QUE EDIFICA O SOCIALISMO

O lugar e o papel dos sindicatos na sociedade que edifica o socialismo, são determinados pelo facto de constituírem as maiores organizações de massas de classe que mais consequentemente lutam pela realização da nova ordem social, da classe operária no Poder.

A luta pela consolidação do Poder realiza-se, por igual, no plano político, económico e ideológico. Os sindicatos baseiam-se fortemente na luta de classes. Daí deriva que a sua tarefa é o reforço incessante do poder operário, é isso que determina o seu papel e o seu lugar numa sociedade que edifica o socialismo. Daqui se conclui, forçosamente, que, no decurso da edificação do socialismo, o papel e a importância dos sindicatos crescem constantemente.

Paralelamente às condições históricas dadas, influem substancialmente no ritmo de edificação da ordem social socialista, o grau de apoio voluntário, de acção consciente dos trabalhadores. Utilizando a sua força organizativa e a sua força política, os sindicatos são os organismos mais apropriados para fazer brotar e incrementar a disposição para a acção das mais amplas camadas de trabalhadores.

As tradições e as experiências de luta de classes tornam os sindicatos aptos para esta tarefa, assim como o facto de depois da tomada do Poder, agruparem não

só a classe operária nas suas fileiras mas também os técnicos, os operários agrícolas, empregados de comércio, funcionários públicos, médicos, pedagogos; e também se agrupa em sindicatos a decisiva maioria dos que realizam a sua actividade no terreno da cultura e da arte.

A filiação nos sindicatos significa, em última análise, o reconhecimento do poder operário. E se os sindicatos trabalham bem, então podem chegar a ser um factor decisivo da vida social — e têm de sê-lo, também — na luta pelo socialismo.

Na etapa de transição do capitalismo para o socialismo, a luta de classes adquire formas complexas.

Não se trata somente de quebrar a resistência aberta ou de extinguir os resíduos das classes exploradoras mas também de organizar o trabalho de edificação económica e superar as dificuldades originadas pelo diferente grau de consciência dos trabalhadores.

Das complexas circunstâncias em que se desenvolve a luta de classes deriva o facto dos sindicatos terem de resolver tarefas complexas e multilaterais. Os sindicatos participam no exercício do Poder, representam os interesses universais da sociedade, os interesses da comunidade e, ao mesmo tempo, nem por um momento podem descuidar a defesa dos interesses directos, diários e individuais dos trabalhadores.

MAIS DE DEZ MILHÕES DE TRABALHADORES UTILIZAM NA URSS ESTÂNCIAS DE REPOUSO

A administração de centros de veraneio e casa de repouso é uma das principais funções dos sindicatos soviéticos. Esta função, entre outras, foi recebida do Estado, após a revolução de 1917, quando os centros de veraneio pertencentes ao Czar, a capitalistas e latifundiários, foram entregues aos operários e camponeses.

Actualmente, à disposição dos sindicatos, encontram-se mais de 3 mil casas de tratamento, de descanso, de profilaxia e pensionatos, nos quais repousam atualmente mais de 10 milhões de trabalhadores. Mas, apesar disso, muitas vezes não há lugar para todos os candidatos, especialmente durante as férias de Verão.

Isso explica-se pelo facto de aumentar sem cessar o número de pessoas que desejam descansar e fazer tratamento nessas casas especializadas. Nelas, as condições são boas, e os lugares, mesmo que sejam pagos totalmente, não custam caro, e vão de 60 a 120 rublos, o que vem a ser consideravelmente menos do que o salário médio. Além disso, mais de 80 por cento dos lugares são concedidos pelos sindicatos, nas fábricas, oficinas e outras instituições, por apenas um terço do seu custo ou gratuitamente. Os gastos fundamentais são pagos pelo Estado, que entrega aos sindicatos, tanto para estes como para outras finalidades, subsídios oriundos do seguro social.

No plano quinquenal de desenvolvimento da economia da URSS para o período de 1971 a 1975, os sindicatos canalizaram mais de 1,5 biliões de rublos para a construção de novas casas de tratamento e estabelecimentos de descanso e turismo. Foi previsto o aumento de lugares nos centros de veraneio em mais ou menos 240 mil

veraneantes aos seus aposentos, onde os esperam confortáveis quartos. No 15.º andar de cada edifício há bares e cafés com varandas, de onde se pode apreciar o panorama do balneário, do mar e das montanhas do Cáucaso.

Quando não faz bom tempo pode-se nadar na piscina, perto da qual, entre os edifícios, há um refeitório e um prédio onde estão localizadas a sala de dança e de espectáculos, o salão de música e a biblioteca. Os veraneantes podem visitar o centro comercial e o centro desportivo. A sua disposição encontram-se lanchas de passeio para excursões.

Nos centros de veraneio soviéticos também se recebem trabalhadores que têm veras altas dos hospitais. Pessoal médico qualificado ajuda-os a restabelecer a sua saúde. Os problemas do

tratamento são estudados pelo Instituto Central de pesquisas científicas no campo da fisioterapia e do tratamento em casas de repouso do Ministério da Saúde da URSS, e por 13 institutos locais.

Em diversas casas de repouso, por exemplo, foram criados laboratórios, nos quais se utilizam isótopos de rádio para fazer os diagnósticos. Isso reduz consideravelmente o prazo de exame dos enfermos que sofrem de hipertensão, de enfermidades do sistema cardiovascular, da tiróide e dos rins.

Naturalmente, os médicos das casas de tratamento, nem sempre conseguem vencer a enfermidade completamente. Entretanto, já 98 pessoas de cada 100 que descansam nas casas de saúde, têm alta com o diagnóstico: «A saúde melhorou».



Muitos dos centros de repouso para os operários soviéticos ficam nas altas montanhas

O PODER DO ESTADO E O PODER SINDICAL

Em Setembro de 1969 uma delegação do Conselho Central dos Sindicatos Húngaros (CCSH), deslocou-se a França a convite da Confederação Geral de Trabalho (CGT). Robert Telliez, secretário-geral da revista «Vie Ouvrière» («Vida Operária») entrevistou, então, Sándor Gáspár, secretário-geral do CCSH. Dessa entrevista publicamos alguns extractos que encerram importantes esclarecimentos sobre o papel dos sindicatos nos países socialistas, questão candente acerca da qual os grupos imperialistas, e até alguns que se dizem democratas, se têm empenhado em utilizar uma nitida manipulação da opinião pública.

São os sindicatos dos Estados Socialistas verdadeiros sindicatos?

R. TELLIEZ — Nesta conversa cabe-me o papel de advogado do diabo. Corre em França o rumor, mais ou menos constante, de que os sindicatos dos Estados socialistas não são verdadeiros sindicatos. Afirmasse que, na realidade, os sindicatos não dispõem de nenhuma autoridade, que não são mais do que simples rodas da engrenagem do aparelho estatal, cujo papel não é defender os trabalhadores mas fazer com que aceitem, inclusive, obrigados a aceitar a política dos círculos governativos. Esse rumor não deixa de surtir algum efeito entre certos trabalhadores. Qual é o verdadeiro papel dos sindicatos num país como a Hungria?

SÁNDOR GÁSPÁR — Decorridos mais de 25 anos desde que se encontram no Poder, em alguns países europeus, regimes democráticos populares, não podem subsistir dúvidas de que nestes países existe movimento sindical e que se desenvolve vigorosamente. No entanto alguns amigos operários franceses, italianos e alemães têm airtidúvidas. Vale, pois, a pena abordar esta questão e analisá-la sob dois aspectos.

Sabemos muito bem que em toda a parte do Mundo há pessoas que odeiam o socialismo. Delas partem os rumores de que o socialismo fracassou, de que a classe operária é incapaz de desenvolver um trabalho eficaz e criador em postos dirigentes dos países socialistas. Este rumor corresponde a um dos objectivos estratégicos da burguesia internacional, a uma das suas importantes finalidades.

Como poderíamos responder às questões colocadas, em geral e mal intencionadamente, pelos capitalistas? Nem sequer nos preocupamos em esclarecê-las porque seria um esforço inútil. Respondem-lhe os factos e a História demonstrando o êxito das nossas actividades.

Na minha opinião o que importa é o outro aspecto do problema, ou seja a necessidade de esclarecer os trabalhadores. (...) Se informarmos os trabalhadores de outros países, honestamente, sobre a nossa própria situação, libertamo-nos de muitos quebra-cabeças.

R. TELLIEZ — Isto é, segundo a sua opinião, é natural que os trabalhadores que desconhecem a realidade húngara, perguntem qual o papel dos sindicatos na Hungria?

SÁNDOR GÁSPÁR — Exactamente. Pensando na questão, concluo que no fundo não há diferença entre os sindicatos dos países socialistas e os sindicatos dos países capitalistas. Em ambos os casos, os sindicatos são organizações de massas de assalariados, cuja tarefa é a defesa dos interesses dos seus membros. Quanto à essência, pode constatar-se a identidade de objectivos.

Mas nós vivemos numa situação muito diferente da vossa. As tarefas a que pusemos ombros, e as que enfrentamos neste momento, são incomparáveis com as tarefas que o movimento sindical clássico tem a cargo no sistema capitalista. (...) No vosso país existe o violento contraste de classes sociais, de fronteiras exploradoras e trabalhadores, as paralisações de trabalho, frequentemente tão espectaculares, são momentos candentes no movimento sindical. No nosso país, as coisas não se passam deste modo. Por outro lado, os nossos sindicatos têm que enfrentar novos problemas

Entrevista com Sándor Gáspár, secretário-geral do Conselho Central dos Sindicatos Húngaros.

que não se põem aos vossos e que tão pouco se ligam ao conceito tradicional de sindicato.

R. TELLIEZ — A Hungria chegou a uma nova etapa do seu desenvolvimento. O socialismo consolidou-se no país. O país está mais unido sob o ponto de vista social. Entrou em vigor uma reforma económica de grande envergadura que cria uma maior autonomia e responsabilidade ao nível de empresa. Existirão, no entanto, algumas contradições?

SÁNDOR GÁSPÁR — É certo que a nossa sociedade está mais unida. As contradições foram ultrapassadas mas todavia continuam a existir na nossa sociedade certas diferenças entre os interesses directos. A reforma económica não os atenua. Pelo contrário, a reforma reconhece o papel do estímulo económico no desenvolvimento económico... Actualmente cada empresa dispõe de considerável autonomia de acção. Tendo pago o imposto estatal, o restantes ganhos permanecem em seu poder e pode empregá-los no que considerar conveniente. Como os vai aplicar?

Pode dedicar os ganhos a investimentos para desenvolvimento da empresa. Pode dedicá-los à satisfação das necessidades sociais, como sejam estabelecimentos de puericultura, creches e jardins de infância, casas de recreio, casas de repouso, no financiamento de cantinas, em fins culturais, etc. Mas também pode utilizá-los para aumentar os salários, para engrasar o fundo de participação dos trabalhadores nos benefícios anuais. Portanto põe a escolha em diferentes capítulos de aplicação dos ganhos. O director, em geral, dá preferência ao aumento e ampliação da fábrica, propondo investimentos de maior proporção. Ora esta opção é de interesse da sociedade socialista. Por conseguinte, também dos operários, cujo nível de vida superior mais elevado é determinado pelo potencial industrial da fábrica. Os operários preferem, por vezes, que se dedique a maior parte possível ao fundo salarial. Ora também esta proposta não contradiz os objectivos do socialismo pois que constituiu tarefa essencial do socialismo, a melhoria das condições de vida do povo. Tanto o director como os operários são honestos. No entanto, surge aqui a contradição

Existe

o direito de veto sindical

R. TELLIEZ — O caminho do socialismo não é completamente plano e simples. Mas quando ocorrem as discrepâncias, os litígios e eventualmente colisões, o sindicato dispõe de meios suficientes para defender os interesses dos trabalhadores? E quais são esses meios?

SÁNDOR GÁSPÁR — Esse é justamente o papel do sindicato, intervir quando surgem as contradições. E nos casos que mencionámos, a solução há que encontrá-la dentro da fábrica. Assim o prescrevem as nossas leis. O Conselho Central dos Sindicatos vela pela promulgação de leis favoráveis aos operários e pela sua adopção. Mas a decisão nasce a nível de empresa ou de fábrica aplicando essas leis. Os sindicatos dispõem de numerosos meios de intervenção. Não vou enumerar aqui toda a série de recursos ao seu alcance. Só queria salientarmos um aspecto que demonstra como é importante o poder dos sindicatos. Na fábrica existe o direito de veto sindical. O sindicato pode impedir a execução de qualquer medida que os operários considerem contrária aos seus interesses. (...) No fundo o direito de veto é um toque de alarme que leva os organismos superiores a virem em auxílio. Primeiro são os representantes do ministério correspondente e do sindicato nacional interessado que procuram as bases para chegar a acordo comum. Se o problema se não resolve a este nível, a solução tem de ser encontrada a nível superior, entre o Governo e o Conselho Central dos Sindicatos. Mas depois o caso volta à fábrica

pois só deste modo a solução encontrada, a nível superior, obtém aprovação.

Em socialismo é o direito à greve meramente formal?

R. TELLIEZ — A defesa dos interesses dos trabalhadores não pode imaginar-se sem a sua intervenção directa. De que modo podem expressar a sua opinião os membros dos sindicatos cujos trabalhadores não sindicalizados? Como pode fazer-se ouvir a voz do simples operário? E em especial qual é a situação relativamente ao direito à greve? E este um direito formal que nunca se utiliza na prática?

SÁNDOR GÁSPÁR — Sim, a voz do simples operário faz-se ouvir e a lei reconhece esse direito. Actualmente uma das tarefas essenciais do sindicato é assegurar o que chamamos democracia de fábrica, isto é, criar as condições para que os operários se expressem no maior grau possível no seu próprio local de trabalho. Os trabalhadores dispõem da possibilidade de manifestar a sua opinião e para isso criamos as tribunas e instâncias adequadas ainda que nem sempre conseguimos os resultados ansiados.

(...) O nosso objectivo é fazer compreender aos trabalhadores o poder que têm neste terreno. E fazer com que estejam bem informados pois só deste modo poderemos decidir correctamente. Desejamos a elevação de salários em 4 por cento? Porém, saibam que então não será possível construir imediatamente uma creche. Então não vos lamenteis porque não sabeis onde pôr os vossos filhos. Podeis também decidir que este ano não aplicareis nada para investimentos. Mas então não deveis surpreender-vos se este ano ou no próximo, a participação nos benefícios for baixa ou possivelmente nula.

Esforçamo-nos para que os trabalhadores tenham perfeita consciência dos seus direitos e simultaneamente dos seus deveres. Desse modo os trabalhadores alcançam a plenitude da sua consciencialização, deste modo podemos avançar.

Abordando agora o direito à greve. Antes de tudo, quero salientar que os trabalhadores possuem muitos outros meios, além do recurso à greve. Por exemplo significa consideravelmente mais o direito de veto do sindicato. Coloca-se a seguinte questão: pode solucionar-se mediante a greve os problemas que não foram resolvidos com a eficácia de que dispõe a classe operária? No entanto os trabalhadores usufruem do direito à greve. As vezes sucede, realmente, que cessam o trabalho. Em casos, por exemplo, de empresa ou fábrica onde se viole a democracia, onde o director, sindicato e a terceira força que há na empresa, o partido, decidam as questões sem consultar os operários. Nesse caso, se ninguém dá o toque de alarme, então dão-no os operários. E ocorrem às vezes cessões de trabalho. Anualmente verificam-se três, quatro ou cinco paralisações de trabalho, na maioria dos casos não a nível de empresa mas de unidade de empresa, isto é, de fábrica. Isso sucede quando os dirigentes da empresa do sindicato ou do partido cometem disparates mas é muito raro. Naturalmente que então intervêm as instâncias superiores. E tudo retorna a sua marcha regular a fim de encontrar e chegar a um acordo, evidentemente, com a aceitação dos operários.

É estúpido e pernicioso identificar o partido com os sindicatos

R. TELLIEZ — Na Hungria fazem-se esforços para existirem sindicatos fortes que disponham de numerosos meios e importante poder e que, em contacto directo com a classe operária, se esforçam por prosseguir no desenvolvimento da sua actividade nos marcos de uma ampla democracia social. Em que meio ambiente se verificam estes esforços? São os

esforços e aspirações gerais orientados no sentido de incentivar-se o desenvolvimento ulterior da democracia socialista na Hungria?

SÁNDOR GÁSPÁR — A força política do nosso país é o Partido Operário Socialista Húngaro. O nosso Partido não pretende mostrar-se melhor do que é. Não se considera como depositário exclusivo da verdade. A presunção está longe dele.

Para a edificação do socialismo é necessário o conhecimento profundo da opinião pública. Somente se pode decidir quando se escutou os trabalhadores, quando se discutiu com eles e se chegou a um acordo. Se os trabalhadores não participam nos preparativos da decisão, se não compreendem o seu alcance, então não a podem apoiar e levar à prática. Nesse caso os melhores resultados não passam de palavras mortas. Isto quer dizer que no interesse da nossa causa é indispensável e decisivo, que tanto a nível político, económico, social, em todos os aspectos se pratique o mais amplamente a democracia.

O que temos de ver com clareza, é que tanto o Partido como o Sindicato têm um papel específico. O nosso objectivo fundamental é idêntico. Somos membros da mesma equipa. Isso, no entanto, não quer dizer que façamos o mesmo e do mesmo modo.

Se por distração ou descuido não dissesse, hoje, numa assembleia sindical «O Partido pensa que...» asseguro-lhe que entre os operários haveria quem me interrompesse dizendo: «se quisermos saber qual é a opinião do partido vamos às reuniões do partido. Agora queremos ouvir a tua opinião, a opinião dos sindicatos».

É estúpido e pernicioso identificar o partido com os sindicatos. Mas do mesmo modo seria estúpido e criminoso por os dois em confronto. Costumo dar o seguinte exemplo: se numa orquestra toda a gente toca tambor ou trompetá, sem dúvida que isso produz muito barulho mas, sob o ponto de vista do ouvido, da harmonia, o resultado é muito discutível. Para que haja verdadeira harmonia é necessário que cada um toque bem o seu próprio instrumento.

O trabalho dos sindicatos é específico. A organização sindical é absolutamente autónoma. A nível nacional creio que desempenhamos bem o papel e na multiplicidade de tarefas encontramos a harmonia. O necessário é que as boas ideias e a boa prática penetrem tudo até ao nível de empresa. Os nossos sindicatos não são perfeitos, como não o são os operários, mas não há dúvida que a Hungria não é um país capitalista mas também não é ainda um país perfeitamente socialista. Entre a sociedade e os sindicatos existe uma influência recíproca. Tal como é a sociedade, assim é o sindicato. Damos as nossas melhores forças para construir uma sociedade livre, democrática, florescente, uma sociedade socialista na qual funcionem e se desenvolvam os sindicatos que necessariamente sejam dignos dela.



INTERLIVRO

R. PEDRO NUNES, 9-A LISBOA I

EQUATIONS DIFFÉRENTIELLES ORDINAIRES

L. Pontriaguine 130\$00

ÉLÉMENTS DE MATHÉMATIQUES APPLIQUÉES

Zeldovitch et Mychkis 160\$00

ÉLÉMENTS DE LA THÉORIE DES REPRÉSENTATIONS

Kirillov 160\$00

THÉORIE DU CONTRÔLE AUTOMATIQUE

Rothenberg 204\$00

GÉOCHIMIE DES GAZ NATURELS

Sokolov 173\$50

LIVROS TÉCNICOS DA URSS

Única livreria especializada em livros soviéticos

informação

«O boletim de voto é uma manifestação, mas não é única manifestação do voto popular...»

«A comissão de descolonização da ONU, aceitando uma comissão feita por Portugal, decidiu que se reunirá em Lisboa, de 12 a 18 de Junho.»

«Foi determinado, por despacho do ministro da Agricultura e Pesca, que sejam tomadas as medidas necessárias para evitar a perda das sementeiras de cereais numa propriedade da Companhia Agrícola do Cafajade, no concelho de Beja...»

«Nesta noite do que julgar os peritos «a priori», através das suas observações, será a sua efectiva mobilização e especificidade, assim como os objectivos altamente unitários e patrióticos que irão definir-nos...»

«Vai ser criada uma Comissão Regional de Emprego para o Algarve, que se ocupará da situação de desemprego na província e do planeamento de toda a actividade económica desta região.»

«O maior Costa Martins, ministro do Trabalho, na sua visita oficial aos EUA, entre os múltiplos contactos empreendidos, teve um encontro com o presidente da American Federation of Labor, a maior organização sindical americana.»

«A propósito do problema de prestação de trabalho nocturno nos liceus por parte do pessoal docente, administrativo e auxiliar, entretanto solucionado, o ministro da Educação e Cultura chama a atenção para «distorções e todos os níveis no ensino em Portugal, considerando-as como uma das mais pesadas heranças do regime anterior.»

«A inflação em Portugal desceu para um dos níveis mais baixos dos países da OCDE. Apenas a Alemanha Ocidental, a Áustria e a Suíça apresentam taxas menos elevadas...»

«De passagem por Portugal, uma delegação soviética que participou em Cuba no Festival Internacional do Filme Antifascista, parabenizou o seu desejo de filmar em Portugal, dado o importante momento histórico que se vive neste momento no nosso país.»

«A comissão do Comité Soviético de Paz, uma delegação portuguesa participou em Minsk num seminário internacional sobre o significado histórico da vitória sobre o nazismo e o fim da segunda guerra mundial.»

«As organizações do comércio exterior da URSS vão participar na Feira Internacional de Lisboa.»

«O secretário-geral adjunto do PPD foi recebido por Willy Brandt, presidente do Partido Social-Democrata Alemão.»

«Vão ser editadas em português diversas publicações da ONU, o que atesta da importância que o nosso país começa a ter a nível internacional.»

«O camarada Carlos Rafael Rodríguez, vice-primeiro-ministro de Cuba e membro do Comité Central do Partido Comunista Cubano, de passagem por Lisboa, declarou numa entrevista concedida à imprensa «Portugal conseguiu vencer. Atual há uma unidade que pode observar, entre o povo e os seus dirigentes, unidade essa mais veloz e evocada do que a que existe em alguns países da América Latina em situações similares...»

««O quanto que todas as oportunidades abertas a Portugal devem ser utilizadas para o reforço do Estado democrático e da ordem democrática, para a elaboração de medidas contínuas tendentes a criar um vasto sector estatal controlado pelo próprio povo trabalhador e, mais ainda, dirigido pelo povo trabalhador e pelo Estado democrático...»»

«Foi assinado um acordo aéreo entre Portugal e a Hungria, que deverá permitir, entre outras coisas, um aumento radical de uma troca de turismo entre os dois países.»

«Está a ser elaborado, pelo Conselho Económico, um programa a curto prazo para o sector do turismo.»

«A comissão executiva da Federação Internacional de Jornalistas manifestou estranhas preocupações sobre Portugal. Concretamente, exprimiu a esperança de que seria, em breve, eliminadas as restrições que limitam ainda, provavelmente, o direito de informação e a liberdade profissional nestes países...»

««O povo português pode estar cento de que terá a seu lado a Alemanha socialista...»»

«O camarada Arnold Kalinin, embaixador da URSS em Portugal, foi recebido pelo Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, a quem entregou uma mensagem do Governo e do povo da URSS, e propósito do desarmamento e da paz mundial.»

«Respondendo a uma manifestação, no Porto, em que foi pedida a revogação do decreto que proíbe a ocupação de casas desabitadas, o brigadeiro Eurico Corvocheiro afirmou, referindo-se às comissões de moradores: «O MFA, na execução do processo revolucionário, conta com o apoio de todo o povo trabalhador, precisa que o povo se organize e que essas comissões realizem um trabalho efectivo e que funcionem na realidade.»»

««O benefício do desarmamento europeu para a causa da paz e da democracia está provado pelas alterações verificadas em Portugal. Em poucos meses, este país libertou-se da dominação do regime fascista, tornando-se um centro fulcral das actividades sociais e políticas...»»

«Foi assinado um acordo comercial a longo prazo entre a Polónia e Portugal, que inclui trocas comerciais e cooperação científica e técnica nos sectores da indústria naval, química e metalomecânica, transportes marítimos, pesca e matérias-primas.»

«Na sequência do acordo assinado entre Portugal e a Polónia, partirá brevemente para este país uma equipa de técnicos portugueses que vai estudar a indústria naval e metalomecânica e a cultura da beterraba de açúcar.»

«Os alunos do 2.º ano da Escola do Magistério Primário de Aveiro vão realizar uma nova experiência pedagógica em algumas escolas primárias do distrito...»

«Foi ratificado um importante acordo entre Portugal e a Guiné-Bissau, que inclui, nomeadamente, um empréstimo de 200 mil contos do Governo Português à República da Guiné-Bissau.»

««Ainda não está tudo perdido, ainda vale a pena tentar restaurar, em vez de quebrar, os frêgeis laços que ligam Portugal à Europa Ocidental...»»

«Cerca de 5 milhões de contos é o montante das dívidas das entidades patronais às Cajas de Previdência, que estão utilizando os descontos nos salários e ordenados dos trabalhadores em proveito próprio.»

Emigrantes iludidos pelas promessas do imperialismo

«Após o 25 de Abril os portugueses deixaram praticamente de emigrar. Por um lado, a Revolução Portuguesa gerou esperanças que o seu desenvolvimento económico, aqueles que estavam dispostos a emigrar acreditam agora que estão a ser criadas condições para que todos os trabalhadores possam viver com dignidade...»

«Quem emigra, hoje, é a reacção. O Brasil, especialmente, atrai a escória contra-revolucionária que se opôs à descolonização e se envolveu directamente ou indirectamente na tentativa do 28 de Setembro e na tentativa golpista do 11 de Março...»

«Mas há ainda trabalhadores que, mal esclarecidos, decidem emigrar no ilusão de que, fixando-se noutro país, resolverão mais facilmente os seus problemas materiais...»

«Publicamos a seguir passagens de uma carta enviada a um banco por uma emigrante que trocou Moçambique pelos Estados Unidos...»

««Somos uma família de 5 pessoas — escreve e autora da carta. — Tenho 3 filhos menores, o mais velho com 7 anos. Meu marido e filhos encontram-se aqui desde 15 de Novembro último e ele ainda não conseguiu emprego...»»

«De passagem por Portugal, uma delegação soviética que participou em Cuba no Festival Internacional do Filme Antifascista, parabenizou o seu desejo de filmar em Portugal, dado o importante momento histórico que se vive neste momento no nosso país.»

«A comissão do Comité Soviético de Paz, uma delegação portuguesa participou em Minsk num seminário internacional sobre o significado histórico da vitória sobre o nazismo e o fim da segunda guerra mundial.»

«As organizações do comércio exterior da URSS vão participar na Feira Internacional de Lisboa.»

«O secretário-geral adjunto do PPD foi recebido por Willy Brandt, presidente do Partido Social-Democrata Alemão.»

«Vão ser editadas em português diversas publicações da ONU, o que atesta da importância que o nosso país começa a ter a nível internacional.»

«O camarada Carlos Rafael Rodríguez, vice-primeiro-ministro de Cuba e membro do Comité Central do Partido Comunista Cubano, de passagem por Lisboa, declarou numa entrevista concedida à imprensa «Portugal conseguiu vencer. Atual há uma unidade que pode observar, entre o povo e os seus dirigentes, unidade essa mais veloz e evocada do que a que existe em alguns países da América Latina em situações similares...»

««O quanto que todas as oportunidades abertas a Portugal devem ser utilizadas para o reforço do Estado democrático e da ordem democrática, para a elaboração de medidas contínuas tendentes a criar um vasto sector estatal controlado pelo próprio povo trabalhador e, mais ainda, dirigido pelo povo trabalhador e pelo Estado democrático...»»

«Foi assinado um acordo aéreo entre Portugal e a Hungria, que deverá permitir, entre outras coisas, um aumento radical de uma troca de turismo entre os dois países.»

«Está a ser elaborado, pelo Conselho Económico, um programa a curto prazo para o sector do turismo.»

«A comissão executiva da Federação Internacional de Jornalistas manifestou estranhas preocupações sobre Portugal. Concretamente, exprimiu a esperança de que seria, em breve, eliminadas as restrições que limitam ainda, provavelmente, o direito de informação e a liberdade profissional nestes países...»

««O povo português pode estar cento de que terá a seu lado a Alemanha socialista...»»

«O camarada Arnold Kalinin, embaixador da URSS em Portugal, foi recebido pelo Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, a quem entregou uma mensagem do Governo e do povo da URSS, e propósito do desarmamento e da paz mundial.»

«Respondendo a uma manifestação, no Porto, em que foi pedida a revogação do decreto que proíbe a ocupação de casas desabitadas, o brigadeiro Eurico Corvocheiro afirmou, referindo-se às comissões de moradores: «O MFA, na execução do processo revolucionário, conta com o apoio de todo o povo trabalhador, precisa que o povo se organize e que essas comissões realizem um trabalho efectivo e que funcionem na realidade.»»

««O benefício do desarmamento europeu para a causa da paz e da democracia está provado pelas alterações verificadas em Portugal. Em poucos meses, este país libertou-se da dominação do regime fascista, tornando-se um centro fulcral das actividades sociais e políticas...»»

«Foi assinado um acordo comercial a longo prazo entre a Polónia e Portugal, que inclui trocas comerciais e cooperação científica e técnica nos sectores da indústria naval, química e metalomecânica, transportes marítimos, pesca e matérias-primas.»

«Na sequência do acordo assinado entre Portugal e a Polónia, partirá brevemente para este país uma equipa de técnicos portugueses que vai estudar a indústria naval e metalomecânica e a cultura da beterraba de açúcar.»

«Os alunos do 2.º ano da Escola do Magistério Primário de Aveiro vão realizar uma nova experiência pedagógica em algumas escolas primárias do distrito...»

«Foi ratificado um importante acordo entre Portugal e a Guiné-Bissau, que inclui, nomeadamente, um empréstimo de 200 mil contos do Governo Português à República da Guiné-Bissau.»

««Ainda não está tudo perdido, ainda vale a pena tentar restaurar, em vez de quebrar, os frêgeis laços que ligam Portugal à Europa Ocidental...»»

«Cerca de 5 milhões de contos é o montante das dívidas das entidades patronais às Cajas de Previdência, que estão utilizando os descontos nos salários e ordenados dos trabalhadores em proveito próprio.»

«Uma transferência de entidade patronal e os trabalhadores depois de explorados pelos capitalistas passarão a ser explorados pelo Estado. A socialização, que pode assumir diferenciadas formas, terá que nascer na participação e na luta diária dos trabalhadores e não é coisa que possa nascer de cúpula...»

«A socialização não agrada em geral aos quadros médios e superiores pela simples razão de que ninguém gosta de perder privilégios, sentir que a velha autoridade lhe foge ou mesmo que o tão necessário «apertar o cinto» lhe diz respeito, além de que muitos vezes possuem estruturas mentais demasiado ligadas à antiga sociedade e são incapazes de se adaptar à nova ordem...»

«São pessoas que muitas vezes dispõem de grande poder administrativo nos quadros das empresas onde se encontram, que ascenderam a lugares preponderantes por mérito possivelmente discutível e que continuam a usar deficientes formas de gestão e direcção...»

«Algumas das empresas nacionalizadas são deficitárias e é portanto inadmissível que nelas se gastem largas somas de forma incorrecta ou abusiva, devido a vícios herdados do «tempo das vacas gordas» e para proveito de alguns privilegiados que ainda não perceberam que agora é tempo de austeridade e de trabalho...»

«Estes exemplos, dos múltiplos que se poderiam apontar, mostram claramente que as nacionalizações não são um fim, mas apenas um primeiro passo para a construção de uma sociedade que sirva a todos os portugueses...»

««Portugueses, vinde para os E. Unidos!»»

As missas conspirativas de Spínola

«Entre a emigração portuguesa, particularmente no continente americano, está a criar-se uma estranha e nova categoria de «democratas». Spínola e a sua equipa de oficiais traidores, é neste momento um valoroso e destacado «democrata». São de «democratas» as manifestações de portugueses nos EUA contra o MFA, contra as forças progressistas, contra a democracia e a liberdade em Portugal...»

««Dentro desta «pura» linha de iniciativas «democráticas», realizou-se recentemente, na catedral metropolitana do Rio de Janeiro, uma «missa por Portugal», mandada celebrar por um grupo de «democratas brasileiros», e destinada naturalmente aos «democratas portugueses»...»

«Os «democratas» portugueses no Brasil e os seus amigos brasileiros «democratas» foram bater a mais portas para conseguir umas «missas por Portugal». Acontece que na Igreja brasileira há verdadeiros democratas, assim como há os que não se dispõem a misturar religião com sujas manobras políticas...»

«Conforme afirmam diversos órgãos de informação, Spínola está à espera de autorizações para um passeportinho brasileiro. Lamentavelmente é de crer que estes «democratas» não se dedicam unicamente à celebração de missas pela «democracia»...»

Os antigos donos da banca e dos monopólios fazem negócios no Brasil

«Portugal há já mais de um ano deixou de ser zona privilegiada para o mundo capitalista, terra propícia para os grandes negócios, o lucro fácil, a «compensadora» e desenfreada exploração...»

«Alertadas por populares, forças do COPCON, destacadas para o terminal de carga do porto de Leixões, detectaram uma tentativa de fuga de milhões de contos do nosso país, em mobílias e obras de arte valiosíssimas, destinadas à família do banqueiro Afonso Pinto de Magalhães, que se encontra no Brasil...»

«Não só nas fronteiras portuguesas são localizadas e denunciadas as sujas manobras dos que outrora exploraram o povo português e se esforçam ainda para roubar mais um pouco do fruto dessa exploração...»

«Esta medida representou um golpe mortal no capitalismo monopolista e a subtração do capital industrial e financeiro de grande parte da economia nacional, representando portanto o primeiro passo para a construção do socialismo em Portugal...»

«É necessário que estes senhores se convençam definitivamente de que o tempo em que exploraram e manobraram impune e legalmente acabou...»

A Revolução vista pela reacção

«Em análise pretensamente objectiva aos resultados do processo eleitoral e em particular aos seus resultados no que respeita aos números e percentagens de votos, o jornal regional «O Cávado» afirma:»

«Antes de mais nada: o povo votou no 25 de Abril, no socialismo da revolução, mas indicando-lhe os contornos. Pretende não é «salda socialista», e que se referia Otelo Saraiva, mas esse socialismo moderado, que se chama Social-Democracia à moda europeia e ocidental!»

«A segunda nota a destacar é o desmoronamento do comunismo. O mito esfumou-se...»

«Dos 12 partidos que concorreram às eleições, 8 eram comunistas e o número de deputados alcançado anda pelos 36. Pode dizer-se, em termos eleitorais, que o povo os rejeitou.»

«Terço que se triar daqui as ilações que se impõem: desfazer os assaltos verificados à sombra de uma hegemonia, que não tinham, a governos civis, câmaras municipais, juntas de freguesia, imprensa, rádio e TV...»

««Em face de quase 70 por cento da votos pró-social-democracia ou socialismo moderado, o MFA terá que definir, ou antes, deverá deixar a Assembleia Constituinte definir, o que entendi por socialismo português, que se não sabe o que seja, senão fantasia, exuberância verbal, palavras que nada dizem, pois até agora ainda no-lo não definiram.»»

«O jornal «O Cávado» não é o único a fazer «análises» deste teor sobre o processo revolucionário e em particular sobre os resultados das eleições para a Constituinte de 25 de Abril. Temos vários exemplos de prosa idêntica na imprensa regional (ainda que não se deva generalizar) e não só...»

«Estamos neste momento a viver uma revolução. Não uma situação democrática estável, sem o perigo de golpes da reacção, sem a tensão diária da vigilância que necessário é que se pratique como uma hábito, sem o frente a frente quotidiano face às mais diversas manobras, em particular a sabotagem económica...»

«Numa revolução, o eixo em que se centram as acções decisivas, o seu núcleo dinâmico, não é nem pode ser o voto. Não o será tão-pouco numa «real» democracia, onde o voto é um dos elementos da expressão da vontade popular...»

«Não é ocasional a sobrevalorização da importância do voto por todas as forças reacçãoárias e conservadoras, no interior e exterior do País. O voto é a forma exclusiva de uma pretensa expressão de vontade popular nos países ditos de democracia ocidental...»

«Temos pouco mais de um ano de revolução. Por muito intensa que tenha sido a vida política, o esforço de esclarecimento, por grandiosos que tenham sido os passos já dados — um ano é muito pouco...»

«A reacção, as forças conservadoras, sabem isto muito bem. Por isso, declaram demagogicamente, a quem os queira ouvir (e são tão simpáticos, tão agradáveis de ouvir, mentiras como estas...), que o povo português é, já hoje, verdadeiramente livre e consciente, perfeitamente esclarecido...»

«Os comunistas não pensam que o povo português seja já hoje verdadeiramente livre e consciente. Pensam que o passado e as manobras da reacção no presente, ainda pesam e pesarão...»

A descolonização de Timor

«Enquanto uma delegação chefiada pelo major Vítor Alves prepara em Timor uma conferência dos partidos políticos timorenses com o Governo Português, que deverá realizar-se em Macau, o vice-presidente da Fretilin, Nicolau Lobato fez em Lisboa, durante uma conferência de imprensa, declarações políticas em que expôs minuciosamente a posição do seu partido...»

««Val sendo já lugar-comum — afirmou — dizer-se que as lutas dos povos pela sua libertação não são fenómenos isolados, pelo contrário, estão interligados, interdependentes. Ora o processo desencadeado em Portugal desde o 25 de Abril de 1974, que consideramos «o caso português» — é um exemplo eloquente e palpante deste fenómeno universal...»»

««O atraso económico do nosso país é fruto do colonialismo. Proponho para a primeira fase a criação de um Governo de Transição, que conjuntamente com a Administração portuguesa, estabeleceria as linhas básicas de um programa de desenvolvimento económico...»»

««O «AVANTE!» É DE TODOS NÓS; ENVIA-NOS CRÍTICAS E SUGESTÕES»»

● Por ocasião da celebração do 20.º aniversário do Pacto de Varsóvia, a «Pravda», órgão central do Partido Comunista da União Soviética, salienta a sua importância como uma aliança estável e poderosa de Estados, juntos na grande tarefa comum da construção do comunismo.

● A Organização Internacional do Trabalho (OIT) anunciou, na sua reunião anual em Genebra, que seria redigida uma convenção destinada a acabar com o contrabando de trabalho de emigrantes. Foi acentuado que os trabalhadores emigrantes «são duas vezes mais vítimas de acidentes de trabalho do que os outros trabalhadores».

● O Partido Comunista Francês organizou uma campanha a nível nacional de protesto contra a decisão do presidente Giscard d'Estaing de não continuar a comemorar a vitória sobre a Alemanha nazi na segunda guerra mundial, decisão esta que provocou o protesto da Assembleia Nacional Francesa. A «Pravda» pronunciou-se publicamente contra a posição assumida por Giscard d'Estaing.

● Conforme afirmações do director da UNICEF, organismo da ONU para protecção à infância, a crise económica do mundo capitalista está a atingir em particular as crianças, havendo milhões delas que, por carências alimentares, correm o risco de sofrer deficiências físicas e mentais permanentes.

● O presidente do Peru, Juan Velasco Alvarado, foi proclamado «Primeiro trabalhador da revolução peruana», por organizações operárias deste país, por ocasião do 1.º de Maio. Na mesma data, o Partido Comunista Peruano fez um apelo à unidade das forças democráticas, progressistas e revolucionárias, em defesa do processo em curso e do Governo revolucionário que o dirige, para fazer face ao imperialismo e à reacção.

● A comissão de Minas e de Hidrocarbonetos começou a discussão do projecto de lei relativo à nacionalização da indústria petrolífera na Venezuela.

● Está a decorrer em Havana o primeiro encontro de delegações de amizade dos países da Europa Ocidental com Cuba, organizado pelo Instituto Cubano de Amizade com os Povos.

● Foram finalmente libertados os 20 mil presos pelo regime de Thieu. Os presos foram recebidos entusiasmamente na cidade de Ho Chi Minh (antiga Saigão).

● A polícia de Pinochet prendeu uma criança de três anos para levar seu pai a entregar-se.

● Recomeçaram, em Viena, as conversações entre a NATO e o Pacto de Varsóvia, para redução das forças militares na Europa Central. Os obstáculos à concretização dos objectivos desta reunião centram-se na absurda exigência da NATO de que a redução de forças dos países socialistas seja superior à das forças americanas.

● Conforme foi anunciado pela Secretaria do Comércio dos Estados Unidos, o Camboja e o Vietnã do Sul foram incluídos na lista de países para que não são concedidas licenças de exportação de mercadorias. Um exemplo da política externa dos EUA.

● Os países da América Latina, numa demonstração da sua unidade face aos Estados Unidos, aprovaram por unanimidade a inclusão do pedido do Panamá de soberania sobre o seu canal — que tem estado nas mãos dos americanos — na ordem do dia da 50.ª assembleia da OEA (Organização dos Estados Americanos — inicialmente criada pelos Estados Unidos como arma de dominação de todo o continente americano).

● Domingo Laino, presidente do Partido Liberal Radical do Paraguai, foi expulso da cadeira que leccionava na Faculdade das Ciências e Letras de Villarrica, sob a absurda acusação de sustentar teses marxistas.

● Em reunião da Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL), foi aprovado por todas as delegações presentes, com a excepção dos Estados Unidos e a abstenção de França, Inglaterra e Canadá, o «contrôle» da actividade das multinacionais na América Latina.

● O Clube de Imprensa Estrangeira do Uruguai protestou contra a expulsão do correspondente da agência ADN da República Democrática Alemã, neste país, acusado de ter contactos com o Partido Comunista do Uruguai, na clandestinidade.

● Na inauguração de um seminário de educação pelo trabalho para os operários do Sul das Honduras, com a presença de dirigentes sindicais, autoridades civis e militares, o chefe da primeira zona militar afirmou: «No Conselho Superior das Forças Armadas domina um critério: vamos adoptar medidas que irão beneficiar a maioria do povo das Honduras, e essa maioria é constituída por nós, camponeses, e pelos sindicatos.»

● «Abre-se uma nova página para a nossa pátria — firmou um comício, realizado em Hanói, o camarada Le Duen, primeiro-secretário do Comité Central do Partido Norte-Vietnamita do Trabalho — uma nova tarefa espera 45 milhões dos nossos compatriotas. Para já trata-se de executar a segunda vontade do testamento do presidente Ho Chi Minh: construir um Vietnã pacífico, reunificado, independente, democrático e próspero.»

● Em Hanói, em Saigão e noutras localidades vietnamitas foi solenemente celebrado o 85.º aniversário do nascimento de Ho Chi Minh.

● Foi estabelecido um acordo cultural entre a União Soviética e a República da Guiné-Bissau. Nos termos desse acordo, rapazes e raparigas daquele jovem Estado africano receberão bolsas de estudo para frequentar cursos na URSS. Haverá também intercâmbio de delegações culturais entre os dois países, serão organizadas em Bissau exposições artísticas e um festival de cinema soviético, além de que será dado apoio à Emissora Oficial da Guiné-Bissau.

● Conforme foi confirmado pelo ministro francês da Defesa, Yves Bourgas, a França realizará, este ano, experiências atómicas subterrâneas no Pacífico Sul. Recordar-se que a Austrália e a Nova Zelândia têm protestado contra as experiências atómicas francesas realizadas na atmosfera nos últimos anos.

● Em discurso proferido durante um jantar oferecido em sua honra no decurso da sua visita oficial à Líbia, o camarada Alexei Kossyguine, primeiro-ministro soviético, lembrou que a paz no Médio Oriente «depende directamente da unidade dos países árabes na luta contra o imperialismo e a agressão».

● Reuniu-se em Paris uma conferência para a solução justa e pacífica do problema do Médio Oriente, convocada pelo Conselho Mundial da Paz. Participaram representantes de deztoito organizações internacionais, bem como de diversas organizações nacionais, entre as quais uma de Portugal. Na declaração final dos trabalhos afirma-se que a Conferência de Genebra para a Paz no Médio Oriente deve ser convocada com a maior urgência, sendo indispensável a participação da OLP, como legítima representante do povo árabe da Palestina, nessa conferência.

● André Gromyko, ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, e Henry Kissinger, secretário de Estado norte-americano, encontram-se em Viena para entabular conversações referentes ao necessário reforço da paz, nomeadamente no que respeita à limitação de armas estratégicas e aos problemas respeitantes ao Médio Oriente.

● Diversas organizações populares e progressistas do Uruguai decidiram celebrar, a partir da última semana de Maio, uma Semana da Solidariedade com o Uruguai, com o objectivo de pôr fim às perseguições, à prática sistemática da tortura e pela libertação dos presos políticos.

informação

O imperialismo prepara um golpe no Equador

As derrotas sofridas no Camboja e no Vietnã forçaram o Imperialismo americano a rever, apressadamente, nas últimas semanas toda a sua política externa. Washington procura, agora, consolidar posições em África, oferecendo apoio diplomático, dinheiro e armas às forças e governos mais reacçãoários do Continente e trata, também, simultaneamente, de reforçar o seu domínio sobre amplas áreas da América Latina. Reforça a sua ajuda à ditadura fascista de Pinochet, aos governos títeres de Bordaberry, no Uruguai, de Somoza, na Nicarágua, de Balaguez, na República Dominicana, e de Stroessner, no Paraguai, e estende à sua mão protectora ao governo do general Geisel, às voltas com uma grave crise económica e financeira e incapaz de ocultar o fracasso estrondoso do chamado «milagre brasileiro». Na Argentina, a embaixada dos EUA e a CIA desenvolvem, à luz do dia, uma actividade conspirativa e oferecem o seu apoio às forças e organizações reacçãoárias que sonham com um «pinochetazo». No Peru, sabote, intriga e conspira contra o processo revolucionário. Mas tem sofrido sucessivas derrotas.

O Equador merece, no momento, uma atenção especial de Washington. O pequeno país dispõe de fabulosas reservas de petróleo que estão nas mãos de um consórcio de empresas monopolistas americanas. Mas desde que as Forças Armadas derrubaram o governo oligárquico de Velasco Ibarra, que era um dócil instrumento da política imperialista, os Estados Unidos já não conseguem, como antes, impor a sua vontade. O actual governo, presidido pelo general Guillermo Rodríguez Lara, adopta uma política nacionalista, procura defender os recursos naturais e inicia uma reforma agrária. Essa política conta com o apoio crítico das massas cam-

encontrado uma resposta adequada da parte do Governo da presidente Maria Estela de Perón, ele próprio infiltrado por elementos contra-revolucionários que controlam sectores-chave do aparelho de Estado, como é o caso do «bruxo» Lopez Rega. Face a essa situação e da escalada terrorista — na qual a reacção e a ultra-esquerda actuam como aliados objectivos — o Partido Comunista da Argentina propõe a imediata constituição de um Gabinete de ampla coligação, integrado por civis e militares, peronistas e não peronistas, apoiado por uma frente democrática antioligárquica e anti-imperialista.

Esse Gabinete de ampla coligação democrática — segundo o documento do CC do PCA — deve chegar a acordo sobre um programa mínimo comum e executá-lo sem vacilações. O PCA propõe, para esse efeito, os seguintes pontos básicos: «plena vigência do regime constitucional e das liberdades democráticas; liberdade para todos os presos políticos e sindicais; revogação do estado de sítio e de outras leis repressivas; democratização da Polícia e dos aparelhos de segurança; cumprimento do programa de libertação, votado por 80% do povo nas eleições de 1973; medidas efectivas para pôr fim à carestia, à inflação, à especulação, ao desabastecimento e ao contrabando; política externa de defesa da soberania e da independência nacional; ruptura definitiva das barreiras ideológicas e discriminatórias, e amplo comércio com todos os países, especialmente socialistas, em defesa do interesse nacional.»

O programa mínimo proposto pelo Partido Comunista da Argentina é, no essencial, o programa que o povo defendeu nas ruas antes da volta de Perón. O programa que o próprio Perón se propunha executar com o apoio das massas. Se a reacção não for contida e esmagada, se a escalada terrorista prosseguir, se os desafios insolentes da oligarquia agrária e dos monopólios não encontrarem uma resposta firme, o imperialismo conseguirá criar as condições para um golpe de Estado fascista. É preciso evitar que a Argentina seja transformada num novo Chile. Mas isso só será possível se a unidade passar do terreno das palavras para o dos actos concretos. O PCA repete uma verdade histórica ao recordar que «as experiências da América Latina e do Mundo demonstram que o povo unido jamais será vencido, que tarde ou cedo triunfará sobre os seus inimigos e opressores internos e externos». Na Argentina há condições, também, para se abrir um caminho rumo ao socialismo.



ponesas e da pequena, mas bem organizada classe operária. Para os Estados Unidos as medidas progressistas que estão a ser tomadas tomaram-se, assim, incompatíveis com o seu objectivo de manter e reforçar o controlo sobre o petróleo, a indústria pesqueira e uma agricultura voltada para a produção de bananas, cacau e outros produtos tropicais. As divergências existentes entre um governo que se esforça por defender a soberania nacional e o imperialismo são já antigas, mas agravaram-se muito agora, em consequência das humilhantes derrotas sofridas pelos EUA no Sudeste Asiático.

Um golpe de Estado seria a solução ideal para Washington. Mas as forças populares estão vigilantes. O Partido Comunista do Equador acaba de denunciar a existência de uma conspiração, cujo fim imediato seria o derrubamento do governo do general Rodríguez Lara. Num documento emitido em Quito, o camarada Pedro Saad, secretário-geral do PCE, dirigiu um apelo a todas as forças anti-imperialistas, exortando-as a unirem-se na luta por objectivos comuns em defesa da independência nacional. Acentuando que é necessário bater a reacção e desmascará-la, Pedro Saad revelou que a conjura tem «três linhas»: agressão económica da oligarquia e do imperialismo; volta à democracia formal através de eleições manipuladas; e uma intensa campanha anticomunista. Numa primeira fase, a reacção tentou dividir o movimento operário. Mas perdeu uma importante batalha quando os trabalhadores se opuseram à criação de uma quarta central sindical. Rejeitaram a ampliação do pluralismo sindical, cujos efeitos nefastos conhecem. Como salienta o camarada Pedro Saad, as condições são hoje muito mais favoráveis do que no passado, quando o Departamento de Estado carregava num botão e o representante do Equador levantava a mão e aprovava tudo o que o seu mestre «yankee» dizia.

A correlação de forças mudou. O bloqueio americano a Cuba desfez-se em pedaços e, apesar de todas as pressões de Washington, as nações membros da OEA restabeleceram, uma após outra, relações comerciais e diplomáticas com a ilha heróica. O processo revolucionário peruano consolidou-se. No Panamá, o governo nacionalista do general Omar Torrijos força o imperialismo a recuar nas negociações sobre o canal. No México, o governo de Luis Echeverría fecha certas áreas aos monopólios americanos, e na Colômbia e na Venezuela, Washington enfrenta, também, problemas complexos, tendo de fazer concessões. O Equador não está, portanto, sozinho, no momento em que o imperialismo americano realiza um esforço desesperado para reforçar as suas posições na América Latina. O apelo à unidade do Partido Comunista do Equador encontrou um eco profundo entre as massas trabalhadoras. Também no Equador o imperialismo pode ser derrotado.

Apelo à unidade e contra o golpismo lançado pelo Partido Comunista da Argentina

O Comité Central do Partido Comunista da Argentina divulgou, em Buenos Aires, uma importante Declaração dirigida a todas as forças patrióticas, civis e militares, exortando-as a opor-se aos planos e à política da reacção.

«Firmamos desde o início do Governo peronista — assinala o documento — que não queremos o seu fracasso e que, pelo contrário, estamos dispostos a colaborar, como temos vindo a fazer, para que avenge na sua tarefa e realize o programa prometido ao povo. O cumprimento desse objectivo não depende, apenas, dos comunistas e sim, no essencial, do que o próprio Governo faça, do maior peso e consolidação dos seus sectores democráticos e da actividade e participação da classe operária e do povo, a fim de exigir o cumprimento das promessas eleitorais. Hoje, a situação já é grave e ninguém o ignora. O imperialismo «yankee», como já se disse, tal como no Chile, no Peru, em Portugal e outros países, vem manobrando intensamente, sabotando, pressionando e fazendo chantagem junto do Governo para conseguir que fracasse, definitivamente, o processo revolucionário iniciado em 1973. O embaixador dos Estados Unidos, Robert Hilli, é um especialista nessa tarefa. Os agentes da CIA trabalham livremente no país e alguns altos funcionários chegados nos últimos dias, aconselham os seus amigos argentinos, conhecidos agentes políticos, para que preparem um provável golpe de Estado, caso não consigam tomar o Poder como se propuseram.

«A oligarquia agrária, apoiada pelos grandes monopólios, os especuladores e contrabandistas — acentua a Declaração —, contribui para criar e agravar os problemas do desabastecimento, da carestia, da inflação, e lança as suas profundas da guerra, ameaçando o Governo com um levantamento de latifundiários. Não podemos deixar de assinalar que uma das causas principais da deterioração da situação é o abandono das pautas programáticas, bem visível, como consequência da hegemonia dos sectores de direita do Governo, que descartaram a crise sobre a classe operária e o povo: leis agrárias e de nacionalização da energia e do petróleo que foram invaguetadas; queda do nível de vida, salários insuficientes, carestia e inflação, que não foram devidamente enfrentados, aplicando as próprias leis de contrato de trabalho, de controlo dos monopólios e do abastecimento, aprovadas enquanto Perón estava vivo; o esquecimento dos extraordinários convênios assinados com o mundo socialista, que continuam no papel, e o adiamento de gigantescas obras — como a do médio Paraná — destinadas a transformar, radicalmente, amplas áreas do país.»

«Sabe-se — acrescenta a Declaração — que importantes sectores de civis e militares patriotas estão dispostos a marchar com o povo para acabar com a política de terror. É necessário, portanto, que todas as forças democráticas e sociais, empenhadas em evitar o caos e avançar pelo caminho da democracia e do progresso, se reúnam, urgentemente, e proponham uma série de medidas fundamentais para que sejam executadas em comum. Apêlamos nesse sentido para todos os partidos políticos partidários do diálogo, para a CGT, a CGE, as Forças Armadas, instituições religiosas e demais organizações operárias e populares com peso decisivo na vida nacional.»

Estas passagens da Declaração do CC do Partido Comunista da Argentina demonstram, com clareza, a gravidade da situação criada naquele país pelas insistentes provocações da reacção, que não tem

A «atmosfera de serenidade» na Espanha franquista

Coabitando com a plácida demagogia dos que multiplicam as afirmações de uma Espanha democratizante-se gradualmente, sem sobressaltos nem conflitos de classe, sob o patrocínio de repintados fascistas, a repressão atinge proporções significativas. Nas províncias bascas de Biscaia e Guipuzcoa, foram presas mais de 2 mil pessoas desde Abril, quando ali foi decretado o estado de emergência. Em Bilbao, a Polícia transformou a praça de touros em centro de detenção provisória. A tortura — nomeadamente os espancamentos brutais — é moda corrente nas prisões espanholas, no mais clássico estilo fascista. Há mesmo casos de hospitalização, por lesões provocadas pela selvageria dos espancamentos, como o do padre Eustáquio Erquíiza, sacerdote católico de Bilbao, que se encontra em perigo de vida, devido a lesões graves nos rins. Dezenas de lojas e de residências de democratas têm vindo a ser atacadas a tiro e à bomba por grupos terroristas da direita.

Os ataques sistemáticos à liberdade de Informação e a todos os jornalistas e publicações que ultrapassam os estreitos limites do que é permitido, ou seja, que discordem ou discutam a política do Governo de Franco ou que eludam sobre a realidade, em países cuja orientação não é do particular agrado da ditadura espanhola — é outra das tónicas, no momento actual, da política repressiva do Governo espanhol. A apreensão de publicações atingiu números recordes — mais de 30, em 6 meses. Os processos montados em tribunais especiais contra jornalistas, são uma realidade diária. Recentemente foram montados processos contra o director do «Cambio 16» e contra um dos editores do semanário «Posibles». Uma livraria de Bilbao foi ameaçada de destruição caso vendesse a revista «Cambio 16». A agudização do problema levou os jornalistas espanhóis a uma greve de protesto contra os intoleráveis obstáculos que estão a ser colocados ao livre exercício da sua difícil missão de informar. As greves, que se realizaram de acordo com os condicionamentos de cada empresa, englobaram trabalhadores dos jornais, revistas, agências noticiosas, rádio e televisão, sendo a primeira vez que se verificou, praticamente, a participação de todos os meios informativos.

Numa entrevista publicada no «Informaciones» (diário dos meios de negócios), Fernando Suarez, ministro do Trabalho, afirma que a sucessão de Franco se fará «sem traumatismo para o país, numa atmosfera de serenidade» e com a maior rigorosa legalidade. Acrescenta clinicamente que «se a opinião liberal deseja uma evolução no sentido da democracia, umas das condições necessárias é que se integre ela própria no sistema». Em conclusão, Suarez salienta que «o futuro de Espanha não pode ter semelhanças com o de Portugal de hoje».

É difícil encontrar um mais perfeito exemplo de cinismo político, que aliás está perfeitamente de acordo com a actual realidade espanhola. Demagogia aliada à mais brutal repressão. Falsa «atmosfera de serenidade», em que só se acalham aqueles que se submetem a uma colaboração com o governo fascista. As alusões do ministro do Trabalho espanhol a Portugal, são significativas. É por demais evidente que o regime franquista não está em nada interessado em que o futuro da Espanha se assemelhe ao de Portugal. As cortezas expressas pelo ministro não têm, como é óbvio, qualquer fundamento sério. Mas o fascismo espanhol esforçar-se-á para que tal não aconteça. A sua política repressiva e — como exemplo elucidativo — as cargas policiais dirigidas contra estudantes que vitoriam a revolução portuguesa, são uma clara expressão desse esforço. Não se pretende, nem se poderia pretender, uma revolução, mas sim uma mascarada de democracia com uma «transição em boa ordem». Uma «ordem» baseada na repressão. Uma «ordem» que pode ser impunemente aproveitada por elementos da reacção portuguesa que vêm utilizando a Espanha como uma cómoda base de agressão à democracia portuguesa — como o prova — se mais elementos não houvesse, a recente apreensão de fardas do Exército português, na Galiza.

A Gulf foi expropriada no Peru

O Governo peruano expropriou os bens da filial da empresa petrolífera norte-americana Gulf Oil, devido à sua «notória conduta imoral» ao subornar funcionários e políticos da América Latina.

A Gulf Oil revelou recentemente, através do jornal de Wall Street, ter subornado, em anos anteriores, dirigentes políticos da América Latina. Para tais operações de suborno, destinadas a proteger os seus «negócios» em diversos países do continente americano, teria despendido cerca de 4,2 milhões de contos.

Estas revelações provocaram reacções diversas, particularmente nos países em que é maior o volume de negócios efectuados pela Gulf Oil, e a exigência generalizada de explicações desta multinacional. Depois da Gulf ter afirmado que tais subornos não se tinham verificado nem na Venezuela nem no Equador, as suspeitas recaíram sobre a Bolívia, onde esta companhia se instalou, em 1957, ainda que só em 1964, ano em que subiu ao Poder Rene Barrientos, tivesse podido implantar-se como um potente económico. Em 1967, a Gulf controlava 83 por cento da produção petrolífera da Bolívia e 90 por cento das reservas de gás. Em 1969, o general Alfredo Ovando nacionalizou todas as concessões e bens da Gulf Oil, mas o regime de Banzer permitiu, de facto, a sua reaplicação na Bolívia disfarçada sob o nome de uma das 13 companhias que hoje controlam 12 por cento do território nacional.

A Gulf Oil, uma das «Sete Irmãs», o grupo de monopólios que tem dominado a produção e sobretudo a comercialização do petróleo no mundo capitalista bate todos os recordes no campo das negociações e transacções no mundo subterrâneo dos negócios, no fomento de golpes de Estado e de atentados a regimes e personalidades progressistas, nos actos de mais pura pirataria. A sua descarada ingerência nos negócios internos de cada país é proverbial. E uma irmã gémea da famosa ITT. A Gulf não olha a meios, quando se trata de atingir os seus fins — a defesa, consolidação e sistemático aumento dos superlucros que afeite, e consequentemente dos sistemas e regimes que servem os seus interesses. E naturalmente não lhe faltam meios, como o demonstram as somas dependidas na operação de suborno agora publicamente alardeada. Não surgem por acaso as medidas recentemente preconizadas pelos países da América Latina, para «controlar» das actividades das multinacionais, que justamente acusam de serem instrumento de intervenção dos EUA nos problemas internos de outros países. Não são ocasionais os problemas surgidos em Cabinda, onde grupos fanteochos terroristas defendem uma independência em relação a Angola, que mais não significa que a tentativa de arrancar a este país a sua maior riqueza. E o grande potentado que explora o petróleo de Cabinda é exactamente a Gulf Oil.

A posição assumida pelo Peru face ao escândalo da política de subornos da Gulf — que, aliás, só mantinha com o Governo peruano alguns contratos de prestação de serviços — é um exemplo de uma política consequente face às relações e acordos com o capital estrangeiro. Não vivemos num mundo composto por compartimentos estanques. O progresso e o desenvolvimento da economia, da ciência, da técnica, ao engendrar e acentuar uma necessária especialização, fomenta as relações entre Estados, o desenvolvimento de laços económicos e comerciais, a troca de experiências técnicas e científicas. Tal espírito nas relações internacionais é mesmo elemento importante no estabele-

cimento de um clima de coexistência pacífica. Mas é impracindível que tais relações sejam correctas. E de desejar todo o tipo de contactos entre países, o estabelecimento de acordos, mesmo a inversão de investimentos, desde que tais contactos, acordos e investimentos respeitem o interesse mútuo, não constituam forma de exploração dos povos pelos grandes potentados do capital monopolista, ou elementos de ingerência e pressão nos problemas internos e na orientação política de cada país. As multinacionais são peritas neste género de sujas operações, e ainda que a realidade viva da história, que se constrói todos os dias, corra em seu desfavor, impõe-se uma severa vigilância e a tomada de medidas firmes, sempre que necessário.

O fascismo chileno acumula dívidas e derrotas

Deslocou-se a Washington um representante da Junta fascista chilena, para negociar os créditos necessários para cobrir uma parte do défice chileno, que atinge a soma fabulosa de mil e quinhentos milhões de dólares. O Chile deverá desembolsar, em 1975, mil quatrocentos e quarenta milhões de dólares, para pagamento de amortização da sua dívida externa. Numa mistificadora tentativa de equilibrar uma economia que desmantelou, Pinochet constituiu uma nova equipa económica que, pelas indicações dos seus conselheiros americanos e brasileiros, se propõe fazer um «tratamento de choque», que consiste em reduzir o orçamento, nos diversos sectores, de 20 a 25 por cento.

Entretanto, a «economia de mercado social» imposta no Chile pela Junta Militar, gera uma crescente pobreza em largos sectores da população. São decretados novos aumentos de preços para os artigos essenciais, entre os quais o pão, o açúcar, a farinha e o azeite. O índice inflacionário dos primeiros quatro meses do ano elevava-se a 94,3 por cento. Aprofunda-se o abismo entre preços e salários.

Em documento recentemente publicado, o Partido Comunista do Chile, alerta para um possível agravamento da situação ali e em outros países da América Latina sujeitos a ditaduras fascistas. «Face à sua derrota na Indochina — afirmam os nossos camaradas chilenos — os Estados Unidos tentaram transformar a América Latina num bastião do fascismo». O documento acrescenta que tal política poderá ser concretizada levantando a bandeira da provocação e da guerra no Chile e noutros países com regimes fascistas.

Pela sua acção nos vários campos da vida política e social, pela sua política económica, pela utilização sistemática do terror como arma, o Chile é um exemplo concludente de total enfeudamento aos interesses do imperialismo. E, como tal, é um instrumento ideal nas mãos dos EUA. Foi escancarando as portas à rapina do capital americano e dos grandes monopolistas, foi des nacionalizando empresas, foi elevando preços para aumentar chorudos lucros, foi gastando somas cada vez maiores na compra de armamento — o Chile está entre os dez primeiros países na compra de armas aos EUA — destinado a reprimir a luta do povo chileno contra as intoleráveis condições de vida criadas por um Governo que lhe usurpou a liberdade, que o Chile atingiu a taxa monstruosa de 400 por cento de inflação anual. Os créditos (caso venham) e os «conselhos» de Washington mais não são do que a expressão prática de uma total dependência, de uma subordinação económica e política a interesses opostos aos do povo chileno. Os créditos e os «conselhos» nada vão resolver. O «tratamento de choque» preconizado só será praticado nos sectores que não afectam os interesses do imperialismo. Não haverá naturalmente redução de orçamento, no que respeita à estrutura da repressão, pois isso seria a morte do Chile de Pinochet. Não haverá redução de orçamento em sectores que signifiquem uma ajuda, serviços, aos monopólios. As relações entre os EUA e o Chile de Pinochet nada têm a ver com as normas internacionais de respeito e não interferência nos assuntos internos de cada povo, do estabelecimento de acordos com mútuo proveito. Sempre que possível, o imperialismo, os grandes países capitalistas servem-se da sua ajuda económica e técnica, para interferir de facto na vida dos outros países. No Chile manobram à vontade, sem se em terra conquistada. Noutros países manobram com mais dificuldade ou não conseguem mesmo êxito. Mas tentam sempre. Esforçam-se por multiplicar os Pinochets e barrar o caminho aos que enveredam pelo decidido caminho da defesa dos interesses das massas populares. Pese embora ao imperialismo, o futuro não está a seu favor, e as docéis marionetas da Casa Branca estão a ser derrubadas pela luta dos povos que exigem relações de independência e respeito mútuo.

Provocações americanas, vigor americano e derrotas...

Numa tentativa atabalhoada de resolver uma delicada situação diplomática, os Estados Unidos apresentaram as suas desculpas ao Governo da Tailândia pela sua inqualificável acção, ao utilizar, sem pedido prévio, a base de Utapao, para as operações militares destinadas a recapturar o navio «Mayaguez», justamente aprisionado pelas autoridades do Camboja como navio espião. Ao violar da forma mais descarada, a soberania da Tailândia, na sequência do incidente provocatório com o «Mayaguez», os EUA, somando provocações a mais provocações, demonstraram mais uma vez o seu profundo desrespeito pelos direitos e pela soberania dos povos, aparentemente numa ridícula tentativa de demonstrar o seu poderio militar numa zona do Mundo em que a sua eficiência acaba de ser posta em causa dum forma muito nítida. Ninguém duvida naturalmente da quanti-



dade e qualidade do armamento americano, no seu empenhamento numa monstruosa delapidação de recursos em benefício dum política de força acarinhada por Washington. O que a Casa Branca parece ainda não ter compreendido é que, no novo equilíbrio de forças mundial, que lhe é cada vez mais desfavorável, a linguagem dos canhões já não é a decisiva, quanto mais não seja porque forças iguais existem nas mãos dos defensores da paz.

Contra o que seria seu desejo, nem tudo Washington resolveu com o seu pedido de desculpas. A sua atitude provocou grandiosas manifestações em Banguoque, frente à Embaixada americana, o Governo tailandês não desistiu dum imediata revisão do acordo militar e económico com os Estados Unidos e na chamada à Tailândia do seu embaixador em Washington, para consultas sobre as relações bilaterais.

As derrotas sofridas pelo imperialismo americano na Ásia, que, tudo o indica, apontam para novas derrotas, que levarão à definitiva liquidação do poder de Washington nesta zona do Mundo, não têm o condão de dar bom senso aos dirigentes dos EUA. A provocação surge, neste contexto, como absurda reacção de desespero, pouco propícia a um melhoramento de relações entre os EUA e os países do Sudoeste asiático. A sua linguagem torna-se desproporcionadamente agressiva. Em infelizes declarações proferidas à Imprensa, o secretário americano da Defesa, James Schlesinger, que se referiu também, em termos lamentáveis, a Portugal, afirmou, em relação à República Popular da Coreia: «Se esta desencadear uma crise na Coreia do Sul, os Estados Unidos agirão com maior vigor do que tiveram tendência para fazer durante a maior parte da guerra do Vietnam.» Para quem acompanhou a guerra do Vietnam, a selvageria dos bombardeamentos aéreos, os mais diversos tipos de bombas postas à prova, destinadas a destruir, a queimar, a calcinar terras e gentes, o apoio vital ao regime fantecho de Thieu, célebre pela repressão contra o seu povo, pela barbaridade das torturas a que sujeitava os lutadores da liberdade que lhe caíam nas mãos, difícil será compreender o que entende o sr. Schlesinger por «maior vigor». Simples desabafo face a uma evolução da realidade francamente desfavorável a Washington? Ou reais ameaças de recurso às armas preferenciais do imperialismo? De qualquer forma a situação política no Sudoeste asiático define-se em parâmetros francamente desfavoráveis ao imperialismo americano. Com a libertação do Vietnam do Sul e do Camboja, a política de Washington recebeu duros golpes. A evolução progressista do Laos, a recusa que se está a esboçar na Tailândia de permanecer como dócil instrumento da Casa Branca, preludiam o completo fracasso dessa política. O estrebuchar de elementos ligados à Casa Branca, as provocações e as ameaças (aliás cada vez mais dificilmente concretizáveis) não poderão alterar essa situação. É por de mais absurda a insistência numa política que tão amargos frutos trouxe aos EUA.

O POVO DE LENTISCAIS CONTRA OS LATIFÚNDIOS

Pecuna alicada do concelho de Castelo Branco, Lentiscais também sofreu a exploração do regime fascista que sempre protegia a exploração latifundiária obrigando os naturais daquela região a procurar recursos fora do País.

tu a semear o Monte do Pardo, grande extensão de terreno que há muitos anos foi baldio e que com o regime fascista passou a pertencer individualmente a Almeida Garret, um dos grandes latifundiários do nosso país, confiante na protecção que o antigo regime lhe proporcionava.

VITÓRIA DOS PESCADORES DE PENICHE

As 34 trainceiras e os 800 pescadores de sardinha de Peniche paralisados desde fins de Março, em apoio de reivindicações legítimas, voltaram ao mar na última segunda-feira, depois de através do seu sindicato, terem chegado a acordo com os armadores quanto a um novo Contrato Colectivo de Trabalho.

A propriedade já há muito que se encontrava abandonada, não beneficiando nem a população da aldeia nem sequer o latifundiário. E dizia um dos habitantes de Lentiscais: «Ocupámos o terreno porque queremos trabalhar e ajudar a economia nacional. Veio gente de toda a parte para nos ajudarem na nossa luta.»

Na verdade a população de Lentiscais encontrava-se em toda, independentemente das profissões de cada um, unidos na justa luta para recuperar o que há muito lhes tinha sido sonhado, tratando das terras, semeando, respondendo assim aos que ainda têm ilusões de voltar a explorar o povo.



O Centro de Trabalho de Alcoentre do nosso Partido tem desenvolvido uma intensa actividade. No passado dia 1 de Maio milhares de pessoas participaram numa festa em Sarilhos, em que a alegria e a determinação dos comunistas foram as notas dominantes

SABOTAGEM ECONÓMICA NA MARTINS & REBELO

A firma Martins & Rebelo — com cerca de 3000 trabalhadores, espalhados pelos mais diversos sectores, de norte a sul do País, Ilhas Adjacentes, África, etc., — continua ainda, «explicitamente», a ser dirigida pelo fascista Serafim de Sousa Figueiredo o seu lacaio, que tiveram o «condão» de conseguir, após o 25 de Abril, transformar uma indústria rendosa e produtiva numa actividade fortemente iníscua, a caminhar a passos largos para uma falência premeditada.

que recolhe leite numa extensão de cerca de 75% de Portugal continental, devido, quer à má estruturação dos seus serviços de camionagem e recolha, quer ao mau estado da sua frota — pois em reparações gastam-se anualmente cerca de 2 a 3 mil contos, excluindo os carros de alugar, à volta de 1200 contos anuais —, dá origem a que o leite chegue à fábrica em precárias condições e quase sempre estragado.

Abastecer dos elementos terem sido inutilizados pelo então responsável pela fábrica, calcula-se que foram deturpados por os esgutos durante o período compreendido entre o início do ano de 1973 a 1974, primeiros meses, milhares de litros de matéria-prima (leite) estragada, no valor total de milhares de contos, devido à deficientes e ultrapassadas estruturas a que o serviço de recolha está sujeito, desde a sua origem até ao centro da sua industrialização, onde, entre outros, há que salientar as remunerações pagas à maior parte dos encarregados de pontos de recepção de leite, considerados «satélites», que variam entre os 50\$00 e 250\$00 mensais!

Antes do 25 de Abril de 1974, a firma Martins & Rebelo comprava todo o leite (média entre Janeiro de 1973 e Março de 1974: 45.000 litros diários), a fim de evitar a concorrência, apesar da elaboração desse leite se praver antecipadamente impossível, quer devido ao seu moroso escoamento, quer especialmente devido à capacidade das câmaras de cura que se encontravam superlotadas (havia queijo pelos corredores, em anexas, etc.).

Apesar dos elementos terem sido inutilizados pelo então responsável pela fábrica, calcula-se que foram deturpados por os esgutos durante o período compreendido entre o início do ano de 1973 a 1974, primeiros meses, milhares de litros de matéria-prima (leite) estragada, no valor total de milhares de contos, devido à deficientes e ultrapassadas estruturas a que o serviço de recolha está sujeito, desde a sua origem até ao centro da sua industrialização, onde, entre outros, há que salientar as remunerações pagas à maior parte dos encarregados de pontos de recepção de leite, considerados «satélites», que variam entre os 50\$00 e 250\$00 mensais!

Considerando que o que se está a passar na firma Martins & Rebelo é uma nítida sabotagem económica, os trabalhadores de Avis, apoiados pela sede, em Lisboa, e pelos trabalhadores de Vale, de Cambra, decidiram não só alertar as entidades oficiais sobre o estado miserável em que se encontra a administração da firma como, sobretudo, desmascarar todas as manobras de sabotagem e procurar impedir o aniquilamento de uma empresa que pode ser considerada dentro do País a maior no ramo dos laticínios.

Dai resultou que se andou largo tempo a fabricar queijo com o único objectivo de o «despachar» para a caldeira, para queimar ou para aumentar a capacidade da laxeira, para depois ser enterrado. Pagou-se 15.500\$00 (15.30 horas de trabalho) vezes 280\$00, pelo serviço de uma máquina Buldozer, que andou a tapar as lixeiras anexas às instalações fabris.

Assim, os trabalhadores exigem:

- Um inquérito rigoroso aos serviços centrais em Lisboa (contabilidade), onde se viam contas de forma a apresentar prejuízos, despesas fictícias, etc;
- Inquérito rigoroso à conduta do seneado Leontino Figueira, durante os anos que se encontra ao serviço da firma, e ao funcionário de Vale de Cambra, Armando Lopes;
- Inspeção minuciosa ao sector de compras, cujo monopólio lhe conferiu há longos anos o poder de adquirir material e produtos para serem utilizados em todos os departamentos da organização, por vezes, por valores superiores aos que vulgarmente se comparariam no mercado;
- Conféncia minuciosa aos serviços de computador (sector pagamentos à lavoura), onde foram feitos abonos indevidos a lavradores já falecidos, que não tinham fornecido qualquer leite, em cerca de uma ou mais centenas de contos;
- Exigir à entidade patronal a liquidação das contribuições à Caixa de Previdência de Portalegre, as quais se encontram em atraso há seis meses, no valor de cerca de 2500 contos, já que a parte correspondente ao pessoal é entregue, logo após o fim de cada mês — o que não acontece há cerca de três anos —, as horas e refeições aos motoristas e ajudantes, no período estipulado, já que se verificam atrasos de 15, 20 dias e até um mês;
- Que a empresa seja nacionalizada ou seja nomeada uma comissão administrativa.

Se não fosse realmente a decisão da comissão de trabalhadores do pessoal ter conseguido, através da Caixa, um acordo — de enviar somente as folhas de ordenados e salários —, os operários há seis meses que não recebiam abonos de família, e tinham cortados todos os direitos à assistência médica;

Dai resultou que se andou largo tempo a fabricar queijo com o único objectivo de o «despachar» para a caldeira, para queimar ou para aumentar a capacidade da laxeira, para depois ser enterrado. Pagou-se 15.500\$00 (15.30 horas de trabalho) vezes 280\$00, pelo serviço de uma máquina Buldozer, que andou a tapar as lixeiras anexas às instalações fabris.

Assim, os trabalhadores exigem:

- Um inquérito rigoroso aos serviços centrais em Lisboa (contabilidade), onde se viam contas de forma a apresentar prejuízos, despesas fictícias, etc;
- Inquérito rigoroso à conduta do seneado Leontino Figueira, durante os anos que se encontra ao serviço da firma, e ao funcionário de Vale de Cambra, Armando Lopes;
- Inspeção minuciosa ao sector de compras, cujo monopólio lhe conferiu há longos anos o poder de adquirir material e produtos para serem utilizados em todos os departamentos da organização, por vezes, por valores superiores aos que vulgarmente se comparariam no mercado;
- Conféncia minuciosa aos serviços de computador (sector pagamentos à lavoura), onde foram feitos abonos indevidos a lavradores já falecidos, que não tinham fornecido qualquer leite, em cerca de uma ou mais centenas de contos;
- Exigir à entidade patronal a liquidação das contribuições à Caixa de Previdência de Portalegre, as quais se encontram em atraso há seis meses, no valor de cerca de 2500 contos, já que a parte correspondente ao pessoal é entregue, logo após o fim de cada mês — o que não acontece há cerca de três anos —, as horas e refeições aos motoristas e ajudantes, no período estipulado, já que se verificam atrasos de 15, 20 dias e até um mês;
- Que a empresa seja nacionalizada ou seja nomeada uma comissão administrativa.

Se não fosse realmente a decisão da comissão de trabalhadores do pessoal ter conseguido, através da Caixa, um acordo — de enviar somente as folhas de ordenados e salários —, os operários há seis meses que não recebiam abonos de família, e tinham cortados todos os direitos à assistência médica;

EM VALE DE CAVALOS

A UNIDADE DOS TRABALHADORES FOI A GARANTIA DA VITÓRIA

Utilizando correctamente as estruturas sindicais de que dispõem, os trabalhadores agrícolas de Vale de Cavalos conseguiram fazer prevalecer os seus direitos contra um proprietário que pretendia aumentar o desemprego na região.

junto à adega do agrário, deliberando que a partir desse momento seriam formados piquetes para impedir que o vinho fosse transportado, devendo os trabalhadores continuar com o seu trabalho nas vinhas ao mesmo tempo que o sucedido era comunicado às Forças Armadas. No dia 12, uma camioneta que ia para carregar vinho teve de regressar vazia. E na tarde desse dia, cerca de 600 trabalhadores voltaram a reunir-se no largo fronteiro à adega, afirmando a sua determinação em prosseguirem na luta, no que eram apoiados por toda a população. Entretanto, ficou marcada uma reunião para o dia 14, em que estiveram presentes membros da direcção do Sindicato e da Comissão Sindical de Vale de Cavalos; e durante a qual o proprietário rural pagou os salários atrasados e se comprometeu ao prosseguimento do trabalho nas suas propriedades, o que constituiu uma vitória dos trabalhadores.

Situações idênticas existem também na Chamusca e noutras freguesias do concelho, mas a unidade e a firmeza dos trabalhadores de Vale de Cavalos deve servir de estímulo e de exemplo para todos os trabalhadores.

Num comunicado recente sobre este assunto, aqueles nossos camaradas afirmam que é completamente desnecessário proceder a qualquer desmentido sobre tais afirmações, pois é por de mais conhecida dos trabalhadores da empresa a posição da célula do PCP na TAP sobre a greve projectada para o dia 7.

TRABALHADORES DA PREVIDÊNCIA

Começando por resistir aos despedimentos que o agrário Peixoto Menezes quis efectuar ao afirmar que não tinha mais trabalho, os operários agrícolas decidiram continuar no amanho das vinhas, pois sabiam que os trabalhos estavam muito atrasados e que se não fossem efectuados a tempo iriam prejudicar a produção, reflectindo-se em mais um prejuízo para a economia nacional. Deste modo continuaram a trabalhar nas vinhas durante duas semanas sem que o agrário lhes pagasse, alegando este não ter dinheiro. O facto não correspondia à verdade — pois os trabalhadores tinham conhecimento que o proprietário, que habitualmente colhe cerca de 1500 pipas só em vinho, tinha vendido recentemente a sua colheita de fruta, da qual já recebera o dinheiro, e vendera o vinho da última colheita, o qual estava a ser transportado.

Abrangendo um importante sector do trabalho nacional, o Anteprojecto mereceria certamente a atenção de muitos milhares de trabalhadores e trabalhadoras do todo o País, que se reuniram para o discutir, devendo as propostas de alterações ser entregues no Sindicato dos Profissionais de Escritório, responsável pela elaboração do documento e que promoverá um plenário para a sua aprovação e escolha dos representantes que irão negociar o acordo.

Situações idênticas existem também na Chamusca e noutras freguesias do concelho, mas a unidade e a firmeza dos trabalhadores de Vale de Cavalos deve servir de estímulo e de exemplo para todos os trabalhadores.

Num comunicado recente sobre este assunto, aqueles nossos camaradas afirmam que é completamente desnecessário proceder a qualquer desmentido sobre tais afirmações, pois é por de mais conhecida dos trabalhadores da empresa a posição da célula do PCP na TAP sobre a greve projectada para o dia 7.

Perante a recusa do dr. Peixoto Menezes em pagar aos trabalhadores, a Comissão Sindical dos Operários Agrícolas de Vale de Cavalos tomou público no passado dia 10 um comunicado à população, dando conta dos acontecimentos, nessa mesma manhã, centenas de trabalhadores concentraram-se

junto à adega do agrário, deliberando que a partir desse momento seriam formados piquetes para impedir que o vinho fosse transportado, devendo os trabalhadores continuar com o seu trabalho nas vinhas ao mesmo tempo que o sucedido era comunicado às Forças Armadas. No dia 12, uma camioneta que ia para carregar vinho teve de regressar vazia. E na tarde desse dia, cerca de 600 trabalhadores voltaram a reunir-se no largo fronteiro à adega, afirmando a sua determinação em prosseguirem na luta, no que eram apoiados por toda a população. Entretanto, ficou marcada uma reunião para o dia 14, em que estiveram presentes membros da direcção do Sindicato e da Comissão Sindical de Vale de Cavalos; e durante a qual o proprietário rural pagou os salários atrasados e se comprometeu ao prosseguimento do trabalho nas suas propriedades, o que constituiu uma vitória dos trabalhadores.

Situações idênticas existem também na Chamusca e noutras freguesias do concelho, mas a unidade e a firmeza dos trabalhadores de Vale de Cavalos deve servir de estímulo e de exemplo para todos os trabalhadores.

Num comunicado recente sobre este assunto, aqueles nossos camaradas afirmam que é completamente desnecessário proceder a qualquer desmentido sobre tais afirmações, pois é por de mais conhecida dos trabalhadores da empresa a posição da célula do PCP na TAP sobre a greve projectada para o dia 7.

Perante a recusa do dr. Peixoto Menezes em pagar aos trabalhadores, a Comissão Sindical dos Operários Agrícolas de Vale de Cavalos tomou público no passado dia 10 um comunicado à população, dando conta dos acontecimentos, nessa mesma manhã, centenas de trabalhadores concentraram-se

Abrangendo um importante sector do trabalho nacional, o Anteprojecto mereceria certamente a atenção de muitos milhares de trabalhadores e trabalhadoras do todo o País, que se reuniram para o discutir, devendo as propostas de alterações ser entregues no Sindicato dos Profissionais de Escritório, responsável pela elaboração do documento e que promoverá um plenário para a sua aprovação e escolha dos representantes que irão negociar o acordo.

Situações idênticas existem também na Chamusca e noutras freguesias do concelho, mas a unidade e a firmeza dos trabalhadores de Vale de Cavalos deve servir de estímulo e de exemplo para todos os trabalhadores.

Num comunicado recente sobre este assunto, aqueles nossos camaradas afirmam que é completamente desnecessário proceder a qualquer desmentido sobre tais afirmações, pois é por de mais conhecida dos trabalhadores da empresa a posição da célula do PCP na TAP sobre a greve projectada para o dia 7.

AINDA O 1.º DE MAIO O CONSELHO DA REVOLUÇÃO RELATA OS ACONTECIMENTOS

A Comissão Política do Conselho da Revolução apresentou na última assembleia do MFA um relatório sobre os incidentes que perturbaram as comemorações do 1.º de Maio, promovidas em Lisboa pela Inter-sindical.

4) Averiguou-se, posteriormente, que os partidos aceitaram não usar da palavra, tendo, no entanto, o PS assumido a atitude unilateral de efectuar a sua concentração em local diferente do inicialmente acordado e organizar a sua própria manifestação, apesar de destinada também ao Estádio 1.º de Maio.

7. Depoimentos de camaradas referem a realização de um minicomicio, por parte de alguns dirigentes do PS presentes junto do dr. Mário Soares, durante o final do discurso do Primeiro-Ministro e o início do discurso do Presidente da República. São referidos nos depoimentos a utilização de um megafone ou de qualquer outro sistema de amplificação sonora.

8. Estes factos originaram uma reacção de aderentes de outros partidos presentes, dando lugar à troca de palavras de ordem antagónicas, assobios, que perturbaram e por vezes interromperam os discursos do Primeiro-Ministro e do Presidente da República.

1) A 30 de Abril, membros do Conselho da Revolução avistam-se com representantes da Inter-sindical, com o que se põem ao corrente dos seguintes factos: a) Tinham sido convidados os seguintes partidos: PS, PCP, MDP, FSP e MES; b) Várias conversações haviam sido efectuadas entre a Inter e aqueles partidos, com vista à organização da manifestação, tendo surgido o seguinte «impasse»:

3. O «grosso» da manifestação e a manifestação do PS, partido de locais diferentes, seguem trajectos diferentes para o Estádio 1.º de Maio, tendo surgido alguns «cruzamentos» e «interferências» entre estas duas manifestações e ainda outra — do PPD — sem nenhuma consequência.

9. Presenciando estes factos da tribuna, o furiel Barroso (EPAM) dirige-se ao local onde se encontra o dr. Mário Soares e faz-lhe notar a inconveniência das atitudes referidas. Retira-se e, logo a seguir, intervém o aspirante Fernandes (RAL 1), que acaba por dizer ao dr. Mário Soares que aquele não era local para se discursar e que o melhor seria entender-se com os dirigentes da Inter, na tribuna.

10. O dr. Mário Soares concorda, depois de conferenciar com o dr. Salgado Zenha, e dirige-se à tribuna, onde chega quase no final do discurso do Presidente da República, acompanhado por bastantes adeptos do seu partido.

2) Os membros do Conselho da Revolução emitiram a sua opinião de que a manifestação deveria ter sido anunciada pela Inter apenas aos trabalhadores, através das associações sindicais, sem convites aos partidos políticos, para evitar todos os atritos. Como, porém, tal procedimento já estava ultrapassado, considerou-se como viável a solução de não ser autorizado a falar nenhum representante dos partidos políticos.

5. A essa hora, antes da entrada no estádio do dr. Mário Soares, tinha já discursado um representante da Inter-sindical, tendo surgido vários apupos e palavras de ordem discordantes por parte de, pelo menos, um núcleo sindical do PS presente.

11. Ao abrir-lhe a porta da tribuna, o dr. Mário Soares indica ter sido chamado pelo MFA.

12. A entrada é-lhe impedida por um dirigente da Inter-sindical, com a alegação de que tinha ele sido responsável por atitudes divisionistas. Importa referir que o oficial responsável pela segurança da tribuna — major Campos Andrade — se declarou, nessa ocasião, contrário à entrada fosse de quem fosse na tribuna, tendo consequências desagradáveis para o Presidente da República, como, por exemplo, a interrupção do seu discurso, motivada pela reacção da multidão.

3) Nessas condições, a Inter-sindical ficou da contactar de novo com os partidos convidados, a fim de lhes transmitir esta plataforma de actualiação.

6. Após a sua entrada no estádio, quando já discursava o Primeiro-Ministro, o dr. Mário Soares não se dirige à tribuna, onde tinha lugar — admite-se que por lá se en-

13. O dr. Mário Soares retira-se e abandona o estádio, que possam conduzir, juntamente com todos os trabalhadores portugueses para o avanço do processo revolucionário, rumo ao socialismo.

14. O dr. Mário Soares retira-se e abandona o estádio, que possam conduzir, juntamente com todos os trabalhadores portugueses para o avanço do processo revolucionário, rumo ao socialismo.

CONFERÊNCIAS UNITÁRIAS DE TRABALHADORES DO NORTE

Tendo em conta a fase actual do processo revolucionário e a necessidade de mobilização popular, nomeadamente a batalha da produção que urge vencer, e considerando que tal só será possível através da participação activa das classes trabalhadoras, que a partir de agora têm de ser as mais intransigentes defensoras do processo revolucionário em curso, de modo a assegurarem o rumo ao socialismo, o nosso Partido promove nos próximos dias, no Porto e em Braga, conferências unitárias de trabalhadores dos sectores de actividade económica mais afectadas para que em conjunto se possam estudar soluções adequadas a garantir a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Operários têxteis A crise da indústria têxtil causa sérias preocupações no futuro de milhares e milhares de trabalhadores de todo o País. Dado que está em jogo a maior força industrial do distrito, as células das Empresas Têxteis de Braga do nosso Partido, junto com outros trabalhadores, decidiram promover uma Conferência Unitária de Trabalhadores, no próximo dia 1 de Junho, em Riba D'Ave.

Trabalhadores da construção civil Sob o lema «A unidade se constrói no futuro do nosso País», e tendo em conta a grave crise que atravessa a construção civil, que representa um sector importante da economia nacional a Comissão Concelhia do Porto do nosso Partido tomou a iniciativa de promover um plenário unitário dos trabalhadores da construção civil deste concelho, independentemente da sua ideologia política.

Esta reunião terá lugar no próximo sábado, dia 24, pelas 21 h, na Cooperativa do Povo Português, na Rua do Paraíso, 217, e serão focados os seguintes pontos: actual situação da construção civil; medidas que possam opor-se a essa situação; formação de uma comissão unitária de trabalhadores da construção civil, que possa tomar parte em reuniões mais alargadas, mesmo de âmbito nacional, em que sejam debatidas estas questões e se estruture a aplicação das soluções apontadas.

O CASO TAP DIVISIONISMO E ANTICOMUNISMO ALIADOS NA CONFUSÃO E NA CALÚNIA

ver numa ofensiva anticomunista através de um alegado domínio do nosso Partido sobre o movimento sindical.

Agora, no seu descabelado divisionismo, escolhido no pior altura (a melhor para ele, mais do que nunca necessária) é mais uma vez o nosso Partido o alvo de eleição das calúnias com que o PS pretende desagregar o movimento sindical unitário, a fim de levar para a sua órbita partidária (e só partidária) uma fatia de sindicatos alheios à influência de qualquer partido.

Como já temos afirmado, a verborreia anticomunista vê dominios, subordinações e monolitismo em todo o lado onde haja uma coincidência de tarefas e de objectivos, exigidos pela defesa e pelo avanço do processo revolucionário. E o que acontece nos últimos tempos sempre que o PS se refere a sindicatos, é não se trata de concretar anticomunista, como po-

deria parecer. Trata-se de veneno para cegar os trabalhadores, que, mais do que nunca, precisam de ter os olhos vivos e bem abertos.

Como já temos afirmado, a verborreia anticomunista vê dominios, subordinações e monolitismo em todo o lado onde haja uma coincidência de tarefas e de objectivos, exigidos pela defesa e pelo avanço do processo revolucionário. E o que acontece nos últimos tempos sempre que o PS se refere a sindicatos, é não se trata de concretar anticomunista, como po-

deria parecer. Trata-se de veneno para cegar os trabalhadores, que, mais do que nunca, precisam de ter os olhos vivos e bem abertos.

Como já temos afirmado, a verborreia anticomunista vê dominios, subordinações e monolitismo em todo o lado onde haja uma coincidência de tarefas e de objectivos, exigidos pela defesa e pelo avanço do processo revolucionário. E o que acontece nos últimos tempos sempre que o PS se refere a sindicatos, é não se trata de concretar anticomunista, como po-

deria parecer. Trata-se de veneno para cegar os trabalhadores, que, mais do que nunca, precisam de ter os olhos vivos e bem abertos.